



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA



LUISA DE MARILAK DE SOUSA TERTO

**CORPOS FEMININOS E O USO DE CRACK: EXPERIÊNCIA, MODOS DE
SUBJETIVAÇÃO E AGENCIAMENTOS**

RECIFE

2019

LUISA DE MARILAK DE SOUSA TERTO

**CORPOS FEMININOS E O USO DE CRACK: EXPERIÊNCIA, MODOS DE
SUBJETIVAÇÃO E AGENCIAMENTOS**

Dissertação apresentada ao Mestrado em Psicologia Clínica do Programa de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Católica de Pernambuco, como requisito para obtenção do título de Mestre em Psicologia Clínica.

Linha de Pesquisa: Família, Gênero e Interação Social.

Professora orientadora: Dra. Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas.

RECIFE

2019

T332c

Terto, Luisa de Marilak de Sousa

Corpos femininos e o uso de crack : experiência, modos de subjetivação e agenciamentos / Luisa de Marilak de Sousa Terto, 2019.

160 f.

Orientadora: Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas

Coorientador: Ricardo Delgado Marques de Lima

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica. Mestrado em Psicologia Clínica, 2019.

1. Psicologia clínica. 2. Mulheres - Psicologia. 3. Violência.
4. Crime contra a mulher. 5. Gênero. 6. Drogas - Descriminalização.
I. Título.

CDU 159.964.2

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Josefa Vital de Oliveira
RB-4/543

Nome: Luisa de Marilak de Sousa Tertó

Título: *Corpos Femininos e o uso do Crack: Experiência, Modos de Subjetivação e Agenciamentos*

Dissertação apresentada à Universidade Católica de Pernambuco como requisito para a obtenção do título de mestre em Psicologia Clínica.

Banca examinadora:

Professora Dra. Valdenice José Raimundo (UNICAP)

Professora Dra. Gilclécia Oliveira Lourenço (FASETE)

Professora Dra. Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas (UNICAP)
(Orientadora)

Professor Dr. Ricardo Delgado Marques de Lima (UNICAP)
(Co-orientador)

À Luisa e Marinaldo, meus pais, sinônimo de aconchego, força, segurança e amor.

AGRADECIMENTOS

O universo acadêmico nos transforma em humanos mais sensíveis, atentos e cheios de vontade de conhecimento. A cada etapa vivenciada nesse estudo estava presente a certeza de mudança, a mudança que te tira do lugar, te sacode que te faz criticar o mundo e reafirmar o não desejo desse mundo como ele está, mas que estudar é preciso, cuidando de cada passo que devemos dar, pois o mundo precisa mudar.

No processo de construção deste estudo, passei por lugares já conhecidos como aluna, amiga, mulher, psicóloga, aprendiz, e me percebi também como pesquisadora, autora, escritora vislumbrando um mundo onde eu possa ser sempre o que eu quiser.

O caminho percorrido no desenvolvimento deste trabalho me fez mais sensível, me deu condições de olhar com mais cuidado para as minhas escolhas, para as minhas relações de afeto. Este trabalho é a soma de diversas forças, de apoio, de compreensão, de perseverança e de auxílio, mas chegou ao fim, e, portanto, cheio de vontades.

Vontade de agradecer. E como diz Vinicius de Moraes, agradecer àqueles que nos dispensaram beleza, presença, ajuda, sorrisos e, inclusive, àqueles que nos viraram ao avesso.

Agradeço imensamente a Cristina Amazonas, minha orientadora, não só pelas valiosas contribuições e ensinamentos acadêmicos que levarei para o resto da vida comigo, mas também por acreditar em mim desde a graduação, pela paciência, disponibilidade, apoio incondicional e as palavras carinhosas, que fizeram dos nossos encontros de orientação espaços de acolhimento, afeto, amizade e crescimento. Ela é simplesmente maravilhosa!

A professora Cristina Brito, pelo carinho desde a graduação, pelo respeito, por sempre acreditar nos meus projetos e torcer por mim diariamente.

Ao professor Ricardo Marques, com quem tive o privilégio de conviver durante o processo de mestrado e que me presenteou com carinho, amizade, respeito e contribuições necessárias para o aprimoramento deste estudo.

À professora Ana Lúcia Francisco, com quem compartilho saberes, desde a graduação, e por quem tenho imensa admiração.

Ao Professor Carlos Brito por tanto incentivo, carinho e muito aprendizado desde a minha graduação.

A professora Valdenice Raimundo por ter me acolhido e aceitado participar da banca avaliadora desse estudo contribuindo com seu conhecimento e profissionalismo.

A professora Gilclécia Oliveira Lourenço, por ter aceitado, tão gentilmente, participar da banca avaliadora deste trabalho e contribuir com sua inteligência.

Agradeço a Secretaria Executiva de Desenvolvimento Criança e Juventude SEDSCJ – PE, em especial à querida e amiga Marcia Ribeiro Secretária Executiva de Políticas sobre Drogas - SEPOD – PE e Malú Freire amiga amada Superintendente e Coordenadora Geral do Programa Atitude SEPOD - PE. A minha queridíssima Coordenadora e Assistente Social Priscila Linhares por sempre segurar na minha mão me presenteando com seu saber, carinho e paciência.

Agradeço ao Centro de Prevenção às Dependências – CPD, em especial às queridas Ana Glória Melcop e Denise Maia pelo respeito, confiança e incentivo constante.

Agradeço enormemente ao querido Dr. Evaldo Melo pela disponibilidade e trocas de saberes a mim dispensados, que foram de extrema relevância na compreensão e cuidados as pessoas que fazem uso de substancias psicoativas. A palavra é gratidão.

Agradeço a toda à equipe do INTENSIVO MULHER – PROGRAMA ATITUDE, sempre tão disponível. Sem esta parceria, certamente este estudo não teria sido concluído.

Agradeço, em especial, às participantes que colaboraram com a construção deste trabalho, acolhendo a proposta e se disponibilizando a compartilhar suas experiências comigo.

A Jackeline Terto, minha irmã parceira e Luiz Henrique meu cunhado amado, por todo o amor, paciência, aconchego e, principalmente, por não me deixar desanimar, nem duvidar de que iria conseguir concluir esta jornada.

A Reniery Terto, meu irmão parceiro e Rosimeire Terto, minha cunhada amada pela torcida e acolhimento, paciência, carinho e incentivo constante.

Aos meus sobrinhos Junior, Pedro Lucas e João Pedro pelo amor que me proporcionam diariamente sentir e desejar um mundo com meninos e homens mais humanos e gentis.

As minhas sobrinhas Maria Luisa e Maria Eduarda, minhas amadinhas, por quem tenho gratidão e força para lutar em defesa dos direitos e proteção de todas às mulheres.

Agradeço a minha Psicanalista Graça Leão por escutar todas as minhas angustias, tristezas e alegrias e por ter me ajudado a colocar tudo no lugar de forma acolhedora e respeitosa.

A minhas amigas e irmãs, Juliana Lavareda, Maria Barroso, Maria Carmen, Renata Raimundo, Catarina Dias, Claudivânia Oliveira, Carina Albuquerque e Juliana Alves sem as quais sou apenas uma parte sem sentido de um todo.

Aos amigos do mestrado e doutorado, em especial a Margarida, Raissa, Bruno Carvalho e Jéssica Nocca, que tornaram esta caminhada mais leve. Obrigada por terem cruzado o meu caminho. Os cafés, e as trocas de madrugada me fizeram muito bem.

Às minhas queridas Geise Cristina, Selma Silvestre, Gabriela Medeiros, Cláudia Soares e Viviana por tanto carinho, compreensão, trocas e amizade que me deram de presente. Toda a minha gratidão pela torcida, por escutar as minhas angústias e por, diversas vezes, terem perdoado minhas ausências.

Penso em todos e todas que, de maneira direta ou indiretamente, contribuíram com essa minha jornada. A todos e todas que me motivaram a pensar sobre a temática aqui estudada e compreendem que estudar, buscar conhecimento é sempre o ponto de partida para um processo de mudança social.

RESUMO

Terto, S. M.; Luisa. (2018). *Corpos femininos e o uso de crack: experiência, modos de subjetivação e agenciamentos*. Dissertação de mestrado, Programa de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Católica de Pernambuco.

Em função de sua natureza multifatorial, a dependência química requer abordagens de cuidados amplos, integrados e diferenciados e, pensando nisso, o presente estudo objetivou compreender a experiência de vida de mulheres usuárias de crack na contemporaneidade. É de fundamental relevância aprofundar o entendimento de diversos modos de subjetivação feminino para se pensar práticas de acolhimento que levem em consideração o contexto e as demandas das mulheres que usam crack. Neste sentido, este estudo se caracteriza como uma pesquisa de natureza qualitativa em que foram entrevistadas, individualmente, sete mulheres, na faixa etária dos 28 aos 37 anos de idade, todas do estado de Pernambuco, Brasil. Utilizou-se como método de construção dos dados a História de Vida (HV). Optou-se por fazer uso de uma entrevista narrativa e também o uso de um Diário de Campo, em que foram registradas diversas vivências, observações e reflexões construídas ao longo do processo de produção dos dados. Como estratégia de análise, lançou-se mão da analítica discursiva de inspiração foucaultiana. As narrativas das mulheres entrevistadas apontam que é impossível compreender o fenômeno do crack sem ter um olhar sobre o contexto sociocultural e histórico dos sujeitos. O uso da categoria analítica do gênero é de extrema relevância para a compreensão não só dos processos orgânicos e fisiológicos, como também, dos discursos e saberes que entrelaçam a vivência dessas mulheres enquanto usuárias de crack. Observou-se que nos processos de reconhecimento de identidades, são inscritos ao mesmo tempo as atribuições de diferenças, que implicam instituições de desigualdades, de hierarquias estabelecidas imbricadas nas redes de poder que circulam em uma sociedade. A sociedade ao classificar os sujeitos, os divide atribuindo rótulos com a pretensão de fixar as identidades, definindo, separando e de diversas formas distinguindo e discriminando. Isso é o que ocorre em nossa sociedade, principalmente com as mulheres usuárias de crack. Em um contexto social amplo, certos comportamentos e práticas são estimulados para homens e inibidos para mulheres e as normas de gênero a serem transmitidas, a partir da socialização, reproduzem discursos hegemônicos sobre o que é ser uma mulher em uma sociedade que inviabilizam o olhar para as mulheres usuárias de crack e traz uma problemática imensurável a essa parte da população que fica às margens da exclusão social. Elas são desassistidas pelas políticas públicas em geral, são consideradas pelo poder como desimportantes e como vidas que deveriam ser corrigidas ou que não mereciam ser vividas, “corpos abjetos”. Conclui-se que, o discurso sobre “o ser mulher” atua sobre elas produzindo modos de se relacionar, de ser num processo de subjetivação agenciado por estratégias políticas, normativas e culturais, no entanto, a experiência de vida de mulheres usuárias de crack na contemporaneidade se caracteriza como um fenômeno complexo e não passível de explicações causais e simplórias. O sujeito que aqui se apresenta é ativo no seu processo de subjetivação, produzindo modos de resistência e de subversão que tencionam o poder disciplinador do discurso sobre a mulher que usa drogas.

Palavras-chave: mulher; gênero; crack; Michel Foucault.

ABSTRACT

Terto, S. M.; Luisa. (2018). Female bodies and the use of crack: experience, modes of subjectivation and agencies. Master's Dissertation, Program of Research and Post-Graduation of the Catholic University of Pernambuco.

Because of its multifactorial nature, chemical dependence requires broad, integrated and differentiated care approaches, and in the light of this the present study aimed to understand the life experience of women users of crack in contemporary times. To deepen the understanding of different modes of female subjectivation is of fundamental relevance in thinking about reception practices that take into account the context and the demands of women who use crack. In this sense, this study is characterized as a qualitative research in which seven women were interviewed individually, in the age group from twenty-eight to thirty-seven years of age. All of the State of Pernambuco. We used as a method of data construction the History of Life (HV). We chose to make use of a narrative interview and also made use of a Field Diary, in which various experiences, observations and reflections were recorded throughout the data production process. As a strategy of analysis, we use discursive analytics of Foucaultian inspiration. The narratives of the interviewed women point out that it is impossible to understand the phenomenon of crack without having a look at the sociocultural and historical context of the subjects. The use of the analytical category of the genre is of extreme relevance for the understanding not only of the organic and physiological processes, but also of the discourses and knowledge that intertwine the experience of these women as users of crack. Therefore, we observe that in the processes of recognition of identities, the attributions of differences, which imply institutions of inequalities, of established hierarchies imbricated in the networks of power that circulate in a society are inscribed at the same time. The society in classifying the subjects, divides them assigning labels with the pretension to fix the identities. It defines, separates, and in different ways distinguishes and discriminates. This is what happens in our society, especially with women who use crack. In a broad social context, certain behaviors and practices are stimulated for men and inhibited for women. The gender norms to be transmitted from socialization reproduce hegemonic discourses about what it is to be a woman in a society that makes the view of women who use crack unfeasible, and brings an immeasurable problem to this part of the population that is on the margins of social exclusion. They are disregarded by public policies in general. They are considered by the power as unimportant, lives that should be corrected or that did not deserve to be lived, "abject bodies". It is concluded that the discourse on being a woman acts on them, producing ways of relating, if being, in a process of subjectivation that is articulated by political, normative and cultural strategies. However, the life experience of women users of crack in the contemporaneity, is characterized as a complex phenomenon and not subject to causal and simplistic explanations. The subject presented here is active in his subjectivation process, producing modes of resistance and subversion that intend the disciplinary power of discourse on the woman who uses drugs.

Keywords: woman; genre; crack; Michel Foucault.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Resultado da busca em base de dados das terminologias em psicologia e descritores em ciências da saúde (DeCs) para o BVS-PSI	36
Tabela 2 - Resultado da busca por trabalhos organizada por cruzamento de descritores e bases de dados associadas	39
Tabela 3 - Trabalhos publicados identificados com os descritores após exclusão das repetições	40
Tabela 4 - Resultado dos trabalhos publicados após a segunda exclusão	41
Tabela 5 - Corpus da pesquisa: Número de estudos apresentados a partir do cruzamento de todos os descritores	42
Tabela 6 - Apresentação dos artigos selecionados	43
Tabela 7 - Dados sociodemográficos das participantes do estudo	63

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
Introdução	16
1 Revisão de literatura ou Estado da Arte: sobre a experiência de mulheres usuárias de crack.....	30
1.1 Procedimentos da revisão de literatura	31
1.2 Critérios de inclusão e exclusão na pesquisa.....	33
1.3 Apresentação dos trabalhos selecionados e o <i>Corpus</i> da pesquisa.....	34
1.4 O que se diz sobre Mulher(es), crack e gênero.....	44
1.5 O que se diz sobre Mulher(es), crack, gênero e contexto social	49
1.6 O que se diz sobre Mulher(es), crack, gênero, prostituição e vulnerabilidade social	50
1.7 O que se diz sobre Mulher(es), crack, experiência e Foucault	52
1.8 Algumas reflexões sobre o que foi percebido até o momento.....	52
2 Caminho epistêmico-metodológico: Inspirações foucaultianas.....	55
2.1 O fio condutor da pesquisa	55
2.2 O caminho percorrido.....	58
2.3 Instrumentos de construção dos dados	60
2.4 As protagonistas	62
2.4.1 <i>Dados sociodemográficos das protagonistas</i>	63
2.4.2 <i>As protagonistas e suas histórias</i>	64
2.5 Procedimentos de análise: compreendendo o processo.....	76

3 Contextualizando sobre modos de subjetivação	79
3.1 Modos de subjetivação e a experiência em Foucault	79
3.2 Discursos de verdade saber/poder enquanto dispositivo político de regulação de condutas	90
3.2.1 <i>Discursos de verdade saber/poder enquanto dispositivo político de regulação de condutas: a biopolítica e o biopoder</i>	94
3.2.2 <i>Discursos de verdades saber/poder, enquanto dispositivo político de regulação de condutas dialogando sobre gênero</i>	98
4 Análise das narrativas	105
4.1 Dialogando sobre gênero e uso de drogas	105
4.2 Corpos abjetos e mulheres usuárias de crack: a construção de uma relação sócio cultural.	121
4.3 Corpos abjetos e mulheres usuárias de crack: a construção de uma relação de agenciamento e resistência	131
Considerações finais	139
Referências Bibliográficas	143
APÊNDICE A	157
ANEXO A.....	160

APRESENTAÇÃO

Por se tratar de um fenômeno heterogêneo, o uso de drogas como um problema que toca as pessoas de diferentes formas e em contextos distintos, exige uma atenção também heterogênea e esse fator tem sido bastante discutido por profissionais que trabalham com saúde mental e assistência social (Campos et al., 2013).

Em se tratando do álcool e outras drogas, sobretudo as drogas ilícitas, é possível observar que existe uma forte conotação moral que dificulta abordagens mais adequadas e maior aproximação com os usuários além do acolhimento dos mesmos. Há uma associação equivocada, por uma parte da sociedade, e, inclusive, de alguns profissionais de saúde, de que o usuário é “fraco”, “sem força de vontade”, “mau caráter” ou que o uso e a dependência são “problemas sem solução” (Andrade, 2011).

Outra imagem muito comum que algumas pessoas lançam sobre o usuário de drogas, sobretudo, o usuário de drogas ilícitas, é que são pessoas ligadas diretamente ao crime, que não se amam, não se cuidam, não têm família, que estão no fundo do poço. A opinião pública e a mídia, muitas vezes, generalizam o uso e o usuário de crack, fazendo associações entre o consumo da droga por moradores de rua e das “cracolândias”, como se todos os usuários de crack que apresentam comportamentos violentos e criminosos fossem iguais, sem amor próprio, sem cuidado consigo e com os outros e indignos de serem compreendidos (Andrade, 2011).

Essa construção de discursos torna-se estigmatizada e os estereótipos se tornam generalizados a ponto de, muitas vezes, excluir e afastar os usuários de um cuidado adequado e de uma percepção e intervenção para cada caso.

A superposição equivocada entre o uso de crack e outras drogas e a criminalidade só afirma que, as políticas repressivas, justificadas pelas questões legais, ligadas ao tráfico, contribuem de modo significativo para a exclusão social dos consumidores. Como resultado dá-se a exclusão, na maioria das vezes, sem qualquer controle de qualidade e em precárias condições de higiene, fatos que agravam significativamente os seus efeitos primários e aumentam as consequências negativas para a saúde, o que fortalece a imagem de autodestruição atribuída a essa população (Andrade, 2006; Ronzani, 2013).

É a desvalorização, o sentimento de vergonha e a exclusão desencadeada pela atribuição de estereótipos negativos que fazem com que usuários de drogas se construam com características negativas. A existência e construção desses discursos e estigmas trazem consigo consequências negativas a esses indivíduos acarretando consequências como o afastamento da

rede de cuidado, aumentando a vulnerabilidade social e agravamento da condição de saúde (Ronzani, 2013). Portanto, é o corpo imaginado da pessoa usuária de crack “noiada”, que radicaliza a alteridade, na medida que, constitui de diversos modos um tipo social fundado a partir da exclusão.

Zaluar (1997), afirma que “qualquer classificação produz a exclusão”. De acordo com essa autora, a exclusão é um traço constitutivo da própria classificação. Exclusão como uma manifestação de injustiça social se revela quando pessoas são sistematicamente excluídas dos chamados direitos de cidadania, isto é, dos serviços, benesses e garantias de responsabilidade do Estado.

Segundo Louro (2000) é através dos processos culturais que se define o que é ou não natural, certo ou errado. É no âmbito da cultura e da história que são definidas as identidades sociais, sejam elas sexuais e de gênero, mas também as identidades de raça, de nacionalidade, de classe social entre outros. As múltiplas e diferentes identidades constituem os sujeitos, uma vez que, são questionados, a partir de distintas situações, instituições ou agrupamentos sociais. Reconhecer-se em uma identidade supõe afirmar o sentimento de pertencimento a um grupo social de referência. A autora supracitada ainda argumenta que as múltiplas identidades são instáveis, históricas e plurais, bem como, acredita sermos sujeitos de muitas identidades, e essas podem ser atraentes, aceitas, mas também descartáveis rejeitadas e abandonadas. “Os corpos são significados pela cultura e, continuamente, por ela alterados” (Louro, 2000, p. 09).

Determinadas características significam “marcas” que definem uma identidade e é na cultura que são atribuídos significados à determinada identidade ou aparência. São muitos os investimentos nos corpos e com as mais diversas imposições culturais com o objetivo de adequá-los aos critérios dos grupos a que pertence cada sujeito. As imposições de saúde, beleza, juventude e força são diferentemente significadas, nas mais variadas culturas de formas distintas atribuídas aos corpos de homens ou de mulheres (Louro, 2000).

Nos processos de reconhecimento de identidades, são inscritos ao mesmo tempo as atribuições de diferenças, que implicam instituições de desigualdades, de hierarquias estabelecidas imbricadas nas redes de poder circulantes em uma sociedade pois, o diferente é tratado como desigual quando se tem a intenção de dominar. O reconhecimento do “outro” que não partilha dos atributos exigidos pela normatividade encontram-se fora dos contornos e fronteiras da norma e, portanto, são “marcados”, classificados e excluídos.

Segundo Louro (2000), a sociedade, ao classificar os sujeitos, os divide atribuindo rótulos com a pretensão de fixar as identidades. Ela define, separa e de diversas formas

distingue e discrimina. Isso é o que ocorre na sociedade brasileira com os sujeitos usuários de drogas, mais especificamente o crack.

Na sociedade brasileira a norma estabelecida, historicamente, tem como referência o homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristã, não existindo outra possibilidade de nomeação. Desse modo, os demais sujeitos serão os “outros”, fora e marcados como diferentes, “dessa forma a mulher é representada como “o segundo sexo” e gays, lésbicas e os demais como desviantes” (Louro, 2000).

Num contexto social amplo, certos comportamentos e práticas são estimulados para homens e inibidos para mulheres, e vice-versa, e assim acontece também com o uso de drogas. As normas de gênero a serem transmitidas, a partir da socialização de homens e mulheres, constroem e reproduzem uma noção de masculinidade e feminilidade distinguido o que é próprio de cada um, posicionando-os diferentemente, e influenciando o uso, as motivações, a escolha da substância psicoativa e a dosagem (Rodrigo & Ordaz, 2012; França, 2013).

Os discursos hegemônicos sobre o que é ser uma mulher em nossa sociedade, inviabilizam o olhar para as mulheres usuárias de crack e traz uma problemática imensurável a essa parte da população.

Durante a minha atuação profissional no Programa ATITUDE senti uma enorme inquietação quanto ao uso do crack vivenciado por mulheres, pois, a forma como a sociedade encara essas mulheres é permeada por questões moralizantes. Elas são acusadas constantemente por não cumprirem as funções ditas femininas do cuidado com o corpo, com a beleza, com os filhos, com o marido, com a família. Vivenciam situações de preconceito diariamente, são vistas como seres masculinizados, como mulheres que agem como homens (Cruz et al., 2014).

Nos acolhimentos tais mulheres traziam históricos de vida, os mais variados possíveis, no entanto, a grande maioria com histórias de usos de drogas na família, abusos sexuais, violência doméstica, maus tratos. Situações de vulnerabilidade social, desemprego, péssima situação econômica, de muito sofrimento, mas inteiramente seduzidas pelo poder dos efeitos prazerosos do crack.

Chamou-me a atenção o lugar que tais mulheres ocupavam na rede de saúde e assistência e de que modo suas condições de usuárias de drogas, moradoras de rua, sem endereço e com vínculos familiares fragilizados ou rompidos as deixavam desassistidas pelas políticas públicas em geral. As mulheres usuárias de crack que estão ou moram na rua são vistas como seres sem valor, são a todo tempo associadas a figuras de promiscuidades, são vistas como um problema de ordem moral, vivenciando representações depreciativas (Medeiros et al., 2015).

Supostamente submetidas aos “poderes devastadores” da substância, as usuárias de crack escapam às noções de higiene, de asseio corporal, de cuidado com a saúde e com a estética, logo também, às noções de sujeira e de desmazelo corporal, elas invertem radicalmente as concepções de autonomia individual e, acima de tudo, nos questionam acerca da experiência humana, tornando-se corpos abjetos.

Tais corpos causam recusa, menos pela falta de limpeza ou pela possibilidade de transmissão de fluidos/doenças, e mais, perturbam ficções de identidade, sistema e ordem, porque não respeitam fronteiras, posições e regras (Kristeva, 1982). Elas escapam ao tradicionalmente instituído para uma mulher.

Essas mulheres, segundo a filósofa norte-americana, Butler (2015) são consideradas pelo poder como desimportantes, vidas que deveriam ser corrigidas ou que não mereciam ser vividas, “corpos abjetos”. A autora enfatiza que, para ela, o abjeto não se restringe a sexo e a heteronormatividade, relaciona-se a todo tipo de corpos cujas vidas não são consideradas vidas e cuja materialidade é entendida como menos importante. Entram no campo de suas preocupações, além das mulheres, os transexuais, os judeus, os negros, os pobres e os moradores de rua. Segundo a autora, a cultura, em todas as formas de discurso, do jurídico ao científico, e dos meios de comunicação, auxilia na produção do “abjeto” como um tipo de diferenciação na qual se confina o excluído. O excluído é produzido no discurso, seu lugar é o silêncio que, em termos sociais muito reais, realiza-se na injustiça de não poder existir.

Nos acolhimentos individuais e em grupos eram evidenciados direitos negligenciados, sentimentos de abandono, de incompreensão, culpa e ambivalência de sentimentos. Eram confrontadas com a mulher idealizada pelo sistema patriarcal. Elas se apresentavam como mulheres que não mereciam respeito, diziam-se não serem boas mães, filhas, esposas, pois em sua maioria no serviço, assumiam posições de sujeito como lésbicas, mães solteiras, usuárias de substâncias psicoativas e trabalhadoras do sexo.

Eu me percebia tomada por um sentimento de angústia ao identificar o quanto elas eram rechaçadas, cobradas socialmente por fazerem uso do crack. A ideia de essas mulheres usufruírem de liberdade sobre seus corpos e decidirem sobre o que fazer com eles parece distante do ideal para elas (Limberger & Andretta, 2015). O uso da substância é desaprovado, por familiares, parceiros que, inclusive, usam drogas com elas e/ou traficam. Em caso de gravidez indesejada, muitas delas não têm suporte do pai biológico da criança, “além de vivenciarem a ambivalência entre deixar a droga e seguir com a gravidez, são ameaçadas de perderem a guarda dos seus filhos caso não consigam deixar o crack” (Ferting, 2013).

Atuando como psicóloga clínica no Centro de Apoio Psicossocial para usuários de álcool e outras drogas (CAPS AD) tal condição me afetou, tanto como profissional, como pessoalmente. Assim, surgiu o desejo de pesquisar acerca das experiências de vida de mulheres usuárias de crack a partir dessa vivência profissional junto à equipe de profissionais da área de saúde mental municipal

No entanto, a motivação para desenvolver o presente trabalho surgiu quando, entre 2013 – 2014 fui convidada a assumir a coordenação técnica, na implantação do Centro Regional de Acolhimento à Mulheres Usuárias de Crack e seus Familiares do PROGRAMA ATITUDE no Estado de Pernambuco, Brasil. O serviço na modalidade de acolhimento institucional, garantia a proteção integral/abrigo e acolhia de mulheres usuárias de drogas com vínculos familiares fragilizados ou rompidos, com grande exposição à violência, que vivenciam situações de ameaça e conflitos decorrentes do uso de crack e/ou outras drogas.

Em função de sua natureza multifatorial, a dependência química requer abordagens de cuidados amplos, integrados e diferenciados. E sob esta ótica, penso ser impossível compreender o fenômeno do crack sem ter um olhar sobre o contexto sociocultural e histórico do sujeito.

Ao entrar em contato com o pensamento do francês Michel Foucault, quando dos estudos anteriores ao mestrado, me deparei com uma nova concepção de sujeito e conceituações como: a experiência enquanto processo de subjetivação, os jogos do saber-poder e seus desdobramentos diante do biopoder, da biopolítica e me questionava ainda mais criticamente sobre o mundo e as pessoas. Aprendi através das teorizações foucaultianas que no humano nada é natural e universal.

Foi diante de tais acepções que me debrucei na construção desse estudo com o objetivo compreender a experiência de mulheres usuárias de crack na contemporaneidade. Percurso que faz parte do meu mestrado em Psicologia Clínica.

Introdução

O consumo de substâncias psicoativas popularmente chamadas de “drogas” é um acontecimento recorrente e disseminado nas sociedades humanas, em diferentes momentos de suas histórias. As substâncias psicoativas (SPAs) caracterizam-se por exercer algum tipo de influência no sistema nervoso central (SNC) que provoque alterações, sensoriais, perceptivas e motoras nos indivíduos (CEBRID, 2010).

Do ponto de vista dos estudos da cultura e da política, no seu sentido mais amplo, a existência e o uso de substâncias que promovem alterações na percepção, no humor e no sentimento são uma constante, advindos de lugares longínquos e de tempos imemoráveis. Ao mesmo tempo, porém, os diversos modos pelos quais essa existência e esses usos são concebidos e vivenciados variam histórica e culturalmente. As “drogas” não são somente compostos dotados de prioridades farmacológicas determinadas, que possam ser natural e definitivamente classificadas como boas ou más. Sua existência e seus usos envolvem questões complexas de liberdade e disciplina, sofrimento e prazer, devoção e aventura, transcendência e conhecimento, sociabilidade e crime, moralidade e violência, comércio e guerra (Simões, 2008).

De acordo com Almeida (2010) várias são as substâncias que, no decorrer da história, foram e são utilizadas de diversas formas e para diversos fins. Os cachimbos e os charutos, por exemplo, sempre foram e, ainda hoje, são bastante frequentes. As anfetaminas conhecidas também como as pílulas da energia foram consumidas intensamente por soldados nos períodos da primeira e segunda guerra mundial, com o objetivo de combater o sono, a fome e o cansaço.

O consumo de substâncias psicoativas tirando o ser humano de seu estado de consciência pertenceu sempre à história da humanidade, fez e faz parte das experiências individuais e coletivas da sociedade e suas culturas diversificadas. O uso que inicialmente estava submetido a uma regulação social formal e informal forte, formada por princípios, regras de condutas e leis dos rituais religiosos e profanos que determinava quem, quando, como e com que finalidade as substâncias eram usadas, não era visto como problemático, seja na dimensão pessoal, seja na social (MacRae, 2014).

Segundo Freitas (2015) e Dias (2012), as formas de organização social anteriores apresentavam um uso em que a dimensão pessoal do consumo e sua significação estavam submetidas ao domínio coletivo. No entanto, atualmente, observa-se uma característica marcante do projeto moderno, ou seja, a centralidade da experiência humana individual que possibilitou a construção de relações privadas do uso de drogas, influenciadas pelas relações

de consumo que apresentam o ato de consumir motivado pela necessidade de prazer em si mesmos. Segundo as autoras, o uso de drogas ilícitas foi modificado sofrendo influência do consumismo crescente arraigado pelos ideais modernos, constituindo relações de consumo, dos discursos hegemônicos relacionados a modelos modernos de felicidade.

O capitalismo industrial e de produção, por exemplo, preocupava-se com o excesso de prazer, na medida em que tal excesso implicava dispêndio de energia, constituição de força de trabalho apta a produzir, desta forma, o corpo era disciplinado. No entanto, a produção teria se tornado tão abundante que a questão principal agora é consumir, ampliar necessidades e estratégias que estimulam o corpo a consumir. Surgem as técnicas de marketing, a moda, a sexualidade, os cartões de créditos e um arsenal do capitalismo onde o corpo continua sendo regulado, porém acolhido nessa “espontaneidade” de satisfazer desejos e sentir prazer (Pimentel, 2006).

Almeida (2010), Ferreira e Martini (2001) pontuam que o abuso de cocaína tem uma relação direta com as formas de se sentir prazer, suas origens vêm das grandes civilizações pré-colombianas dos Andes que já conheciam e faziam uso da planta *Erythroxylon coca* ou coca boliviana, há mais de 4500 anos. Era considerada uma planta sagrada pelos Incas e portadora de virtude mágica pelos indígenas. Oliveira (2007) acrescenta que a cocaína tem caráter estimulante que, antigamente, era utilizada para dissipar a fome e a fadiga e proporcionava bem-estar e energia com propriedades curativas.

As folhas de coca ainda hoje são elementos essenciais da farmacopeia Andina. Elas são utilizadas no tratamento de distúrbios intestinais, na cura de luxações, reumatismos, contusões, dores de dentes e convulsões. Almeida (2010) acrescenta que, em estudos conduzidos em Cochabamba e Bolívia, as folhas de coca ainda são usadas com objetivo de aumentar o rendimento e a produtividade no trabalho físico, além de ser usada como uso medicinal (Almeida, 2010; Diaz, 1998).

Segundo Oliveira (2007), após o ano de 1902, a cocaína foi produzida em laboratório pela primeira vez, sob a forma de cloridrato de cocaína, formando um pó branco e cristalino. Diante disso, passou a ser considerada um remédio efetivo no tratamento de algumas enfermidades e prescrita pelos americanos como um remédio milagroso. De acordo com Almeida (2010) e Ferreira e Martini (2001), Freud teve uma contribuição decisiva ao divulgar a nova droga, pois em 1884 publicou o livro denominado “Uber coca” (sobre a cocaína) defendendo o uso terapêutico da substância como estimulante, anestésico local, além de indicá-la no tratamento da asma, doenças consumptivas, exaustão nervosa, histeria, sífilis e situações de mal-estar relacionados a altitudes.

Oliveira (2007) afirma que, a cocaína era utilizada sem leis que limitassem ou impedissem a venda ou o consumo, estando ela presente em farmácias, mercearias e bares. A substância tornou-se bastante popular, vendida por ambulantes, de porta em porta e adicionadas a bebidas alcoólicas. No Brasil, a cocaína era vendida livremente e algumas farmácias a entregavam em domicílio. A partir do conhecimento das propriedades negativas da cocaína, a classe média mudou seu ponto de vista, diminuindo o entusiasmo diante dela e iniciou o processo de controle sobre seu uso através de regulamentações e leis restritivas.

Em 1906, foi decretado nos EUA o Pure Food and Drug Act determinando as primeiras restrições às importações das folhas de coca. Em 1912, foi decretado o tratado de Haia e, em 1914, o Harrison Act estabeleceu o pagamento de impostos para os fabricantes ou distribuidores de cocaína ou opiáceos, exigindo-lhes registro em agências federais específicas (Ferreira & Martini, 2001). No Brasil, em 1921, o decreto de Lei Federal estabelecia penalidades, multas e prisões para a contravenção na venda de cocaína e outras drogas, criando também estabelecimentos especiais que realizassem tratamentos as pessoas dependentes, internados judiciários e internados voluntários que, por sua vez, ficavam em lugares separados.

Na década de 70, o mundo se deparou com o retorno da cocaína como uma droga de largo consumo, havia pouca literatura que comprovasse a toxicidade dessa droga e suas consequências na saúde dos usuários. Ela então ressurgiu como a droga escolhida para fins recreacionais, colaborando com a crença de uso seguro sem riscos.

A partir dos anos 80, aumentou o número de ofertas de cocaína no mercado de todos os países americanos e, conseqüentemente, às concepções sobre ela começaram a mudar. Os cartéis do tráfico aumentaram consideravelmente a produção de cocaína com um preço menor, favorecendo o acesso do maior número de usuários. Segundo Oliveira (2007), nesta década surge o crack, uma nova forma de administração da cocaína, que atinge altas concentrações sanguíneas e, segundo os estudiosos, causa grande potencial de abuso com maiores índices de alterações neuropsiquiátricas, cardiocirculatórias, transtornos sócio ocupacionais, econômicos e legais associados ao uso da cocaína.

O crack é chamado a “droga da destruição” e é também conhecido, como uma substância devastadora. Ele é obtido após a dissolução de cloridrato de cocaína em água, adicionando a esta solução bicarbonato de sódio ou amoníaco. Em seguida, é necessário ferver a água até que todo o precipitado de cocaína-base seja transformado em óleo. O gelo é adicionado ao recipiente e, dessa forma, a água esfria surgindo pedaços de óleo que se solidificam e precipitam. Depois de formada toda a cocaína-base e resfriado o recipiente, a água é retirada ficando apenas a cocaína-base que pode ser cortada com faca ou quebrada em pedras,

secada sob lâmpada aquecida ou forno. A nomeação “crack” surgiu através do som que resulta da queima do bicarbonato de sódio que é comum ser encontrado nas pedras (Oliveira, 2007).

Segundo Oliveira (2007), vários são os fatores que influenciam os usuários e usuárias a escolherem a droga para consumir. A adesão a uma droga depende além dos aspectos farmacocinéticos e farmacodinâmicos citados, os fatores ambientais, sociais e econômicos. Dentre esses fatores, podemos destacar a facilidade do acesso, relacionados a preços e pontos de distribuição, possibilitando que pequenas quantidades de cocaína de alta qualidade se tornem disponíveis a pessoas de baixa condição socioeconômica. O preço mais acessível e efeitos mais intensos fizeram com que muitos usuários de cocaína injetável passassem a usar o crack. Ele é fumado em cachimbos ou cigarros dispensando utensílios de uso injetáveis, fato este que facilita a adesão à substância, além de reduzir danos e riscos de contágios e transmissão de HIV e demais doenças.

A maioria dos traficantes adulteram o cloridrato de cocaína (pó, farinha) com outros compostos, com o objetivo de aumentar os lucros. Adicionam substâncias inertes ou brancas aumentando seu volume com talcos, farinhas, açúcares e sais, como o bicarbonato de sódio e sulfato de magnésio – denominados de diluentes, ou ativas, também chamadas adulterantes, como anestésicos locais (procaína, benzocaína, lidocaína ou tetracaína) ou estimulantes de baixo custo (epinefrina), que podem potencializar os efeitos simpatomiméticos da cocaína, potencializando o risco de toxicidade, associado ao uso, compondo assim o que se chama de “a droga da rua” (Oliveira, 2007).

O Relatório Mundial Sobre Uso de Drogas (UNODOC, 2013 e 2015) evidencia que houve um aumento na produção e no uso indevido de drogas, a partir de 2009 no Brasil, reafirmando que o uso abusivo de substâncias psicoativas (SPA's) principalmente o crack ocasionam prejuízos de diversas ordens, apesar de instituições nacionais de pesquisa (Fiocruz, 2013; Bastos & Bertoni, 2014) afirmarem que o problema maior das drogas não são as substâncias em si, mas a forma e o contexto social em que são consumidas.

De acordo com Ayres (2002), a existência de problemas relacionados ao uso de substâncias psicoativas está relacionada ao conceito de vulnerabilidade que segundo o autor resulta de um conjunto de características dos contextos político, econômico e socioculturais que ampliam e favorecem o risco individual (Buchala & Paiva, 2002).

Ayres (2002) traz uma compreensão da vulnerabilidade a partir de três eixos: individual, social e programático.

O conceito de vulnerabilidade individual diz respeito aos comportamentos e posições que oportunizam agravos à saúde. Ele está relacionado não apenas ao acesso à informação de

qualidade, mas também a capacidade de elaborá-la e incorporá-la ao seu cotidiano, no que se refere à possibilidade de transformação de suas práticas. Faz-se necessário pontuar que, a mudança de comportamento ou posições não está ligada somente à vontade pessoal, mas a um emaranhado de características singulares de significações, contexto de vida e relações interpessoais que validam essas mudanças (Ayres, 2002).

A vulnerabilidade social centra nos aspectos sociais, políticos e culturais, como por exemplo, o grau de escolaridade, moradia, acesso a bens de consumo, grau de liberdade de pensamento, crítica e expressão, disponibilidade de recursos materiais, capacidade e possibilidade de influência em decisões políticas, entre outros.

O terceiro eixo é o que Ayres (2002) denomina de vulnerabilidade programática que diz respeito à existência de iniciativas do poder público, da iniciativa privada e de organizações da sociedade civil como ações para o enfrentamento ao problema, no sentido de, reduzir as chances de ocorrência deste através da promoção à saúde de forma compromissada, organizada, sistemática e monitorada nos diversos níveis de atenção.

A maioria dos levantamentos epidemiológicos de âmbito nacional sobre o consumo de drogas é realizada pelo Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID), não se identificando o consumo de crack antes de 1989. A primeira pesquisa etnográfica sobre o consumo de crack no Brasil foi realizada na cidade de São Paulo com 25 usuários que viviam em comunidades de baixa renda (Duailibi, Ribeiro & Laranjeira, 2008).

Em 2014, foram divulgados os dados do maior e mais completo levantamento feito sobre crack no mundo, realizado pela FIOCRUZ para a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), intitulado “A pesquisa nacional sobre o uso de crack: quem são os usuários de crack e/ou similares no Brasil e quantos são nas capitais brasileiras”. Como resultado, foram identificados 370 mil usuários de crack, além da confirmação do contínuo de uso e de usuários de crack no Nordeste do Brasil. Também foi constatado que o ambiente familiar violento e a falta de perspectivas já estavam presentes na vida dessas pessoas antes do uso do crack. Quase 30%, relataram que problemas familiares ou perdas afetivas foram a principal motivação para usar crack e 44,5% das mulheres entrevistadas relataram já terem sofrido violência sexual na vida.

Os pesquisadores apontam que nas cenas de uso de crack, as mulheres apresentam um comportamento diferenciado, o tempo médio de consumo da droga entre o grupo feminino é de 72,8 meses, menos do que o masculino (83,9 meses). Apesar disso, o consumo de pedras usadas, num mesmo dia, é significativamente maior entre as mulheres. Elas relataram consumir em média, num mesmo dia, 21 pedras, enquanto os homens indicaram usar 13 pedras. De acordo

com a pesquisa também foram encontradas diferenças importantes com relação ao recebimento de dinheiro ou drogas em troca de sexo, a pesquisa aponta que entre mulheres essa proporção foi de 29,9% enquanto de homens foi de 1,3% (Fiocruz, 2014).

Esse é um fato que chama atenção, uma vez que o uso do corpo, do sexo, seja por dinheiro, seja pela pedra do crack é algo corriqueiro e surge tanto por parte das mulheres quanto dos homens. No caso dos homens, há um silenciamento quanto a essa forma de obtenção da droga e, conseqüentemente, uma subnotificação, fato esse que sugere um maior preconceito quanto à troca de sexo por drogas, vivenciadas pelos homens usuários de crack.

Outro ponto que chamou a atenção dos pesquisadores está relacionado à gravidez, cerca de 10% relataram estar grávidas no momento da entrevista, mais da metade das usuárias já havia engravidado ao menos uma vez desde o início do consumo de crack e de drogas similares (Fiocruz, 2014).

Na contramão do que diz o senso comum, a pesquisa aponta que as estimativas de proporção de usuários e usuárias de crack e/ou similares não são mais elevadas na região Sudeste, onde, entretanto, o consumo em locais públicos é mais visível, devido à magnitude das suas metrópoles e o tamanho expressivo das grandes cenas de uso, conhecidas como “cracolândias”. As capitais da região Nordeste, ainda que estatisticamente apresentem proporções similares de uso frente às capitais da região Sul, foram as que apresentaram o maior quantitativo de usuários e usuárias de crack e similares, quando considerado o uso sob a forma regular dessa droga, isto é, cerca de 150 mil pessoas. Todavia, no Nordeste, não foi encontrado, com frequência, o fenômeno de grandes grupos para uso, as “cracolândias”, sendo mais frequente que usuários e usuárias se reúnam em grupos menores de três a cinco pessoas para fumar a pedra visando dificultar a identificação do uso por parte da polícia (Brasil, 2012a).

A pesquisa da Fiocruz tem como um dos seus pontos altos, evidenciar que o crack não pode ser visto como a única droga existente no Brasil com potencial de causar danos à população, pois outras drogas também estão presentes no cotidiano dos brasileiros e brasileiras. Portanto, além da construção de números sobre a real situação do crack no Brasil, a pesquisa revela que é a vulnerabilidade social na qual os usuários e usuárias de drogas se encontram que os marcam – adultos jovens, homens e mulheres – a maioria com baixa escolaridade, negros ou pardos, evidenciando que o uso do crack no Brasil, é atualmente, um problema social (Brasil, 2012a; Dias, 2012).

A pesquisa conclui também que somente os serviços de saúde, não são suficientes. São necessárias ações associadas à assistência social que os auxiliem com alimentação, higiene

peçoal, apoio sócio assistencial, inclusão sócio produtiva e escolar, entre outras (Brasil, 2012a).

O tema das drogas é um assunto que, direta ou indiretamente, diz respeito a todos nós – governo e sociedade. Dedicar-se a essa temática é tarefa de inquestionável relevância. Exige responsabilidade e conhecimento. Conhecimento científico e atualizado e conhecimento da vida. Nosso papel, como governo, consiste em envolver e dar voz a todos os interessados nessa questão, para facilitar a criação de políticas que estejam adequadas ao momento – Legislação e Políticas Públicas sobre drogas no Brasil (Brasil, 2008, p. 10 e 12).

As políticas brasileiras de atenção aos usuários de álcool e outras drogas surgem em momentos diferentes, trazendo distintas formas de abordagem aos usuários, principalmente com relação às drogas consideradas ilegais. Inicialmente os Estados Unidos foram modelo de referência, utilizando-se de um discurso político-jurídico de combate às drogas, tal modelo não fazia distinção entre usuário e o tráfico organizado (Moraes et al., 2011).

O combate ao uso de drogas no Brasil só teve início na primeira metade do século XX, nos governos dos presidentes Epitácio Pessoa e Getúlio Vargas. A primeira regulamentação sobre drogas data de 1921, o Decreto n. 4.294. Seguindo-se a ele, veio o Decreto-Lei n. 891/1938, a Lei de fiscalização de entorpecentes incorporados ao artigo n. 281 do Código Penal. Mas a atuação do Governo Brasileiro só passa a efetivar-se fortemente na década de 1970, ao sancionar a Lei n. 6.368, (Lei de Entorpecentes) aprovada em 21 de outubro de 1976, pelo então presidente da República, Ernesto Geisel.

Essa Lei contém regras relativas à prevenção, tratamento e recuperação, crimes e penas referentes ao tema, além de procedimentos que deveriam ser seguidos ao serem apurados casos de delitos. Esta Lei buscou de forma repressora conter a produção, comércio e consumo de drogas, sendo influenciada pela conjuntura política do país, a ditadura militar nos anos de 1970. Portanto, somente as drogas consideradas ilícitas foram criminalizadas, enquanto outras como o álcool, o tabaco e medicamentos psicotrópicos, que também podem causar danos, se mantiveram como drogas lícitas.

A Lei n. 6.368/76 esteve em vigor até 2006. Somente em 1990, a revisão da abordagem das drogas teve seu processo realizado pelo Governo Federal, criando a Secretaria Nacional de Entorpecentes, através da Lei n. 8.764/93 pelo SENAD, buscando a construção de uma Política Nacional Antidrogas – PNAD, englobando prevenção, tratamento, repressão, estudos, pesquisas, avaliações, recuperação e reinserção social.

O governo do presidente Fernando Henrique Cardoso tinha como prioridade a guerra às drogas, pois as proporções assumidas pelo problema de produção, tráfico e uso indevido eram vistas como ruína a saúde das pessoas e as redes criminosas que exploravam as drogas eram uma ameaça à segurança dos estados e à soberania das nações. A SENAD, órgão responsável pela PNAD, foi vinculada à Presidência da República.

Em 2002, o Governo Brasileiro sancionou a Lei n. 10.409, que dispôs sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão à produção, ao uso e ao tráfico ilícito de produtos, substâncias ou drogas ilícitas que causam dependência física ou psíquica, assim elencados pelo Ministério de Saúde (Brasil, 2001).

Em 2003, o Ministério da Saúde, no primeiro ano de gestão do presidente Luís Inácio Lula da Silva, adotou a “Política de Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas” que incorporou diretrizes consoantes com os princípios da política de saúde mental vigente (Lei Federal n. 10.216/01) que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadores de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. É implantada então a estratégia de redução de danos, um novo marco teórico que surge oferecendo-se como um método cujo direcionamento do tratamento tem como objetivo proporcionar um aumento no grau de liberdade do sujeito, bem como, a corresponsabilidade daquele que está se tratando. Isso significa o estabelecimento de vínculos com os profissionais, priorizando práticas terapêuticas fundamentadas não só no saber médico, mas métodos que aumentam a possibilidade de redução de riscos e danos ao usuário de drogas frente ao seu tratamento e a sua vida (Ministério da Saúde, 2003).

Em 2005 o Conselho Nacional Antidrogas – CONAD, aprova sem ressalvas a Política Nacional sobre Drogas - PNAD, através da Resolução n. 03, de 27 de outubro de 2005, mantendo ainda o primeiro pressuposto dessa política: “buscar incessantemente, atingir o ideal de construção de uma sociedade protegida do uso de drogas ilícitas e do uso indevido de drogas lícitas” (Brasil, 2005, p.10).

Em 2006, são revogadas, pelo Governo Brasileiro, as Leis n. 6.368/76 e 10.049/02 e sancionada a Lei 11.343, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD. Um dos avanços e marco desta Lei é a distinção entre usuários/dependentes de drogas de traficantes. Essa Lei prescreve medidas para a prevenção ao uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas, estabelece normas para a repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas, define crimes e dá outras providências (Brasil, 2006).

A Confederação Nacional dos Municípios – CNM, em 2010, após identificar a problemática do aumento significativo do uso de drogas, inicia a elaboração de planos com propostas de enfrentamento às drogas em diversos níveis de governo. Inúmeras propostas foram apresentadas, tendo a Política Nacional sobre Drogas como instrumento norteador. O Governo Federal, através do Decreto n. 7.179, de 20 de maio de 2010, institui o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas e o do Governo do Estado de Pernambuco, através do Decreto n. 35.065, de 26 de maio de 2010, criou a Rede Estadual de Enfrentamento ao Crack (Pernambuco, 2010).

Dentro dessa política, foi implantado, no Estado de Pernambuco, o Programa ATITUDE - Atenção Integral aos Usuários de Drogas e seus Familiares, um Programa do Governo do Estado, que foi coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos e, atualmente, pela Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude – SDSCJ, através da Secretaria Executiva de Políticas sobre Drogas.

O programa ATITUDE tem como objetivo acolher e garantir proteção integral aos usuários de crack e outras drogas com grande exposição à violência nos serviços de abordagem social e acolhimento institucional para reduzir os riscos e danos individual, social e comunitários ocorridos em decorrência desses usos, na perspectiva de contribuir para a efetividade da política de proteção social não contributiva e no aperfeiçoamento da prestação dos serviços socio assistenciais ofertados à população pernambucana.

De acordo com a PNAD, um dos seus pressupostos é “atingir o ideal de construção de uma sociedade protegida do uso de drogas ilícitas e do uso indevido de drogas lícitas” (Brasil, 2008).

Precisamos nos perguntar: Isso é realmente possível?

O Consumo de crack e outras substâncias psicoativas entre as mulheres ainda é pouco investigado no Brasil. Informações de bases nacionais destacam barreiras de ordem estrutural, social, sistêmica e cultural enfrentadas por essa população para a busca de tratamento e assistência à saúde (Ramiro, Pandovani, & Tucci, 2014). O preconceito frente às mulheres que usam substâncias psicoativas constitui-se uma preocupação política e financeira, pois a desaprovação social só contribui para a manutenção do consumo às escondidas.

De acordo com Moraes (2010), há mais ou menos três décadas as pesquisas sobre o uso de crack não se preocupavam com as diferenças de consumo entre homens e mulheres, porque o consumo de crack não era significativo entre as mulheres, elas eram subnotificadas e também porque os trabalhos científicos que buscavam estudar as desigualdades de gênero e as suas particularidades eram poucos expressivos. No entanto, atualmente, Freitas (2015) sugere uma

compreensão da integralidade dos usuários e usuárias de drogas observando-os a partir de uma visão que considere suas múltiplas implicações, localizando-os enquanto pessoas atravessadas por gênero, raça, geração, território e classe. Nesse sentido, a experiência do uso de drogas, intrínseca ao contexto de suas relações, articula-se com a forma em que as redes sociais significativas influenciam possíveis formulações de projetos de vida.

Para Freitas (2015), os projetos de vida partem de significações que são construídas coletivamente, onde a pessoa é produto e produtora e, também das possibilidades que lhe são apresentadas pelo seu contexto social e político. Se faz necessário estar atentos à forte influência do que é, por exemplo, ser mulher, pobre, negra, do que a sociedade apresenta como possibilidades de ser para essa pessoa, e de como ela aceita ou resiste a esses ordenamentos sociais (Costa, 2014 como citado em Freitas, 2015).

A presente pesquisa se insere no campo dos estudos e teorizações foucaultianas acerca da constituição da subjetividade e das relações de poder que a atravessam. Ao longo da história diferentes discursos sobre a mulher adquiriram estatuto de verdade, marcando fortemente a constituição de sua subjetividade. Essas “verdades”, no entanto, podem ser problematizadas, e melhor compreendidas, ao passo em que, busca-se entender a relação com o contexto sócio histórico, no qual elas foram produzidas, emergindo, assim, a intenção de universalidade delas (França, 2013).

Para Foucault, o sujeito, que é algo que muito lhe interessa, não é um produto causal de discursos nem das características e acontecimentos de um tempo. Ele é a expressão de um modo de ser e de fazer a partir das condições discursivas e suas contingências históricas (Fischer, 2012). As teorizações de Foucault nos ensinam que verdades são produzidas por diversos campos de saber, numa determinada economia de discursos, como uma forma de exercício de poder. O corpo social é constituído por múltiplas relações de poder, que não podem se estabelecer sem a produção de discursos que adquiram caráter de verdade (Foucault, 2006a).

Ainda que a mulher ou mesmo a diferença entre os sexos não tenha sido uma questão central nas obras de Foucault, grande parte das pesquisas atuais sobre mulheres tomam o autor como referência. Para Perrot (2005), Foucault forneceu armas úteis à crítica feminista a partir das discussões sobre o corpo sexual como alvo e veículo do biopoder, para esta autora, Foucault se contrapõe a ideia corrente de que onde o poder se exerce a liberdade desaparece. Para esse autor, a liberdade aparece como condição de existência do poder. Assim, as tecnologias individualizantes, produzem sujeitos a partir de diversas instâncias discursivas como a medicina, a família e as instituições educacionais, evocando as responsabilidades individuais sobre as

próprias condutas e produzindo modos de ser e agir no mundo como o fizeram com as mulheres e os homens.

Foucault forneceu instrumentos de resistência contra o discurso naturalista que delimitou as esferas públicas e privadas e ancorou as mulheres em seus corpos nomeados de frágeis, doentios, histéricos que precisavam ser protegidos e escondidos. Faz críticas aos discursos médico e filosófico que produziram “verdades” sobre a diferença sexual, exercendo influência sobre a forma como as pessoas se constituíam enquanto homens e mulheres e legitimando a construção de uma relação hierárquica entre eles. Tais discursos visavam atender à necessidade política de destinar homens e mulheres, respectivamente, ao espaço público e ao privado, o que reforçou a situação de inferioridade feminina.

Neste sentido, a leitura de Foucault (2006b) nos instrumentaliza a questionar essas “verdades” existentes sobre a diferença sexual, procurando entendê-las dentro da economia dos discursos e da dinâmica de relações de poder em que são produzidas na sociedade.

Na obra de Foucault, pode-se observar três momentos aonde ocorrem deslocamentos teóricos metodológicos. Em um primeiro momento, ao analisar o que frequentemente era nomeado de progresso do conhecimento, Foucault interrogou-se sobre as formas de práticas discursivas que articulavam o saber. Em seguida, um novo deslocamento teórico/metodológico se fez pertinente ao buscar analisar o que frequentemente se descreve como manifestações do poder e, sobretudo, como as relações múltiplas, as estratégias abertas e as técnicas racionais se articulam no exercício do poder. Um terceiro deslocamento foi preciso, para que Foucault analisasse o que era designado como sujeito e pesquisasse sobre as formas e as modalidades de relações consigo através das quais o indivíduo se constitui e se reconhece como sujeito (Foucault, 1984; Lima, 2015).

Partindo dessa abordagem é possível pensar o uso do crack e as mulheres usuárias de crack problematizando a uma série de questões que foram avaliadas nesse estudo como os objetivos específicos: 1- Analisar como os discursos de saber/poder sobre a mulher se operacionalizam na vida das mulheres usuárias de crack; 2- Compreender quais as formas possíveis de agenciamento que essas mulheres utilizam no processo de subjetivação no contexto do uso da crack; 3- Descrever o lugar que essas mulheres ocupam nesse contexto a partir de uma perspectiva de gênero; 4- Analisar como se apresenta a rede de apoio social – família, saúde, educação, trabalho, segurança das mulheres participantes dessa pesquisa, diante da experiência de uso do crack. Em síntese, como essas mulheres se subjetivam no contexto do uso do crack.

Nesse estudo, o uso da categoria analítica do gênero é de extrema relevância, pois a presente pesquisa pretende investigar a experiência de mulheres usuárias de crack, na perspectiva foucaultiana.

Foucault (1984) evoca o conceito de experiência para tratar da correlação, de uma cultura, com os modos pelos quais os seres humanos tornam-se sujeitos, constroem suas subjetividades, na e através dela, uma correlação entre campos de saber, tipos de normatividade e sistemas de poder que a regulam. A experiência histórica é a trama de discursos e práticas por meio dos quais se dá forma àquilo que somos. É essa trama a que constitui nossa experiência possível em cada lugar e a cada momento. A experiência concreta, histórica e culturalmente situada. É precisamente essa experiência histórica a que cria o sujeito, não um sujeito universal, mas uma singular forma de sujeito, uma subjetividade. É a experiência histórica a que explica a emergência de um tipo particular de subjetividade.

Destaca-se, portanto, que os objetos circunscritos neste estudo são o crack e a subjetivação das mulheres usuárias de crack. Não o crack como realidade natural e universal, mas como fenômeno histórico estrategicamente organizado que proveu as contingências possíveis para a formatação dos processos de subjetivação das mulheres usuárias de crack. São fenômenos complexos e não possíveis de redução a uma explicação causal única, pois são atravessados por redes do saber-poder e pelos regimes de verdade.

Segundo a filósofa norte americana Butler (2010, p. 58):

Se há algo de certo na afirmação de Beauvoir de que ninguém nasce e sim torna-se mulher decorre que mulher é um termo em processo, um devir, um construir de que não se pode dizer com acerto que tenha uma origem ou um fim. Como uma prática discursiva contínua, o termo está aberto a intervenções e ressignificações. Mesmo quando o gênero parece cristalizar-se em suas formas mais reificadas, a própria “cristalização” é uma prática insistente e insidiosa, sustentada e regulada por vários meios sociais. Para Beauvoir, nunca se pode tornar-se mulher em definitivo, como se houvesse um tê-los a governar o processo de aculturação e construção.

A filósofa norte-americana, em seu livro *Problemas de gênero*, denuncia a construção social da diferença sexual, desnaturalizando as categorias: homem, mulher, masculino, feminino fazendo uma crítica extremamente contundente a um dos principais fundamentos do movimento feminista, a saber, a identidade. Segundo a autora não é possível a existência de apenas uma identidade, de ordem metafísica, mas identidades, pensadas no plural e não no singular (Butler, 2010).

Butler (2012) busca problematizar as identidades binárias do “masculino” e “feminino” por estas serem hegemônicas, subordinarem e excluírem outras identidades, como gays, lésbicas, travestis, transgêneros, etc. O objetivo é fazer a dissociação entre as diferenças biológicas dos comportamentos esperados entre homens e mulheres, argumentando que tais comportamentos não são produtos da natureza e sim das construções socioculturais que determinam um conjunto de características que diferem masculino de feminino. Sendo o sexo entendido como algo natural é também um efeito da construção sociocultural de comportamentos esperados dos sujeitos. Construção essa que delinea o modo como um homem ou uma mulher deve agir. Desse modo, gênero pode ser estudado como um sistema de significados, um processo no qual se constrói diferenças sexuais que são orientadoras dos modos de vida dos indivíduos.

Nesse sentido, é primordial compreender o gênero tanto em contextos globais, com o intuito de combater as ideias universais sobre o que se diz a seu respeito, bem como, pensar o gênero relacionado a outras categorias, como sexo, classe, raça, geração, a fim de, localizar as diferenças e desigualdades de cada cultura e suas particularidades.

O exercício de pensar as mulheres em novos contextos é um dos caminhos que nos viabiliza intervenções mais assertivas nas práticas em saúde e na assistência para as mulheres. Dessa forma, pode-se compreender a relação dessas mulheres com o crack e com isso oferecer um serviço acolhedor. Compreender a mulher em sua integralidade envolve mudanças importantes, mudanças estas que enfrentam constante resistência por estarem relacionadas às questões de poder.

Este estudo foi organizado em quatro capítulos, sendo o primeiro destinado a se fazer o levantamento bibliográfico ou Estado da arte. Foram selecionados alguns descritores de pesquisa e bancos de dados, dentro do período determinado de 2006 a 2016. Este capítulo tem como objetivo explorar trabalhos existentes sobre o objeto de estudo, mulheres usuárias de crack, a partir de uma perspectiva foucaultiana, fazendo um recorte em relação a três dimensões: as experiências, a categoria analítica do gênero e uso de drogas.

O segundo capítulo, tem como objetivo discutir a possibilidade de um caminho epistêmico-metodológico que possa ser utilizado na compreensão crítica do uso de drogas, a luz da teorização foucaultiana. Destaca-se, diante da abordagem teórica escolhida, seja necessário pensar sobre a problemática do método em Foucault e da metodologia sobre seu olhar. Relata-se os passos utilizados no processo de investigação, apontando, sobretudo, para uma experiência de construção de conhecimento.

No terceiro capítulo, contextualiza-se sobre modos de subjetivação trazendo algumas narrativas dos sujeitos que protagonizam este estudo e disserta-se sobre os modos de

subjetivação e experiência em Foucault descrevendo os discursos de verdade saber/poder enquanto dispositivo político de regulação de condutas. Nesse capítulo é possível entender as questões de gênero para se compreender os atravessamentos históricos pelos quais as mulheres usuárias de crack passam em seu processo de subjetivação.

No quarto capítulo, realiza-se uma análise das narrativas dialogando sobre gênero, uso de drogas, corpos abjetos e resistência dentro de uma relação sociocultural. Nele compreende-se que não é possível problematizar, compreender e intervir no campo dos usos de drogas sem levar em consideração elementos estruturadores de relações de poder como contexto histórico, gênero, geração, raça/etnia, classe, cultura de origem e processos de agenciamento.

1 Revisão de literatura ou Estado da Arte: sobre a experiência de mulheres usuárias de crack

Uma pesquisa inicia sua construção a partir das inquietações de um pesquisador em estudar um determinado tema. Pode-se dizer que são várias as razões que levam um pesquisador a realização de uma pesquisa científica. De acordo com Gerhardt e Souza (2009) estas razões podem ser agrupadas em razões intelectuais e razões práticas. A primeira diz respeito ao desejo de conhecer pela própria satisfação de conhecer e a segunda, o desejo de conhecer com vistas a fazer algo de maneira mais eficaz.

Pesquisar é reunir um conjunto de informações sobre um assunto específico e, a partir dos dados coletados, descobrir novos conhecimentos e/ou novas possibilidades de compreensão. Toda pesquisa parte do interesse prévio do pesquisador pelo tema que será por ele pesquisado, portanto, é imprescindível que o estudioso tenha um conhecimento mínimo sobre o tema de sua pesquisa, bem como recursos para realizá-la.

A pesquisa tem várias fases, que vai da formulação de um problema até a apresentação e discussão dos resultados. Segundo Gerhardt e Souza (2009) uma pesquisa, antes de iniciada, deve ser bem planejada. Deve seguir os caminhos que levam a um estudo bem feito que são: a escolha do tema, a formulação do problema, a especificação dos objetivos e a operacionalização dos métodos. Para esses autores o conhecimento prévio sobre o tema da pesquisa a ser realizada deve considerar os últimos estudos realizados sobre o assunto, avaliando a relevância do tema da pesquisa também pela quantidade e qualidade do material produzido sobre ele. Essa é uma forma de promover conteúdos inéditos e/ou novas possibilidades de pensar a partir de um estudo já existente. Esse levantamento a respeito das publicações do tema de interesse do pesquisador é chamado de levantamento bibliográfico ou estado da arte.

Uma pesquisa de revisão de literatura ou, como também é reconhecida, de estado da arte tem como proposta realizar um mapeamento de estudos – teses, dissertações, artigos e publicações acadêmicas – produzidos em certo espaço de tempo e em uma determinada área temática, construindo, desse modo, um levantamento bibliográfico onde serão discutidas e analisadas as produções que respondem a certo aspecto ou dimensão de conhecimento. Essas revisões de literatura ou estado da arte têm como características se utilizar de um processo metodológico de caráter inventariante e descritivo das produções científicas de certo tema (Ferreira, 2002).

O caráter de realização de um mapeamento e de um levantamento dos conhecimentos previamente estudados a respeito de certa temática possibilita, ainda, que novos apontamentos

sejam feitos para a resolução do problema cuja revisão de literatura, se propõe a discutir. Romanowski e Ens (2006) sinalizam a importância de que mais pesquisas trabalhem com estados da arte como modo de levantamento, análise e avaliação das pesquisas já feitas em decorrência dos tempos de mudanças ligadas aos avanços tecnológicos e científicos, sendo assim, uma forte contribuição na constituição de um corpo teórico de uma determinada área de conhecimento (Romanowski & Ens, 2006).

O estado da arte é usado para se saber o quê e o porquê da necessidade de realização de uma pesquisa, ou seja, é uma pesquisa que tem por objetivo mapear a produção acadêmica realizada a partir de descritores que compõem um determinado estudo, delimitando-se um período e lugar de ocorrência das produções acadêmicas. Esta permite um conhecimento tanto quantitativo quanto qualitativo das reflexões observadas em nível de pós-graduação.

A importância do estado da arte é observar, a partir de uma pesquisa exploratória, como um determinado tema tem sido discutido em suas várias perspectivas. Conforme Romanowski e Ens (2006), o procedimento metodológico deve ser composto pelos seguintes passos: definir os descritores a serem utilizados, direcionando as buscas; localizar nos bancos de dados eletrônicos e manuais os estudos relevantes, assim como, textos completos dos artigos; estabelecer critérios de inclusão e exclusão para selecionar os materiais que deverão compor o *corpus* da pesquisa; realizar o levantamento do material de estudo teses; e, por fim, realizar os cruzamentos entre os descritores, para ser possível uma verificação sobre os últimos artigos publicados na temática de interesse do pesquisador.

O acesso a informações e estudos mais amplamente divulgados faz com que a busca dos artigos seja mais direcionada, uma vez que, já existe um saber prévio embasado em livros, teses de doutoramento e dissertações de mestrado sobre informações conceituais do tema. Portanto, a realização de uma pesquisa com objetivo de mapear as produções científicas atuais requer previamente que o pesquisador tenha um conhecimento geral do campo ao qual ele se propõe a analisar.

A observação da experiência de mulheres usuárias de crack na perspectiva foucaultiana pode estar relacionada aos atravessamentos sociais, culturais e históricos que as perpassam.

1.1 Procedimentos da revisão de literatura

Inicialmente realizou-se uma exploração ampla, sem refinamentos, utilizando-se as palavras “mulher”, “gênero”, “crack”, “drogadição”, “experiência”, “e Michel Foucault” nas bases de dados *online* da Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia (BVS-PSI) e no *Google*

Acadêmico. Nesta primeira busca foram encontrados mais de três mil artigos, nos mais diferentes contextos e práticas clínicas, em disciplinas e áreas variadas.

A Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) é um portal que se propõe a divulgar informações e conhecimentos das diversas áreas da saúde. Criada em 1998 como modelo, estratégia e plataforma operacional de cooperação técnica da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) para gestão da informação e conhecimento em saúde na Região da América Latina e Caribe.

A BVS é uma rede construída coletivamente e coordenada pela BIREME. É uma rede desenvolvida, por princípio, de modo descentralizado, por meio de instâncias nacionais (BVS Argentina, BVS Brasil etc.) e redes temáticas de instituições relacionadas à pesquisa, ensino ou serviços (BVS Enfermagem, BVS Ministério da Saúde etc.). O Portal Regional da BVS integra fontes de informações em saúde, promovendo, deste modo, uma ampliação democrática do acesso à informação acadêmica, científica e técnica em saúde na América Latina e no Caribe.

Desenvolvida e operada pela BIREME, a BVS-PSI é uma rede que contempla três idiomas (português, inglês e espanhol). Sua coleção de artigos e produções científicas é composta de bases de dados bibliográficos produzidos pela Rede BVS, como o LILACS e outras fontes de informação como sites de internet e eventos científicos. A rede surgiu visando garantir o acesso à informação de forma rápida e precisa, através da seleção, organização e disseminação da informação em um espaço virtual especializado, assegurando ao psicólogo e pesquisador da Psicologia o acesso eficiente, online e equitativo aos produtos e serviços de qualidade disponibilizados na Internet e especialmente desenvolvidos para a sua qualificação profissional. O instrumento busca contribuir para a atualização profissional do psicólogo, para o avanço da pesquisa científica no Brasil e na América Latina, bem como, atender as necessidades de informação em Psicologia dos estudantes, professores, pesquisadores e profissionais (Biblioteca Virtual em Saúde, 2016).

A Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia da União Latino-Americana de Entidades de Psicologia do Brasil (BVS-PSI ULAPSI Brasil) foi fundada em 2000, sendo chamada de BVS-PSI, resultado direto da cooperação com o Conselho Federal de Psicologia (CFP) entre outros órgãos de fomento à pesquisa em saúde. A BVS-Psi ULAPSI Brasil é uma coleção descentralizada e dinâmica de fontes de informação que difere do conjunto de fontes de informação da Internet por obedecer a critérios de seleção e controle de qualidade. Segue os princípios da BIREME, que orienta a construção de bibliotecas virtuais com a utilização de software de código aberto, para atender as necessidades de informação em Psicologia dos estudantes, professores, pesquisadores e profissionais (Biblioteca Virtual em Saúde, 2016).

É importante destacar que a escolha por essa base de dados, para a realização desta revisão de literatura, se deu em decorrência de que ela contempla: “Bases Bibliográficas” onde são indexados periódicos técnico-científicos, teses e livros; “Bases em textos completos”, contendo, por exemplo, os periódicos PePSIC, SciELO, anais e resumos de congressos e contempla “Bases em Ciências da Saúde e Áreas Correlatas”, como o LILACS, o portal BVS, BVS Brasil e Revistas da USP. Além dessa literatura científica disponível na base de dados, a rede oferece uma pesquisa através de Terminologias em Psicologia e Terminologia em Ciências da Saúde (DeCS), específicos das áreas de saúde.

Considerando que o objetivo desta pesquisa é compreender a experiência de mulheres usuárias de crack e aborda uma discussão do conceito de experiência na abordagem foucaultiana, a problematização das condições nas quais essas mulheres iniciaram o uso do crack; a compreensão de suas vidas antes e depois de iniciar o uso do crack; a avaliação dessas mulheres quanto aos cuidados recebidos por parte da família, dos amigos e dos profissionais de saúde após tornar-se dependente do crack e a análise quanto a questão do gênero pode influenciar suas experiências enquanto usuárias de crack na sociedade contemporânea, faz-se necessário realizar uma seleção de critérios de inclusão e exclusão para que a busca por artigos científicos e teses aborde esses conteúdos.

1.2 Critérios de inclusão e exclusão na pesquisa

Os critérios de inclusão e exclusão representam a exposição clara e precisa do que será pesquisado na literatura sobre o tema que é de interesse do pesquisador. Sabe-se que, os critérios escolhidos devem estar diretamente relacionados à pergunta norteadora do problema a ser discutido pela revisão de literatura, deste modo, ao optar por certos critérios possibilita-se um refinamento do levantamento bibliográfico com um olhar exclusivo para os descritores existentes na pesquisa desejada, fato que resulta em oferecer maior fidedignidade e confiabilidade à pesquisa.

Nesta revisão foram escolhidos, segundo os objetivos, geral e específicos, propostos, os seguintes critérios:

Critérios de inclusão:

- Estudos e trabalhos realizados em território brasileiro ainda que publicado em outros idiomas;
- Publicação em língua portuguesa, inglesa e espanhola.

- Trabalhos disponibilizados em banco de dados de acesso público da BVS-PSI;
- Estudos publicados nos últimos dez anos, entre o ano de 2006 e 2016
- Artigos, teses e dissertações na íntegra que contemplassem a temática do uso de drogas na vida de mulheres usuárias de crack;

Crítérios de exclusão:

- Artigos, teses e dissertações encontradas em fontes de acesso pago;
- Trabalhos escritos em línguas que não sejam portuguesa, inglesa e espanhola;
- Trabalhos embasados pelo DSM-IV-TR, que trás as questões relacionadas ao gênero como “transtorno da identidade de gênero”;
- Trabalhos sobre drogas dando enfoque a transtorno mental;

Delimitado e definido quais os trabalhos podem fazer parte e àqueles que não irão entrar na análise da revisão sobre a experiência de vida de mulheres usuárias de crack, através dos critérios de inclusão e exclusão, torna-se possível iniciar a construção do *corpus* deste estado da arte.

1.3 Apresentação dos trabalhos selecionados e o *Corpus* da pesquisa

O *corpus* de uma pesquisa representa os materiais através dos quais o pesquisador fundamentará seu estudo. É a estrutura que ele apresenta para alcançar seus resultados, relacionando o material captado à teoria que embasa a pesquisa e responde aos objetivos dela.

Montar o *corpus* de uma pesquisa de revisão de literatura científica representa a organização de todos os materiais dispostos no campo acadêmico cuja finalidade será embasar teoricamente o problema a ser discutido. Deste modo, fez-se uso dos descritores isolados na base de dados da BVS-PSI observando apenas a quantidade de títulos encontrados e realizou-se uma breve leitura dos resumos expostos, optando-se pelas terminologias que melhor definem o objeto de pesquisa deste estudo.

Para que isto fosse possível foi escolhido o catálogo de termos da própria rede BVS-PSI. De acordo com este catálogo as “Terminologias em Psicologia” e as “Terminologias em Ciências da Saúde (DeCs)” englobam um extenso vocabulário de termos na área que permitem uma busca mais eficaz de documentos nos eixos e campos escolhidos. Ambos serviços oferecem uma variedade de descritores que contemplam estudos específicos e deste modo agrupam pesquisas cujo tema faz parte do mesmo campo temático.

O mecanismo de busca utilizado não faz distinção entre palavras em letras maiúsculas ou minúsculas, contudo, apresentou diferenças em quantidades de estudos apresentados ao selecionar uma palavra no singular ou no plural, quando, por exemplo, o descritor foi “mulher”. Em razão desta diferença, optou-se por utilizar este descritor no singular e no plural. Quanto aos termos “crack” e “drogadição” não obteve-se resultados nas terminologias em psicologia e descritores da saúde (DeCs) para o BVS-PSI, no entanto, ao se fazer uma busca geral em outras bases de dados, como o *Google* e o *Google acadêmico* encontramos mais de três mil resultados para esses termos, resolvendo mantê-los como descritores, uma vez que, são centrais no tema em estudo nessa pesquisa.

Objetivando buscar respostas para a indagação de compreender a experiência de vida de mulheres usuárias de crack, foram selecionados os termos: “mulher/mulheres”, “gênero”, “experiência”, “drogadição”, “crack” e o vocábulo “Michel Foucault”, pois, se pretende embasar a pesquisa em questão na perspectiva deste autor. Todos esses descritores dizem respeito ao público alvo da pesquisa e ao campo teórico que fundamentará a pesquisa, assim como estas palavras fazem referência ao questionamento do objetivo geral do estudo.

Avaliou-se se os termos estavam indexados como descritores no BVS-PSI, quais as definições que possuíam a eles associados e as notas explicativas de cada palavra escolhida para averiguar se são compatíveis com o objeto de pesquisa deste estudo. Com os resultados encontrados para as terminologias selecionadas foi construída a tabela 1.

Tabela 1

Resultado da busca em base de dados das terminologias em psicologia e descritores em ciências da saúde (DeCs) para o BVS-PSI

Descritores	Quantidade de respostas por similaridade	Significado predominantemente atribuído	Termos associados	Terminologias escolhidas
Mulher	16	Gênero	Mulheres; Saúde da mulher; Psicologia feminista; Família	Mulher e Mulheres
Gênero	38	Identidade de gênero, feminismo, machismo, diferenças sexuais, homens, mulheres	Diferenças sexuais, orientação sexual, papéis sexuais, atitudes frente à identidade sexual, feminilidade, masculinidade	Gênero
Crack	0	Zero	Zero	Zero
Drogadição	0	Zero	Zero	Zero
Experiência	38	Terapias psicológicas; abordagens	Psicoterapias; existencialismo	Experiência
Michel Foucault	1	Pessoa	Filosofia francesa, filósofos	Foucault

O termo mulher aparece em 16 referências, várias destas somadas a outra palavra como “saúde da mulher” e “violência contra a mulher”. De modo geral é explicitado como gênero e relacionado às questões sociais e de cuidado da mulher. A terminologia da BVS-PSI define mulher como “humanos do sexo feminino como entidades culturais, psicológicas, sociológicas, políticas e econômicas”.

No caso do termo gênero, foi encontrado 38 artigos que o relacionam ao uso do crack englobando “identidade de gênero”, “feminismo”, “machismo”, “diferenças sexuais”, “homens”, “mulheres”.

O campo terminologia da BVS-PSI, traz a seguinte definição para o termo gênero: "Termo conceitualmente amplo para designar as características estruturais, funcionais, ou comportamentais dos humanos e suas diferenças sexuais". Uma outra definição encontrada para o termo gênero é "humanos do sexo feminino como entidades culturais, psicológicas, sociológicas, políticas e econômicas". Definição esta que será utilizada neste estudo.

Outra definição encontrada, e, portanto, com a qual não trabalhou-se neste estudo é a do DSM-IV-TR, que é descrita como "transtorno da identidade de gênero consistindo de uma sensação persistente de desconforto e inadequação em relação ao próprio sexo anatômico, com desejo persistente de se livrar dos órgãos genitais e viver como um membro de outro sexo".

Com relação ao termo crack, na busca por esse descritor na BVS-PSI em terminologias, não obtivemos sucesso, no entanto, na busca separadamente, nas bases de dados LILACS encontrou-se 189 vezes este termo, na Scielo 666 publicações associadas e PePSIC encontramos 54 vezes o termo citado. Esse termo está relacionado à “droga”, “cocaína”, “pedra ou cristal extraído da cocaína”, “dependência química”, além de associado a tratamento para uso abusivo do crack, violência relacionado ao uso abusivo do crack, vivência de mulheres usuárias de crack.

O termo drogadição, também não apareceu como um descritor na BVS-PSI em terminologias. No entanto, ao ser pesquisado separadamente, em cada base de dados, foram encontrados 3.480 resultados para esse descritor na LILACS, na Scielo encontrou-se 51 resultados e na PePSIC encontrou-se 15 resultados para a busca do termo.

O termo selecionado e encontrado nas três bases de dados está relacionado ao “uso de drogas”, “toxicomania”, “uso de substâncias psicoativas”, “uso abusivo de crack e cocaína”, “dependência química”, além de associado ao tratamento da toxicomania, experiência de adolescentes com o uso de drogas, o perfil do usuário de drogas, mulheres e a vivência com a drogadição, perspectiva de familiares frente a drogadição de adolescentes entre outros que não tem relação com o estudo em questão.

O termo Experiência, foi encontrado 38 entradas, sendo a maioria dos termos relacionados às psicoterapias e abordagens psicológicas. Optou-se por manter a palavra experiência, porém o conceito de experiência, neste estudo, é pautado na teoria foucaultiana.

O termo Michel Foucault foi encontrado em um artigo, sendo ele relacionado à pessoa física do autor e à filosofia.

Dando continuidade a pesquisa do estado da arte, nesse primeiro levantamento a preocupação esteve relacionada a realização de um estudo quantitativo dos trabalhos que apresentavam os temas da proposta da pesquisa, para a escolha ideal dos descritores. Portanto, apesar de ser informada a quantidade de trabalhos que apresentavam relação com os critérios de inclusão determinados neste estudo, não foi considerada a diferenciação do conteúdo das publicações. Esse primeiro registro realizado, permitiu-se definir os descritores desse levantamento bibliográfico, nessa divisão ainda não se tem a preocupação de notificar e excluir

as repetições existentes nas bases e o trabalho continua voltado para o levantamento quantitativo das publicações, sendo prioridade, agora, a combinação dos descritores.

Após a seleção dos descritores a serem utilizados como palavras chaves que fizessem alusão ao problema da pesquisa, seguiu-se para a segunda etapa na qual foi realizada uma busca cruzando os termos escolhidos na base de dados da BVS-PSI, LILACS, Scielo, PePSIC. Dessa maneira, apresentou-se os resultados encontrados quando considerada as diferentes bases de dados que compõem a BVS-PSI, especificando a quantidade de publicações encontradas em cada base, bem como a combinação feita entre os descritores, o que já traça uma maior especificidade da pesquisa. Esse resultado foi obtido com a realização da busca por trabalhos, colocando no ícone da busca a associação de descritores anteriormente definidos e contabilizando quantitativamente o resultado apresentado na tabela 2.

Tabela 2

Resultado da busca por trabalhos organizada por cruzamento de descritores e bases de dados associadas

Descritores	Base de dados			
	LILACS	SciELO	PePSIC	Total
Mulher + Drogadição + Crack	06	00	00	06
Mulheres + Drogadição + Crack	13	00	00	13
Mulher + Drogadição + Gênero	07	00	00	07
Mulheres + Drogadição + Gênero	25	01	00	26
Mulher + Drogadição + Experiência	06	00	00	06
Mulheres + Drogadição + Experiência	15	00	00	15
Mulher + Experiência + Drogadição	06	00	00	06
Mulheres + Experiência + Drogadição	15	00	00	15
Mulher + Crack	14	05	00	19
Mulheres + Crack	51	37	00	88
Mulher + Crack + Gênero	03	01	00	04
Mulheres + Crack + Gênero	11	09	00	20
Mulher + Crack + Foucault	00	00	00	00
Mulheres + Crack + Foucault	00	00	00	00
Mulher + Experiência + Crack + Foucault	00	00	00	00
Mulheres + Experiência + Crack + Foucault	00	00	00	00
Total				225

Depois da busca de trabalhos nas bases de dados anteriormente citadas, usando os descritores em associação, foi feita uma primeira “limpeza” dos trabalhos publicados a fim de excluir as repetições.

Após a organização do levantamento de todos os trabalhos – artigos, teses e dissertações – considerando as fontes BVS-PSI, LILACS, Scielo e PePSIC, foram excluídos todos os

trabalhos que se encontravam repetidos em cada um dos descritores cruzados e todos os trabalhos em cada item que se encontrava dentro do critério de exclusão. Deste modo encontrou-se um novo quantitativo representado na seguinte tabela 3.

Tabela 3

Trabalhos publicados identificados com os descritores após exclusão das repetições

Textos agrupados por descritores	Quantitativo após exclusão por repetição
Mulher + Drogadição + Crack	01
Mulheres + Drogadição + Crack	04
Mulher + Drogadição + Gênero	04
Mulheres + Drogadição + Gênero	07
Mulher + Drogadição + Experiência	00
Mulheres + Drogadição + Experiência	02
Mulher + Experiência + Drogadição	00
Mulheres + Experiência + Drogadição	02
Mulher + Crack	03
Mulheres + Crack	04
Mulher + Crack + Gênero	00
Mulheres + Crack + Gênero	06
Mulher + Crack + Foucault	00
Mulheres + Crack + Foucault	00
Mulher + Experiência + Crack + Foucault	00
Mulheres + Experiência + Crack + Foucault	00
Total	33

Após a etapa mencionada de exclusão dos estudos repetidos, procedeu-se uma leitura mais detalhada e atenciosa de todos os títulos e resumos. Somente quando necessário, era realizada a leitura de trechos ou totalidade dos trabalhos selecionados nessa etapa. Deste modo, alguns trabalhos foram descartados, pois não havia relação ao problema e campo desta pesquisa, ou seja, quando não se tratava de questões relacionadas à compreensão da experiência de vida de mulheres usuárias de crack.

Mesmo após este último recorte por relação com o tema, entre as diferentes fontes consultadas BVS-PSI, LILACS, SciELO e PePSIC, utilizando-se das mesmas palavras descritoras, pôde-se identificar algumas repetições de trabalhos entre eles. Foi então necessário proceder-se com um último corte por repetição, desta vez, visualizando os estudos repetidos em descritores distintos.

O *corpus* final para este levantamento bibliográfico, após todas as considerações realizadas, critérios adotados e etapas seguidas forma compiladas na tabela 4.

Tabela 4

Resultado dos trabalhos publicados após a segunda exclusão

Textos agrupados por descritores	Quantitativo
Mulher + Drogadição + Crack	01
Mulheres + Drogadição + Crack	01
Mulher + Crack	03
Mulheres + Crack + Gênero	04
Mulheres + Crack + Gênero + experiência	02
Total	11

Após a segunda exclusão das repetições iniciou-se a leitura dos trabalhos na sua íntegra. Observou-se que o título e os resumos trazem uma aproximação com a presente dissertação. Dessa forma, foi feito o último corte dos descritores, considerando suas associações, a partir dos objetivos geral e específicos desse estudo, que se debruçou em compreender a experiência a vida de mulheres usuárias de crack.

Nesse último corte houve publicações que continuaram a se repetir em conjuntos de descritores diferentes, portanto, não foram retirados do quantitativo. Apresenta-se a seguir a tabela com o corpus final do levantamento de trabalhos publicados em relação com a proposta de estudo já exposta. Ao se acrescentar o descritor “Foucault” ao cruzamento dos demais descritores verificou-se não haver publicações com este aporte teórico de sustentação diante do que decidiu-se estudar como a experiência de vida de mulheres usuárias de crack, considerando o conceito de experiência na perspectiva foucaultiana como o modo como nos construímos sujeitos em determinadas contingências.

Tabela 5

Corpus da pesquisa: Número de estudos apresentados a partir do cruzamento de todos os descritores

Textos agrupados por descritores	Quantitativo
Mulher + Drogadição + Crack + Foucault	0
Mulheres + Drogadição + Crack + Foucault	0
Mulher + Crack + Foucault	0
Mulheres + Crack + Gênero + Foucault	0
Mulheres + Crack + Gênero + Experiência + Foucault	0
Total	0

O *corpus* total desta revisão de literatura levou a compreensão que não foram encontradas publicações nas bases de dados pesquisadas que contemplem todos os descritores e o cruzamento dos mesmos conforme visto na tabela 5. Considerou-se os 11 artigos científicos conforme demonstrado na tabela 4, que correspondem aos demais critérios de inclusão selecionados para construir este estado da arte. Todos os estudos encontravam-se indexados em banco de dados de acesso livre, publicados em língua portuguesa. Na tabela 6 estão descritos todos os artigos encontrados.

Tabela 6

Apresentação dos artigos selecionados

Nome dos Autores(as)	Nome do Artigo	Ano	Revista	Cidade
Medeiros, T. K., Maciel, S. C., Sousa, P.F., Vieira, G. L. S.	Vivências e representações sobre o crack: um estudo com mulheres usuárias	2015	Psico-USF	Itatiba - SP
Fertig, A. Schneider, J. F., Oliveira, G. C., Olschowsky, A. Marcio Wagner Camatta, M. W., Pinho, L. B.	Mulheres usuárias de crack: Conhecendo suas histórias de vida	2016	Escola Anna Nery – Revista de enfermagem	Rio de Janeiro - RJ
Macedo, F. S. Roso, A. Lara, M. P.	Mulheres, saúde e uso de crack: a reprodução do novo racismo na/pela mídia televisiva	2015	Saúde e Sociedade	São Paulo - SP
Silva, E. B. O.	Singularidades de gênero no cuidado psicossocial às usuárias de cocaína e crack: contribuições para a enfermagem	2014	Dissertação de mestrado UERJ	Rio de Janeiro - RJ
Cruz, V. D.1, Oliveira, M. M., Coimbra, V. C. C., Kantorski, L. P., Pinho, L. B., Oliveira, J. F.	Vivências de mulheres que consomem crack	2014	Revista RENE – Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste	Fortaleza - CE
Souza, M. C. H. Mühlen, B. K. V., Coelho, L. R. M. Oliveira, C. P. Rodrigues, V. S. Oliveira, M. S., Strey, M. N.	Assertividade em mulheres dependentes de crack	2014	Alethéia - Canoas	Canoas - RS
Fertig, A.	Histórias de vida de mulheres usuárias de crack	2013	Tese de Doutorado - UFRGS	Porto Alegre - RS
Limberger, J., Andretta, I.	Novas problemáticas sociais: o uso do crack em mulheres e a perspectiva de gênero	2015	Revista CS	Colômbia

Desenvolveu-se, em seguida, uma discussão dessa literatura, buscando compreender o que tem sido pensado pelos diferentes autores, que foram adotados, visando o conhecimento do que se tem em estudo sobre eles atualmente.

Dessa forma, além do levantamento a respeito da produção científica sobre o tema da presente dissertação, têm-se também a compreensão dos eixos teóricos dos trabalhos publicados. Esse levantamento possibilita um conhecimento amplo e detalhado a respeito dos tipos de pesquisas que já foram publicadas sobre a temática em estudo.

1.4 O que se diz sobre Mulher(es), crack e gênero

Cruz et al., (2014), buscaram conhecer e compreender as vivências de mulheres que consomem crack, através de uma pesquisa qualitativa, realizada por meio de entrevista semiestruturada com 16 mulheres cadastradas na Estratégia de Redução de Danos de Pelotas – RS, e analisaram os resultados sob a ótica das relações de gênero, os autores esclarecem e nomeiam gênero como um elemento constitutivo de relações sociais, considerando-o como o modo de dar significado às relações de poder e compreender as relações complexas presentes nas interações humanas. Afirmam também que mulheres usuárias de crack, vivenciam situações de preconceito diariamente pois, diante da concepção de gênero, alguns comportamentos são definidos como pertencentes a um ou a outro sexo aos qual o homem e a mulher devem exercer seus comportamentos para serem reconhecidos como tais.

As mulheres usuárias de crack são vistas na sociedade como seres desviantes, marcando um diferencial que divide as mulheres entre boas e más, ou seja, há uma valorização das mulheres representadas socialmente como corretas, boas mães, filhas, esposas, e donas de casa e, por outro lado uma recusa as que fogem a essa posições de sujeito como as lésbicas, mães solteiras, usuárias de substâncias psicoativas e trabalhadoras do sexo (Oliveira et al., 2014),

Limberger e Andretta (2015), no artigo intitulado “Novas problemática sociais: o uso do crack em mulheres e a perspectiva de gênero” tem como objetivo compreender o uso de crack por mulheres, sua trajetória de vida e características clínicas, através da perspectiva de gênero. Trata-se de um estudo de caso, de caráter qualitativo, um recorte de uma pesquisa maior intitulada: “Avaliação e treinamento de habilidades sociais em dependentes químicos em unidades especializadas”. A participante foi escolhida intencionalmente, por estar grávida no momento do tratamento do uso do crack.

O local de coleta de dados foi escolhido por conveniência, um hospital geral de uma cidade de pequeno porte, no norte do estado do Rio Grande do Sul que recebia pacientes em internação e possuía leitos para saúde mental. Quanto aos instrumentos, utilizou-se uma entrevista semiestruturada, desenvolvida pelo grupo de pesquisa “Intervenções Cognitivo Comportamentais: ensino e pesquisa”. Estes autores sugerem que as diferenças de gêneros se

expressam nas motivações de uso, nas consequências psicológicas das substâncias, diferenças metabólicas, comorbidades físicas e psiquiátricas, além de fatores socioculturais e genéticos. As mulheres, ao consumir o crack são rotuladas negativamente, rótulos que em nada condiz com o comportamento esperado socialmente e característico de violência de gênero.

Limberger e Andretta (2015) acrescentam que no Brasil, apesar de avanços nas legislações, muitas mulheres ainda sofrem com violências psicológicas e desigualdades, devido ao estigma que carregam na sociedade, de seres inferiores em relação aos homens. A situação das mulheres usuárias de crack retrata uma sequência de desigualdades no ambiente familiar, na escola, nos locais de trabalho e no acesso aos serviços de saúde. O preconceito aparece de diversas formas a mulher, negra, usuária de crack, prostituta e sem a convivência com os filhos. É como se essas mulheres deixassem de ser mulheres e passassem a ser sem-vergonha, prostituta, que não cuida dos filhos e que transmite doenças. Muitos avanços foram garantidos ao logo da história, porém não foram acessados por todas as mulheres e, em se tratando dos direitos das mulheres, esses direitos parecem não ter o alcance das mulheres usuárias de crack.

Medeiros et al., (2015) objetivaram conhecer e analisar as representações sociais acerca do crack elaboradas por dependentes químicas em tratamento, utilizando a Teoria das Representações Sociais (TRS). Segundo a definição clássica de Jodelet (2001) as representações sociais podem ser entendidas como modalidades de conhecimento prático, orientadas para a comunicação e para a compreensão do contexto social, material e ideativo que vivemos.

Segundo Jodelet (2001) as representações contribuem para a construção de uma realidade comum, que possibilita a comunicação entre os grupos, facilitando, assim a compreensão dos fenômenos. O autor realizou uma pesquisa de campo, descritiva e de cunho qualitativo onde participaram 45 usuárias de crack com idade média de 29 anos, internas em comunidades terapêuticas e clínicas de reabilitação, nos estados da Paraíba e Pernambuco. Os instrumentos utilizados foram um questionário e uma entrevista semiestruturada sendo os dados analisados por meio do software Alceste.

Concluiu-se do trabalho que as representações acerca da forma como a sociedade encara a mulher usuária de crack é permeada por questões moralizantes, onde elas são acusadas constantemente por não cumprirem as funções femininas de cuidado consigo, com os filhos, com a família. Outro fato relevante é que o crack é representado como um elemento devastador e desagregador, responsável por causar abandono ou afastamento das funções femininas e a figura da mulher usuária é vista como um problema de ordem moral, ocasionando uma representação depreciativa.

Ferting (2013) em sua tese de doutorado, cujo objetivo foi conhecer as trajetórias de mulheres que fazem uso abusivo de crack a partir de suas histórias de vida, aponta que seu estudo permite identificar alguns motivos que levaram as mulheres entrevistadas a iniciarem no processo de drogadição tais como: estrutura familiar fragilizada, pais usuários de álcool e/ou outras drogas, como o crack, abuso emocional, físico e sexual, abandono, negligências e maus-tratos por parte de familiares, bem como, o uso do crack pelos namorados ou parceiros.

O estudo foi de cunho qualitativo realizado por meio do método história de vida de Daniel Bertaux, em uma unidade de internação psiquiátrica em um hospital materno infantil em Porto Alegre. Essa autora, afirma que o crack surgiu na vida dessas mulheres como uma solução significativa, para suprir as dificuldades vivenciadas, além de compensar carências em esferas significativas do cotidiano delas. A autora esclarece também que as mulheres usuárias de crack experienciam o preconceito social diariamente, que são vistas como promíscuas, amorais e negligentes, que carregam estereótipos que tentam mostrá-las como fracas e sem força de vontade para resistir às drogas.

Viver a experiência da maternidade enquanto usuária de crack é experimentar sentimentos de ambivalência, dor e culpa por não conseguirem exercer a maternidade plenamente. Há dificuldades e contradições entre a responsabilidade por uma vida nova de um lado e a dependência do crack do outro. Ainda segundo Ferting (2013), as mulheres experienciam remorso e medo de não serem aceitas pela família e pelos filhos. Acrescenta também que ser mulher, gestante, usuária de crack e ter vivenciado a prostituição são fatores que provocam um arsenal de classificações pejorativas e discriminações, sob a égide da intolerância, sendo as visões de mundo dessas mulheres influenciadas pelo coletivo, pelos preconceitos vivenciados, pelas crenças da sociedade em que vivem, pelas definições do senso comum, da mídia enfim, do capitalismo, que valida o corpo produtor e o corpo não produtor é discriminado, excluído, e tomado de adjetivos perversos que desqualificam a pessoa usuária de crack.

De acordo com Ferting (2013), a discriminação de gênero, relacionada as condutas das mulheres, desencadeia modelos perversos condicionantes de preconceitos e estabelecem atitudes que visam destratar a mulher em nossa sociedade que precisam ser empoderadas e não colocadas em lugar que as vitimiza, reforçando preconceitos e o sofrimentos de diversas violências de gênero.

Ferting et al., (2016) no artigo oriundo de sua tese de doutorado, intitulada “Mulheres usuárias de crack: conhecendo suas histórias de vida”, estudaram sobre os significados e as repercussões do uso do crack por mulheres, a partir de suas histórias de vida. Os autores

observaram que o uso de crack suscita mudanças ditas socialmente como negativas, ou seja, elas passaram a usar a droga abusivamente, a morar na rua e conviver com pessoas ligadas ao tráfico, envolvendo-se com prostituição e sofrendo violência dos mais diversos tipos.

Macedo, Roso e Lara (2015) trazem uma discussão sobre as possíveis relações entre os discursos veiculados na mídia televisiva sobre a atenção à saúde, enfocando mulheres que fazem uso do crack e a reprodução do “novo racismo”. Trata-se de um levantamento de documentos de domínio público, que tem como referencial teórico metodológico os Estudos Críticos do Discurso, assim como os pressupostos da Psicologia Social Crítica em articulação com os estudos de gênero. Eles realizam uma análise da reportagem especial “Mães do crack” (Mulheres viciadas em crack usam drogas durante a gestação e colocam seus bebês em risco, 2012) veiculada no Programa Fantástico de Rede Globo.

As autoras trazem duas questões pontuais e inter-relacionadas que se referem ao uso de drogas no Brasil e que são pouco exploradas, como gênero e raça. No novo racismo, segundo os autores, as minorias não são biologicamente inferiores, mas diferentes. Essas diferenças são vistas como deficiências, patologias que precisam ser corrigidas que ampliam a noção de racismo, compreendendo-o como uma prática social de desigualdade étnica, racial e de gênero, entre outras, expondo também, como exemplo, o sexismo e as inequidades baseadas nas classes sociais. As autoras problematizam a forma como essas mulheres são expostas na reportagem, “Mães do crack”, como se dessem continuidade à chamada epidemia do crack e fossem as únicas responsáveis por isso ao produzirem os “bebês do crack”. A culpabilização recai sobre as mulheres.

A reportagem supracitada retrata as mulheres como se não tivessem controle sobre seus corpos e reproduzissem a “epidemia do crack”, sendo apresentadas como desequilibradas que não irão desempenhar bem suas funções de mãe, de acordo com, a representação social do que é ser mulher e mãe. Nessa reportagem, a mídia apresenta um discurso conservador e moralista sobre a maternidade, pressupondo um único modo legítimo de ser mãe. Circula ainda a representação de mulher-mãe que possui o papel de criar os filhos, cuidar da casa e ser submissa, servir aos homens. A ideia de as mulheres usufruírem de liberdade sobre seus corpos e decidirem sobre o que fazer com eles parece distante do ideal disseminado na informação.

O novo racismo ao qual o artigo se refere, trata-se de ações de controle sutis, já que está disfarçada de direito a proteção social às mulheres usuárias de crack e às crianças que geram. Macedo, Roso e Lara (2015) consideram que classe, raça e gênero são mais importantes na experiência e consequência com o uso do crack, do que o próprio crack em si. A violência de gênero, na reportagem, está evidente ao colocar as mulheres usuárias de crack como

descuidadas com relação aos papéis socialmente definidos, de cuidados consigo, com a beleza, com os métodos contraceptivos e outros, enfatizando que tratar do uso de drogas por mulheres sem proporcionar um olhar sobre as relações de gênero, só reforçam práticas já existentes de relações de dominação, desigualdades, preconceito e sofrimento.

Silva (2014) em sua dissertação de mestrado tinha como proposta analisar o cuidado psicossocial às mulheres de crack e cocaína e discutir a abordagem das singularidades do gênero feminino neste cuidado. Foi adotado nesse estudo, como referencial teórico da pesquisa a categoria gênero e para alcançar os objetivos, optou-se por pesquisa qualitativa, desenvolvida no único CAPS do município de Duque de Caxias – RJ. Para a coleta de dados foi utilizado a triangulação de técnicas, 1- a observação sistemática nos espaços de cuidado coletivo, 2- entrevistas semiestruturadas com os profissionais de saúde e 3- análise documental dos prontuários das mulheres.

Foi realizada uma análise hermenêutica-dialética da interface entre o cuidado em saúde mental e o gênero feminino, o que possibilitou a compreensão da singularidade de gênero feminino no cuidado psicossocial a essas usuárias. A autora esclarece que o consumo de cocaína e crack geram importantes repercussões para a saúde e que em virtude do número expressivo de mulheres que necessitam dos serviços de saúde, o cuidado em saúde mental precisa observar as especificidades do gênero feminino e suas vulnerabilidades no processo saúde-doença.

Silva (2014) pontua, que tanto nas análises documentais, quanto ao analisar os profissionais, sujeitos da pesquisa observaram estratégias de cuidados que revelam também a influência das percepções determinadas pelos papéis de gênero, como a exaltação do papel da maternidade, enfatizando atividades manuais e voltadas para dotes domésticos como corte, costura e artesanato, como se essas mulheres só tivessem a opção de realizarem atividades ditas femininas e não obtivessem direito a escolhas diferentes. Ressalta ainda que, não foi percebido estímulos à profissionalização ou inserção no mercado de trabalho como incentivo para atividades diferentes.

Medeiros et al., (2015) entendem a drogadição ou o consumo de substâncias psicoativas, lícitas ou ilícitas, como situações que ocorre em todos os grupos sociais englobando mulheres, homens, adolescentes, idosos e, até mesmo, crianças. Pontuam que, as interpretações que a sociedade atribui ao indivíduo usuário de drogas perpassam pelas construções socioculturais dos grupos aos quais pertencem os indivíduos e ressaltam a exclusão e os preconceitos dirigidos a essas pessoas associando-as sempre a marginalidade e, no caso das mulheres usuárias de crack, o estigma é maior em função das representações sociais atribuídas ao feminino.

Os autores discutem ainda sobre o uso de drogas por mulheres e a violência de gênero por elas vivida. Problematizam também a importância de se compreender o papel do gênero, entendendo que ele é responsável por transformar seres biologicamente machos ou fêmeas em homens e mulheres seres sociais, isto é, ele é responsável por dar sentido as distinções entre os sexos.

1.5 O que se diz sobre Mulher(es), crack, gênero e contexto social

Sousa et al., (2014) no estudo sobre “Assertividade em mulheres dependentes de crack” teve como objetivo averiguar a assertividade de mulheres dependentes de crack, durante uma sessão de “Recusas eficazes”, retirada do livro “ Tratamento em grupo para usuários de drogas: um manual de terapia baseado nos estágios de mudanças para tratamento em grupo de usuários de drogas”. Os autores se utilizaram de uma pesquisa exploratória e descritiva de abordagem qualitativa que teve como cenário uma comunidade terapêutica feminina, tendo seu delineamento através da sexta sessão produzida ao longo do ensaio clínico randomizado intitulado “Estudo da efetividade da intervenção do modelo transteórico para pacientes dependentes de crack” onde foi utilizada a técnica da análise de conteúdo.

Neste estudo os autores tomam a assertividade como sinônimo de habilidade social, comportamentos sociais que favorecem com o cumprimento de uma atividade social, visando competências sociais como, habilidades sociais empáticas, habilidades sociais de trabalho, habilidades sociais expressão de sentimento positivo. Nesta perspectiva, o uso de substâncias psicoativas, mais especificamente o contexto da dependência química, do uso de crack, sugere déficits, disfunções de ordem comportamental e ou psicopatológica que interferem de forma negativa nas habilidades sociais. Portanto, para esses autores, ser habilidoso poderia ser a habilidade de recusa da droga, para manter a abstinência e manter-se protegido. Eles apontam, ainda que quando comparadas aos homens, as mulheres são significativamente mais propensas à dependência de crack. Alertam também o fato de usuários de crack tornarem-se indivíduos incapacitados socialmente, pois perdem constantemente os vínculos sociais e familiares encontrando-se isolados. O artigo propõe alternativas para conseguir evitar o uso de substâncias psicoativas e afastar-se dos locais e dos amigos de uso que são amplamente corroboradas pela literatura.

Ferting et al., (2016) relata a existência de uma escassez de suporte social, tratamento de saúde em rede, emprego e apoio familiar enfatizando o cenário atual evidenciando as mulheres usuárias de crack como vulneráveis a situações de estupro, agressões físicas e

psíquicas, além de sujeitas a tentativas de homicídio, uma vez que a sociedade atual ainda reproduz olhares estigmatizantes e reducionistas ao feminino e usuários de crack em geral.

Macedo, Roso e Lara (2015) enfatizam que as elites influenciam e comandam as discussões públicas, a importância das pautas, a qualidade, a relevância, quem deve ganhar destaque publicamente e de que forma, tendo a mídia um poder importantíssimo. Alertam também que na reportagem “mães do crack”, citada anteriormente, estão envolvidos, portanto, repórteres, médicos, profissionais da saúde, institutos de atendimentos, o Estado e o apresentador. A reflexão sugerida pelos autores recai na discussão que os grupos de poder são geralmente profissionais que se apresentam sobre o controle do conhecimento e da tecnologia e as mídias atuam na produção textual do cotidiano das pessoas, reforçam modos de experienciar o uso do crack, como também reforçam estereótipos, políticas, tratamentos, padrões de comportamento e modos de ser do sujeito usuário de crack.

Macedo Roso e Lara (2015) citam, ainda, em sua pesquisa o estudo de Hallam Hurt desenvolvido na Filadélfia (EUA), a desmitificação da conexão entre o uso de cocaína pelas mães e prejuízos para os filhos. O estudo aponta que o desenvolvimento de filhos de mulheres, as quais fizeram uso de cocaína durante a gestação, não difere do desenvolvimento de crianças que foram criadas em lugares semelhantes, ou seja, com acesso aos mesmos recursos econômicos, sociais e emocionais ao das crianças filhas de usuárias de cocaína. Eles concluem que, na realidade, o que pode ser crucial no desenvolvimento é uma discrepância existente nas situações de vulnerabilidade social (Betancourt, 2011 como citado em Macedo et al., 2015).

Macedo Roso e Lara (2015) apresentam discussões e pontuam que consequências do uso do crack estão mais atreladas ao contexto, marcadores sociais e ambiente de uso do que à substância em si. Enfatizam e alertam sobre determinadas formas de apresentar a questão das drogas, sem considerá-las como um fenômeno que pertence ao social, pois dessa forma, reforçam a construção de visões distorcidas sobre a temática. Refletem que a sociedade ainda reproduz um olhar estigmatizante e reducionista aos usuários de crack e, principalmente, ao feminino, pois a condição feminina atrai uma gama de suscetibilidades, favorecendo julgamentos e questionamentos sobre os padrões de comportamento socialmente aceitáveis e determinados de acordo com as normas preconizadas pela cultura.

1.6 O que se diz sobre Mulher(es), crack, gênero, prostituição e vulnerabilidade social

Fertig et al., (2016) chama atenção para as mais variadas motivações para o início e a continuidade do uso do crack alertando sobre a importância de se observar as condições de vida

dessas mulheres, a situação de vulnerabilidades vivenciadas e as situações as quais estiveram expostas em suas variadas formas de contextos. Apontam os relatos de experiências ao mostrar que usar o crack pode significar a fuga da realidade sofrida, como também, a manutenção de um mundo paralelo, onde se vive o prazer de fazer uso da droga, uso do crack.

Medeiros et al., (2015) esclarecem sobre a vulnerabilidade social pela qual elas vivem ao serem associadas a figuras perversas, marginais e de promiscuidades e por esses motivos não procuram acolhimento. Ressaltam ainda as consequências orgânicas, perda de peso, acrescentadas as representações de falta de higiene e desmazelo corporal como aspectos associados às noções de beleza e estética atribuídas ao feminino.

Olveira et al., (2014) ressaltam a existência de inúmeras usuárias de crack vivendo em condições precárias, envolvendo-se com o trabalho sexual e expostas a situações de violência. A violência, na maioria das vezes, tem o homem como o agressor, refletindo, sobretudo, a violência de gênero, uma vez que, historicamente, a dominação masculina sempre esteve presente nos ambientes de uso e venda de drogas.

Silva (2014) em sua dissertação de mestrado intitulada “Singularidades de gênero no cuidado psicossocial às usuárias de cocaína e crack: Contribuições para a enfermagem” chama a atenção para a prostituição que é sempre vista pelos profissionais e alguns autores, como uma consequência da droga e da vulnerabilidade do gênero feminino, bem como uma forma de violência de gênero sendo o resultado das relações de subalternidade entre o masculino e o feminino, quando na realidade é um meio de subsistência, um meio de obter a droga pela mulher. Pontua ainda que os profissionais as identificam como mais frágeis psicossocial e biologicamente, além de associarem a dependência emocional como características do feminino e salienta que essas representações interferem diretamente nas relações estabelecidas com familiares, nos vínculos amorosos, na maternidade e na relação com o próprio crack.

Silva (2014) acrescenta que a equidade social entre homens e mulheres ainda representa um desafio na atualidade, apesar das melhorias ocorridas na condição feminina no país. Pontua a importância de espaços onde se discutam as iniquidades de gênero não só por meio da pesquisa acadêmica, mas na formação profissional e, acima de tudo, nos serviços de assistência a saúde, superando o senso comum e a prática reducionista do cuidado psicossocial à saúde da mulher. A autora sugere ainda mudança na visão naturalizada das diferenças entre homem e mulher e nas estruturas sociais que mantém a subalternidade feminina em espaços de produção a saúde e saúde mental reduzindo, desta forma, a situações de vulnerabilidade sociais pelas quais as mulheres passam diariamente.

Medeiros et al., (2015) trazem como preocupação, o despertar de novos desafios sociais para dar conta da população feminina usuária de crack, uma vez que, trazem demandas para novas políticas públicas. Descrevem também como proposta, a necessidade de um olhar para além da estigmatização da mulher a qual deve ser vista, antes do papel de esposa ou mãe, como uma mulher que necessita ter seus direitos preservados e acesso a um tratamento adequado dentro de novas políticas de saúde.

1.7 O que se diz sobre Mulher(es), crack, experiência e Foucault

Observa-se não haver publicações que desse condições de alinhamento aos objetivos da pesquisa. Os trabalhos encontrados falam sobre mulheres que fazem uso de crack em seus múltiplos aspectos, isto é, psíquico, biológico e social, dentro dos mais diversos enfoques teóricos, trazem concepções de gêneros e modos de cuidados que requerem atenção, uma vez que, dizem respeito à sujeição e controle de pessoas, enquadramento e classificação de déficits e psicopatologias frente às relações sociais e violação dos direitos humanos.

Os trabalhos se distanciam de uma perspectiva foucaultiana, principalmente, no que diz respeito ao conceito de experiência em Foucault enquanto processos de subjetivação do sujeito. Os trabalhos encontrados focam em estigmas sociais e preconceitos vivenciados por mulheres usuárias de crack, além de explicar aspectos biológicos enfatizando a importância do tratamento e métodos de vivenciar a abstinência da droga.

1.8 Algumas reflexões sobre o que foi percebido até o momento.

Percebe-se que o estudo sobre o uso de drogas, mais especificamente o crack, realizado por mulheres se ramifica por vários campos de conhecimento e maneiras de abordagem. As teorias foucaultianas, embora bastante utilizadas na atualidade se mostram ausentes nos recortes feitos para este estudo. Considerando um número significativo de publicações de trabalhos de diversas abordagens epistemológicas, a utilização desse autor, no que diz respeito ao tema da pesquisa, não foi encontrada nas buscas realizadas.

A psicologia, em particular, parece ainda tímida em fazer uso de teorizações sobre mulheres e drogadição a partir do pensamento de Foucault, o que poderia enriquecer muito a discussão acerca da subjetividade, pois, aponta para posições menos generalizantes. Essas posições, segundo Lima (2015), possuem características do iluminismo centralizado no racionalismo, características bem próprias das ciências médicas. A psicologia, embora muito se discuta sobre isso, não é uma ciência da saúde, mas uma ciência humana, e como tal, poderia

se beneficiar enormemente do “instrumental foucaultiano” como posicionamento político de crítica tanto na sua construção como ciência quanto na seleção de seus instrumentos técnicos de intervenção.

Para compreender a relação entre saúde e domínio do corpo, evidencia-se como escolha a leitura de Foucault (1998), o qual argumenta que o controle sobre os indivíduos não opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa pelo corpo. O capitalismo conduziu a socialização do corpo como força de produção, força de trabalho e a medicina configuraram-se como estratégia biopolítica, isto é, por meio de uma tecnologia regulamentadora da vida adequando modos de ser sobre a população. Poder compreendido como regulamentação sobre a população, direito de intervir para fazer viver; poder, sobretudo, de controlar os possíveis efeitos (Foucault, 1999).

Outro aspecto importante está relacionado aos cuidados necessários às mulheres que fazem uso do crack. Nesta associação, os trabalhos encontrados apresentam os cuidados e formas de tratamento, a partir dos processos de normalização, de gestão pública, socio médica do uso de drogas e do “regime de verdades” sobre o que é bom ou não para o sujeito. Essas noções colocam a equipe de saúde e assistência numa posição de gerenciar a vida, e os desejos de vida, bem como a morte do usuário de drogas.

Na perspectiva de Foucault (1984, p. 9), tornar um determinado conceito como experiência, implica “se distanciar deste contornar sua evidência familiar, analisar o contexto teórico e prático ao qual ele é associado”. Assim, é necessário perceber os saberes que estão envolvidos, os sistemas de poder que regem uma determinada prática e como o próprio sujeito pode se reconhecer na vivência da sua experiência.

Dessa forma, a experiência se relaciona ao conceito foucaultiano do “homem de desejo” que condiz com o modo particular de lidar com a situação que a vida promove. Tem-se, então, uma relação entre experiência e subjetividade, pois subjetivar-se significa atualizar possibilidades diante de uma realidade de modo próprio e particular, mesmo sendo atravessado por questões históricas, culturais e sociais que sempre influenciam o modo de ser de cada sujeito.

Assim, a experiência para Foucault está relacionada a uma vivência própria, individual e intransponível, cobrando do sujeito uma atitude frente a ela, uma resposta a ela. Atitude essa que também será própria e individual do sujeito diante de uma determinada realidade. É, portanto, diante do mencionado que se deseja, com esse estudo, compreender a experiência de vida de mulheres que fazem uso do crack na contemporaneidade dentro de uma perspectiva pós-estruturalista foucaultiana.

Os próximos capítulos apresentarão discussões mais aprofundadas dos temas aqui explorados e novas problematizações serão levantadas. Este trabalho será iniciado pela problematização do método em Foucault, destacando-se a importância do sujeito como objeto de estudo central nessa perspectiva.

2 Caminho epistêmico-metodológico: Inspirações foucaultianas

2.1 O fio condutor da pesquisa

Este capítulo tem como objetivo discutir a possibilidade de um caminho epistêmico-metodológico que possa ser utilizado na compreensão crítica do uso de drogas, utilizando-se de uma teorização foucaultiana para se pensar as possibilidades de subjetivação de mulheres usuárias de crack na contemporaneidade.

Destaca-se que, diante da abordagem teórica da qual foi lançada luz, acredita-se que seja necessário pensar sobre a problemática do método e da metodologia, visto que esta é alvo de muitas controvérsias entre os teóricos que tomam a teorização foucaultiana como objeto de discussão. Neste sentido, inspirados em caminhos já alinhavados por outros autores, que seguiram este direcionamento (Lima, 2015; Moraes, 2011; Lourenço, 2018), partiu-se do nosso entendimento sobre os aspectos conceituais, éticos e políticos deste estudo, a fim de refletir sobre como a perspectiva teórica nos auxiliou a tecer as discussões apresentadas, ao longo deste trabalho.

A reflexão inicia-se pensando em como se falar em método trabalhando a luz da literatura de Foucault, quando na verdade sua discussão metodológica é marcada por uma variabilidade não existindo um único método foucaultiano, pelo contrário, Foucault apresentava resistência em oferecer princípios metodológicos fixos.

Segundo Ferreira Neto (2015), Foucault considerava que o método deveria ser escolhido observando caso a caso, isto é, levando em consideração a construção de cada problema ou objeto de pesquisa. O método deve auxiliar o pesquisador na escolha das estratégias de ação, instrumentos e arranjos. Para Foucault, o método não é, *a priori*, o caminho percorrido para se chegar a um resultado de pesquisa, pelo contrário, é algo que pode ser revisto, reescrito e alterado durante todo o processo da pesquisa. Boa parte da literatura contemporânea sobre os métodos qualitativos, encontram-se afinados com as discussões promovidas por Foucault, um filósofo que trabalhava buscando colocar problemas a partir de “suas formas mais singulares e concretas” e por isso tratava sempre de questões localizadas e particulares” (Ferreira Neto, 2015).

A palavra método designa, etimologicamente, um caminho ou modo de se chegar a algo. Em ciência, significa a maneira como os pesquisadores organizam e constroem seus conhecimentos nos diferentes campos da ciência (Turato, 2003). Turato define a pesquisa qualitativa como um método no qual o interesse do pesquisador se volta para o aprofundamento dos dados construídos, para o sentido da fala do participante, dados essencialmente interpretativos e descritivos.

Para Minayo (2010), nas Ciências Sociais, a pesquisa qualitativa se detém a estudar um nível de realidade que não pode ou não deve ser quantificado, desse modo, a pesquisa qualitativa busca trabalhar com um conjunto de fenômenos humanos – significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes – entendidos como parte da realidade social. Em consonância com Minayo, Foucault (1978a) em seu livro “As palavras e as Coisas” publicado em 1966, acrescenta: “eu poderia definir minha pesquisa como uma análise de fatos culturais que caracterizam nossa cultura. Nesse sentido, tratar-se-ia de algo como uma etnologia da cultura a que pertencemos”.

Sabe-se que nenhum método ou abordagem é suficiente para a compreensão completa dos objetivos a serem estudados. Como coloca Minayo e Sanches (1993, p. 239) “um bom método será sempre aquele, que permitindo uma construção correta dos dados, ajude a refletir sobre a dinâmica da teoria”. Para tanto, o método deverá ser operacionalmente viável, além de apropriado para o objeto de investigação oferecendo elementos para análise.

Se entende método como sendo um conjunto de instrumentos operados mediante uma sequência de procedimentos a serem executados numa pesquisa, assim pode-se afirmar que não existe um único método foucaultiano.

Pensar num método nos remeteria a importância de constituição de um corpus de pesquisa, entendendo-se aqui *corpus* como um conjunto de dados que são selecionados e constituirão as unidades de estudo. Porém, Foucault sempre destacou as dificuldades de constituição de um *corpus* em suas pesquisas, para ele, o *corpus* tem um sentido indefinido diante da complexidade dos seus estudos, ainda que se limitasse a uma época em um determinado país, o conjunto de discursos sobre a loucura, jamais estaria prontamente constituído (Foucault, 1984).

Nesse estudo, portanto, tentou-se fazer exatamente isso, ele não é tomado como uma realidade já construída pois, diante de diversos estudos realizados e já produzidos, pensa-se em partir mesmo das falas das mulheres usuárias de crack e seus processos de subjetivação. Quais discursos atravessam seus processos de subjetivação, suas experiências de vida enquanto usuárias de crack. O interesse parte exatamente em compreender as estratégias de subjetivação, as sujeições a esses discursos atualmente, mesmo após anos de existência do crack e processos de emancipação da mulher no âmbito social.

O principal material de investigação qualitativa é a palavra que expressa a fala cotidiana, podendo se dar em relações afetivas e técnicas, em discursos políticos, burocráticos e intelectuais. Foucault diz não possuir instrumentos prontos para conduzir suas pesquisas, prefere fazer inquirições precisas sobre áreas e campos específicos, enfatiza não ter pretensões gerais ou globais sobre seus campos de estudo e afirma não haver teorias gerais para apreender as relações

de verdade. Se diz “um empirista, e refere não ter uma teoria geral muito menos um instrumento certo” (Foucault, 1977/2010, p. 229).

Foucault não passava de um “intelectual específico”, que afirmava os resultados de pesquisas específicas, histórica e regionalmente localizadas, sem propor um plano generalizado para outras realidades. Sua politização não passava pela adesão fixa a programas ou ideias, mas por certo modo de fazer pesquisas visando produzir efeitos de transformação na realidade social e na do próprio pesquisador (Ferreira Neto, 2015, p. 417- 418)

O que Foucault enfatiza e sugere é um olhar para o sujeito ativo, em suas dimensões política, estética e ética, caracterizando-se como expressão da potência da vida para resistir às formas de dominação. O que ele tenta destacar, em sua literatura, é como os corpos foram capturados, subjetivados, moldados, a partir de uma série de discursos, instituições, estruturas arquitetônicas, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas. Dito de outra forma, como a partir desses dispositivos é possível uma experiência de si e do outro.

Numa perspectiva foucaultiana, não se trata de descobrir a verdade a partir do sujeito, mas de estudar, os jogos de verdade e as práticas concretas com base nas quais o sujeito se constitui historicamente. Os estudos foucaultianos nos falam de um particular uso da história. A proposta de Foucault é um sujeito atravessado por influências históricas, culturais e sociais, que apontam as condições de possibilidades de reagir de uma forma e não de outra a uma realidade imposta.

Para além de uma perspectiva reducionista, destaca-se que Foucault (1978/2010) traz uma noção importante na sua forma de tratar “seus objetos de pesquisa”: a ideia de “acontecimentalização”. Ele tratava o princípio de historicidade de um fenômeno não como uma explicação causal de si mesmo, mas se interessava pelas rupturas e descontinuidades dos acontecimentos e tradições de pensamentos que possibilitariam o surgimento de outras novas realidades tomadas como naturais, o acontecimento. “Não se trata, portanto, de uma continuidade escondida, mas de saber qual a transformação que tornou possível essa passagem” (Foucault, 1978/2010, p. 338). Para ele a ideia de acontecementalização tinha sido pouco utilizada ou mesmo negligenciada pelos historiadores.

A ideia de acontecementalização deixaria de lado certa tradição em se buscar a constante histórica, para se debruçar exatamente sobre uma singularidade, isto é, a ruptura das evidências, as evidências sobre as quais se apoiam o nosso saber, consentimentos e práticas.

“Acontecimentalização” termo que designa uma primeira função teórico-política (Foucault, 1978/2010).

Lima (2015) chama a atenção para o termo acontecimentalização, uma vez que, não se refere a apontar uma ruptura ou surgimento da singularidade sem razão como um fato inerte, contrária a uma continuidade. Foucault pontua que a ideia é de reencontrar diversas relações e ligações entre fenômenos e acontecimentos através de uma “desmultiplicação” causal, pois, sugere os acontecimentos como atravessados por inúmeros processos; uma minimização do peso causal, entendendo o acontecimento singular como processo, que nomeou de “poliedro de inteligibilidade”; e por fim, visualizar a análise como sendo de uma qualidade de um “polimorfismo crescente” no seu processo de realização (Foucault, 1978/2010).

2.2 O caminho percorrido

A pesquisa foi desenvolvida no Programa ATITUDE – Programa de Atenção Integral aos Usuários de Drogas e seus Familiares, mais especificamente no Centro de Acolhimento Regional Intensivo Mulher.

O serviço na modalidade de acolhimento institucional garante a proteção integral/abrigo e acolhimento de mulheres usuárias de drogas com vínculos familiares fragilizados ou rompidos, com grande exposição à violência, que vivenciem situações de ameaça e conflitos decorrentes do uso de crack e/ou outras drogas, oferecendo um ambiente favorável ao estabelecimento de vínculos e a restauração biopsicossocial da usuária. O serviço tem caráter regional, sendo organizado em consonância com os princípios, diretrizes e objetivos da Política Pública de Assistência Social. O serviço funciona 24 horas por dia contando com uma equipe multiprofissional que segue os preceitos da tipificação da Assistência social no modelo de abrigo e/ou casa lar. A escolha por esta unidade se deu diante da disponibilidade da instituição em acolher e colaborar com o estudo e por ser esta instituição a única a acolher mulheres com o perfil estabelecido nos critérios de inclusão do estudo no Estado de Pernambuco.

Eleger uma unidade de cuidado sócio assistencial como meio facilitador para a abordagem do público desejado resultou em muitos ganhos, no entanto, assim como em qualquer escolha, também implicou em ônus, que teve que ser cuidadosamente trabalhado e deve ser aqui considerado.

O principal ponto negativo a ser ressaltado é que, ao abordar as participantes dentro de uma instituição, em que tradicionalmente são investigadas questões sobre a rotina de cuidados

que o indivíduo mantém ou não com relação à sua saúde, educação, escolaridade, aspectos socioeconômicos, higiene, tornou-se uma preocupação fazer com que os sujeitos não ficassem atados às narrativas sanitaristas que condiziam com o ambiente em que estavam inseridos.

Não se quer, com isso, dizer que as marcas discursivas da instituição não se caracterizam como elementos passíveis e importantes à análise, mas que se fez necessário elaborar estratégias que tornassem a participação no estudo mais atrativa e acolhedora, propiciando narrativas menos condicionadas ao ambiente institucional.

Nesse sentido, a interação com as participantes na sala de acolhimentos individual, ou na sala de grupo, favoreceu que a imagem da pesquisadora não fosse associada à de mais uma técnica social, contribuindo para que a entrevista não tivesse conotação de acolhimento com seu técnico de referência. Além disso, a escuta mais acolhedora e o interesse e atenção a tudo o que era dito pelo participante, além de se caracterizar como uma postura necessária ao tipo de estudo que estava sendo construído, também funcionaria como estratégias facilitadoras ao diálogo durante as entrevistas.

A construção de dados, propriamente dita, aconteceu no período de janeiro a junho de 2017. Após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), sob o número CAAE 61434116.1.0000.5206, em 16/12/2016, iniciou-se a exploração do *locus* do estudo, através de uma reunião com a coordenadora e supervisora da instituição, com o objetivo de apresentar-lhes o projeto de pesquisa e de traçar estratégias de abordagem às participantes em potencial.

Após conhecer o serviço e os profissionais que constituem a equipe do Intensivo Mulher em reunião técnica, decidiu-se que o primeiro contato da usuária, com o estudo que estava sendo construído, deveria ser mediado pelo profissional, um técnico social de referência que acompanha a usuária. Esta estratégia objetivou preservar a integridade moral, o não constrangimento das participantes em potencial e a ética institucional.

Durante os seis meses de construção de dados, a pesquisadora comparecia ao Intensivo Mulher de quarta a sexta-feira. No primeiro mês, aguardava na sala dos profissionais, a disponibilidade de cada usuária e a indicação de um dos técnicos da equipe para iniciar as entrevistas, pois não poderia coincidir com os horários em que elas estivessem em acolhimentos individuais ou em grupo ou em acolhimento familiar. Nos meses seguintes, a permanência na instituição se deu nas áreas de convivência social.

Durante este período foi possível observar a dinâmica cotidiana da instituição, as relações estabelecidas entre as usuárias, entre as usuárias e as crianças e bebês (no caso de mães com seus filhos), entre as usuárias e os profissionais e entre os profissionais da equipe. Além

disso, a espera nos lugares de convivência propiciou a interação com muitas mulheres que, apesar de não atenderem aos critérios de inclusão no estudo e de não serem consideradas participantes desta pesquisa, no sentido stricto, compartilharam suas histórias, demonstrando muita vontade de falar livremente sobre as suas experiências de vida e do uso abusivo do crack. Todas estas vivências/experiências foram registradas no Diário de Campo, cujo conteúdo também será abordado, posteriormente, na análise dos dados construídos.

Dentro desta rotina de exploração do campus do estudo, as usuárias do serviço eram recebidas de forma bastante acolhedora pelo técnico social e, caso atendessem aos critérios de inclusão, a pesquisadora era chamada e apresentada à usuária. Em seguida, a pesquisadora acompanhava a participante até a sala de grupo, onde explicava o caráter do estudo, sua importância em âmbito social para a ampliação de discussões sobre o uso de drogas na contemporaneidade e esclarecia as possíveis dúvidas. Após esta explanação, àquelas que demonstrassem interesse em serem inseridas no universo da pesquisa, lhes era apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que deveria ser lido e assinado.

As entrevistas foram realizadas de forma individual, em salas individuais e algumas vezes, apesar de ter sido numa sala de realização de grupos, o lugar era privado, de modo a evitar a interferência de outras pessoas sobre a participante e garantir sua privacidade. Durante os seis meses de trabalho em campo, a pesquisadora não teve dificuldades na realização das entrevistas, nem na participação da dinâmica do espaço junto as mulheres e crianças que lá residem, nem com os profissionais.

As entrevistas tiveram duração média de 30 a 40 minutos, com exceção de uma que durou uma hora e meia. As falas foram todas gravadas em um gravador de voz digital e, posteriormente, transcritas, seguindo rigorosamente as palavras dos participantes, tentando manter o máximo de fidelidade com relação ao que foi dito. Também foram registrados os gestos relevantes, como, por exemplo, choros, risos, gestos, comentários, entre outros.

2.3 Instrumentos de construção dos dados

Ao iniciar este estudo, a preocupação com o bem-estar emocional das participantes foi prioridade no estudo, visto que a temática abordada remete a aspectos de foro íntimo e particular e a situação de interação poderia mobilizar algum tipo de desconforto, provocando sentimentos de ansiedade ou angústia. Desta maneira, buscou-se alcançar os objetivos da pesquisa de forma cuidadosa e a menos invasiva possível, respeitando as participantes e considerando todas as

implicações éticas do processo, ao mesmo tempo em que se favoreceu que as entrevistadas se sentissem à vontade para narrar aquilo que considerassem necessário ser dito.

Nessa perspectiva, utilizou-se como método de construção dos dados a História de Vida (HV). O método utiliza-se das trajetórias pessoais no âmbito das relações humanas, buscando conhecer as informações contidas na vida pessoal de um ou de vários informantes, fornecendo uma riqueza de detalhes sobre o tema. Dá-se ao sujeito liberdade para dissertar livremente sobre uma experiência pessoal em relação ao que está sendo indagado pelo entrevistador.

O método da História de Vida (HV) oportuniza ao pesquisador aprender a ouvir o sujeito que vivenciou a situação que se quer estudar, o que implica em tê-lo como um parceiro, como alguém que é ativo no estudo e que reflete sobre sua própria vida. Essa reflexão dos depoentes, que deixa vir à tona aspectos tão particulares, é a diferença primordial que aparece nas categorias de análise (Goodson & Gill, 2015).

Assim, optou-se por fazer uso de uma entrevista narrativa como instrumento de coleta de dados, usando o método da História de Vida. Esse tipo de entrevista permite obter informações subjetivas da vida de uma pessoa. Se quiser saber a experiência e perspectiva de um indivíduo, esse tem sido um bom caminho, uma vez que se obteve estas informações através da própria voz da pessoa.

A pergunta inicial de uma entrevista narrativa, chamada de questão disparadora, deve ter caráter aberto e focalizar o trabalho de investigação. A pergunta disparadora tem por objetivo encorajar a geração de ideias (Fontanella, Campos & Turato, 2006).

Neste sentido, iniciou-se a entrevista, fazendo a seguinte pergunta disparadora: “Fale-me da sua história de vida e da sua experiência com o uso do crack” e, a partir de então, deu-se início a uma conversa. Com o gravador como recurso, que é bastante prático para o método, foi preservado e registrado todos os detalhes da fala das depoentes, já que o uso desse instrumento permite que o entrevistador preste mais atenção ao depoimento cedido.

Foi feito também uso de um Diário de Campo, instrumento de pesquisa muito utilizado após a realização das entrevistas, em que foram registradas diversas vivências, observações e reflexões que se deram ao longo do processo de construção dos dados. O Diário de Campo é uma técnica muito utilizada na etnografia e, segundo Weber (2009), ela nada mais é do que um conjunto disseminado de notas heterogêneas produzidas, diariamente, ao longo de toda a experiência de pesquisa. “O diário de campo transformou-se em uma técnica básica para registrar as observações conhecidas como anotações de campo (Fontanella, Campos & Turato, 2006).

Em entrevistas narrativas, é possível que as anotações sejam feitas durante seu andamento, minimizando o posterior viés de uma memória diluída. Mas para facilitar a espontaneidade dos entrevistados, anotou-se os dados da linguagem não-verbal após o término da entrevista (Lourenço, 2018).

A utilização do Diário de Campo se deu, registrando nele, livremente, as experiências vivenciadas pela pesquisadora na e pela interação direta ou indireta com o campo. A pesquisadora não se ateu às regras rígidas ou técnicas precisas de anotações. O diário fez parte da rotina da pesquisadora, sendo, ao final, composto por um conjunto de notas que evidenciam os processos de afetação provocados nos/pelos eventos observados, assim como, sentimentos que mobilizaram a pesquisadora durante o processo de desenvolvimento deste trabalho e pensamentos suscitados pelo contato com o objeto de estudo.

Antes do início das entrevistas, existiu certo receio da dificuldade que poderia haver em realizá-las face às temáticas que poderiam emergir para as participantes da pesquisa ao falarem das suas experiências relacionadas ao uso de drogas, principalmente porque se imaginava trazer sofrimento emocional, uma vez que poderiam vir à tona detalhes e aspectos de suas vidas privadas de ordem afetiva e sexual. Diferentemente da expectativa, as entrevistadas se mostraram fluentes e interessadas em contar suas histórias. Era grande a vontade de falar sobre suas experiências, assim, elas falaram sobre as drogas, sobre o uso do crack, sobre suas vidas. Os nomes das pessoas que participaram deste estudo foram mudados para preservar o sigilo sobre as suas identidades.

2.4 As protagonistas

Para a escolha das protagonistas desse estudo, utilizou-se das ferramentas de coleta de dados: amostra acidental e intencional, também denominada proposital ou deliberada. Por este critério, o pesquisador escolhe deliberadamente os participantes que irão compor seu estudo, de acordo com os pressupostos do seu trabalho e fica livre para escolher aqueles que possuem as características pessoais que, em sua visão, vão fornecer informações importantes para o assunto em pauta (Fontanella, Campos & Turato, 2006). Nas amostras não-probabilísticas (intencionais), tal definição é feita a partir da experiência do pesquisador no campo de pesquisa, numa experiência pautada em raciocínios instruídos por conhecimentos teóricos da relação entre o objeto de estudo e o *corpus* a ser estudado (Fontanella et al., 2011).

As protagonistas da pesquisa são sete mulheres, usuárias de crack, que se encontravam acolhidas no Centro de Acolhimento Regional Intensivo Mulher do Núcleo de Recife. As

mulheres foram convidadas pela pesquisadora ao obedecer aos critérios de inclusão da pesquisa, sendo selecionadas quando da visita da pesquisadora ao serviço. Os critérios de inclusão foram: serem usuárias de crack, acolhidas no programa, por vontade própria e, que mantinham o desejo de participar desse estudo. Para tanto também foi critério de inclusão que as usuárias estivessem em pleno uso de suas faculdades mentais.

Sendo assim, foi apresentada esta pesquisa às participantes que protagonizam este trabalho, abordando alguns aspectos sociodemográficos e um pouco das suas histórias de vida.

2.4.1 Dados sociodemográficos das protagonistas

Acreditamos que o levantamento sociodemográfico das participantes desse estudo seja de grande importância para a caracterização do público entrevistado. Assim, participaram do estudo 07 mulheres, na faixa etária dos 27 aos 38 anos de idade. Todas do Estado de Pernambuco.

Para uma melhor visualização do perfil das participantes, optou-se por apresentá-las, a partir da tabela abaixo (vide Tabela 7).

Tabela 7

Dados sociodemográficos das participantes do estudo

Nome	Idade	sexo	Identidade de gênero	Etnia	Instrução	Religião	Renda familiar mensal	Estado civil	Número de filhos	Tempo de uso do crack
Isis	27	Feminino	Mulher	Negra	Ens. Fund. Compl.	Evangélica	Até 1 sal. mín.	Solteira	01 filho	12 anos
Miquelle	28	Feminino	Mulher	Negra	Ens. Fund. Compl.	Evangélica	Até 1 sal. mín.	solteira	02 filhos	15 anos
Valeria	29	Feminino	Mulher	Negra	Ens. fund. compl.	Católica	Até 1 sal. mín.	União estável	02 filhos	09 anos
Mily	30	Feminino	Mulher	Negra	Ens. Fund. Incompl.	Católica	Até 1 sal. mín.	União estável	02 filhos e 01 filha	17 anos
Betânia	32	Feminino	Mulher	Negra	Sup. Incompl.	Evangélica	Até 3 sal. mín.	Viúva	01 filho	09 anos
Jacke	33	Feminino	Mulher	Negra	Ens. Fund. Compl.	Não tem	Até 1 sal. mín.	União Estável	02 filhos	20 anos
Bethy	38	Feminino	Mulher	Negra	Alfabet.	Evangélica	Até 1 sal. mín.	Solteira	02 filhos e 01 filha	06 anos

Acerca dos dados apresentados na tabela 7, é interessante pontuar as aproximações entre as experiências de cada uma. A designação étnica considerou a autodeclaração das

participantes, que se autodeclararam negras. Com relação ao grau de instrução, observamos que as jovens de alguma forma vivenciaram o engajamento em um processo educacional, no entanto, a maioria interrompeu os estudos no Ensino Fundamental.

Entre as jovens, apenas uma vivia em residência familiar, as demais estavam em situação de rua, com vínculos familiares fragilizados e/ou rompidos com débitos com o tráfico no território onde residiam com suas famílias. Essas informações evidenciam a baixa renda familiar delas e, por sua vez, são marcadores sociais relativos à classe social a qual elas pertencem. Apenas uma delas refere ter trancado o curso superior, para estudar para concursos de nível médio, todas as outras declaram não exercer atividade laborativa de fonte de renda atualmente, embora tenham realizado em algum momento da vida, atividades no setor informal, tais como: doméstica, secretária, cozinheira, vendedora (pipocas, água), traficante e prostituição.

Acerca do uso de substâncias psicoativas, em média as jovens iniciaram o uso do crack ainda na adolescência sendo, no primeiro uso, as drogas mais referidas maconha, nicotina, álcool e crack. As jovens relataram a existência de anos de uso de crack, uma variação entre 06 e 20 anos de uso. Elas chegaram ao Centro de Acolhimento Intensivo Mulher, por articulações feitas com o Centro de Acolhimento e Apoio do Programa ATITUDE, após articulações com a rede de saúde e/ou assistência, Ministério Público ou demanda espontânea.

A partir da compreensão já apresentada acerca da complexidade do fenômeno do uso de crack, pontuo que as experiências de vida dessas mulheres são influenciadas por suas histórias de vida, seu contexto sociocultural, sua rede de relacionamento e, claro, por suas subjetividades. A etapa a seguir do texto segue pela possibilidade de compreender a história das sete mulheres entrevistadas que, em sua singularidade, me dizem muito sobre o que é ser mulher, e usuária de crack.

2.4.2 As protagonistas e suas histórias

A partir de agora, será abordada as protagonistas deste estudo, apresentando um pouco das suas histórias de vida. A apresentação de um pouco de suas vidas foi construída pela pesquisadora, a partir do relato que as mulheres fizeram de sua história nas entrevistas realizadas. É importante enfatizar que, embora todas as entrevistas tenham acontecido de modo individual em sala privada, serão acrescentadas algumas falas que foram feitas por algumas das participantes em espaços de convivência e momentos de lazer dentro da instituição e registradas pela pesquisadora em seu diário de campo. Acredita-se que são falas importantes e entende-se

que essa escolha enriquece a contextualização de suas narrativas de vida e reitero, ainda que, por questões éticas os nomes utilizados aqui são fictícios

Jacke

“Eu sou um nada, se eu morrer acho que nem vou fazer falta a ninguém”.

Jacke, 33 anos, identifica-se pelo sexo feminino e é de orientação heterossexual, se autodeclara uma mulher negra, que vive uma união estável, tem dois filhos do primeiro relacionamento e esses residem, no momento, com os avós paternos. Refere ter conhecido o crack por curiosidade, um dia estava na rua de sua casa bebendo com algumas pessoas, sentiu vontade de conhecer a droga e foi comprar. Comprou e usou. *Jacke* diz: *“Eu vivi sempre rodeada de pessoas que faziam uso do crack, eu nunca tinha pensado em usar, até que conheci e não parei mais”*. Ela sempre morou com a tia, irmã de sua mãe, pois relata que sua mãe nunca ligou muito para o cuidado com os filhos, diz que ela tinha problemas mentais e de aprendizagem, era analfabeta, teve quatro filhos, um de cada pai e quem tomou conta dela e dos irmãos sempre foi sua avó materna. Ela desde pequena sempre gostou da tia e dos cuidados que recebia dela, sentia falta da mãe, mas entendia que a mãe só ligava para os companheiros que arrumava.

Jacke iniciou o uso do crack aos 13 anos. Refere que usava esporadicamente, junto com cigarro de nicotina e, em seguida, começou a usar também com maconha. Após o uso abusivo do crack, passou a morar por uns quatro anos na rua. Refere ter passado por muita coisa no tempo que morou na rua. Acrescenta: *“Nunca roubei, não acho certo, mas sempre pedi e me prostitui muito pra poder usar minha droga, pra poder usar o crack”*. *Jacke* afirma que antes do uso abusivo do crack trabalhava catando latinha pra vender e, às vezes, na venda de água, de pipoca, sempre fazendo bicos, pois só teve um emprego com carteira assinada e perdeu por não conseguir controlar o uso da droga. No momento da entrevista, *Jacke* apresentou-se triste, deprimida, sem esperança de vida. Encontra-se no programa há um mês e vem realizando acompanhamento psiquiátrico, fazendo uso de medicação, tratando-se no CAPS AD, na tentativa de reduzir o uso abusivo do crack.

Jacke chama o crack de “a destruidora” e afirma ter perdido muita coisa após ter iniciado o uso, diz ter se afastado dos irmãos e da tia, além de ter se infectado com o vírus HIV. Refere ter sido espancada, violentada na rua algumas vezes. Diz que só descobriu o HIV, após exames realizados quando procurou o ATITUDE e o CAPS AD onde mais uma vez foi acolhida. Afirma que, neste período estava usando muito e lembra que foi estuprada por um cliente que, além de

ter tirado a camisinha, a violentou. Ela ao mencionar esse episódio, chora e segue dizendo que até gostava de fazer programa com ele, mas acha que ele estava “baratinado” (sob efeito de drogas) nesse dia. Refere que até hoje é triste por causa disso.

Jacke demonstra não gostar muito de tomar medicações, nem de fazer o tratamento, mas afirma que quando inicia e sente que começa a ficar bem, ela começa a gostar, porque sente que está se organizando. Cita que tem problemas de pulmão e quando faz o tratamento, o pulmão também melhora. Já vivenciou diversos internamentos em função dos problemas pulmonares. Refere ser muito difícil enfrentar a vida, diz ter a sensação de não ser vista pelas pessoas, principalmente quando está usando de forma abusiva o crack e afirma: *“eu sou um nada, se eu morrer acho que nem vou fazer falta a ninguém”* (Chora e bebe água).

Jacke afirma que cada vez que fica mais velha, sente o quanto não foi feliz na vida. Refere que devia ter continuado a fazer seus programas com “seus coroas” e ganhar seu “dinheirinho de boa”, pensava que a droga iria pelo menos aliviar seus sofrimentos, mas foi a pior escolha de sua vida. Diz gostar de seu companheiro atual, que também é usuário de crack, e que também já traficou muito, mas conta com ele pra conseguir, nesse momento, se tratar e deixar de vez essa vida. Diz sentir-se cuidada por ele e cuidar dele também, principalmente quanto ao HIV, pois de forma alguma quer passar doença pra ele. Jacke enfatiza que toda vez que vão ter relações sexuais, é um dilema, pois ele não quer usar a camisinha e ela só faz se for com a camisinha. Ela acrescenta: *“Ele é a única pessoa que tenho perto de mim hoje, com quem posso contar pra tudo, ele precisa de saúde, pra cuidar de mim e eu cuidar dele”*.

Bethy

“Perdi meus filhos para o crack, perdi minha vida só pra usar essa desgraça”.

Bethy, 38 anos, identifica-se pelo sexo feminino e é de orientação heterossexual, se autodeclara uma mulher negra e nesse momento encontra-se solteira. Teve quatro filhos. O primeiro se encontra sob os cuidados do pai. Atualmente, perdeu dois filhos para adoção, em função do uso abusivo do crack e ela cuida de sua filha mais nova, uma bebê de seis meses. Refere ter conhecido o crack já depois de adulta, com trinta e dois anos. Bethy relata que perdeu sua mãe aos quinze anos, que vivenciou uma perda significativa, pois sua mãe era tudo pra ela. Nessa época Bethy resolveu morar com seu namorado com quem foi casada por nove anos, o pai do seu primeiro filho. Em seguida, uniu-se ao seu segundo companheiro com quem teve mais um filho e quem lhe apresentou o crack. Bethy afirma que após iniciar o uso do crack não conseguiu mais parar, fato esse que levou o casal a se separar. Esta união durou apenas sete

meses. Ela diz: “*eu engravidei dele, passei... deixei ele com sete mês de gravidez. Aí fui me embora pra casa, mas não deixei o vício do crack não. continuei usando*”. Em seguida, conheceu seu terceiro companheiro, segundo ela, um rapaz, que conheceu fazendo uso do crack com ela em sua casa e com quem viveu dois anos. Bethy nomeia o crack de “desgraça” e afirma: “*Perdi meus filhos para o crack, perdi minha vida só pra usar essa desgraça*”.

Bethy ao falar dos filhos chora, se sente injustiçada, refere ter tentado parar com o uso por diversas vezes e não conseguiu, se apresenta indignada por não ter com quem contar, refere o abandono dos pais biológicos que não lhe deram suporte, pois afirma que se eles tivessem ajudado ela não teria perdido eles. Revela ter tentado de tudo, tratamento no CAPS AD, acolhimento no programa ATITUDE, através do Intensivo Mulher e do aluguel social. Ela nesse momento questiona a justiça que não cobrou nada desses pais biológicos. Os meninos foram tirados dela após uma denúncia feita à polícia, que as crianças ficavam sozinhas em casa dormindo e a mãe ia usar crack. Os meninos foram levados ao lar do neném, e ela perdeu os dois filhos para adoção depois de várias tentativas, junto à saúde, assistência social e justiça através da vara da criança e do adolescente. Bethy diz: “*minha vida mudou, mudou pra pior, eu só fiz perder. Não ganhei nada, eu tinha trabalho também, saí dos trabalhos, que eu trabalhava de carteira assinada, mas pedi para dar baixa e fiquei trabalhando como diarista e as casas onde eu trabalhava era tudo antiga. Tinha cinco casa diferente, aí era tudo de dois anos, três anos*”. Bethy relata que não tinha vontade mais de trabalhar, faltava, só chorava, não tinha vontade de mais nada na vida. Chorando muito, ela verbaliza: “*Antes eu era feliz, eu era muito feliz de primeiro, eu tinha tudo na minha casa, tinha meu trabalho, eu tinha o pai do meu filho, meu primeiro marido, tudinho, sempre cuidei da minha casa, do meu filho, depois que eu deixei dele foi que eu engravidei desses dois meninos, mas eu só tinha dele, aí depois de nove anos foi que eu tive de outro. Eu era muito feliz, eu trabalhava, eu sempre tive uma vida boa. Quando minha mãe morreu, a gente ainda tinha babá dentro de casa, que graças a Deus minha mãe, assim... a gente tinha uma vida boa, minha vó sempre ajudava ela, que minha mãe era filha única, aí pronto minha vida era feliz, mas depois que eu entrei nisso, não. Eu perdi muita coisa. Perdi minha vó, perdi meus filhos, perdi tudo na minha vida, só não perdi a vida por que eu acho que é Deus mesmo, por mim eu não estava aqui mais não. Essa minha menina, que eu gostava, eu gosto da minha filha, não tinha maldade nem nada, mas eu gostava muito desses meus dois meninos, de Danilo e Edson que se foram*”. Bethy refere que mulher sofre muito, principalmente, quando é usuária de crack, que ninguém as entende e ninguém cuida delas, ninguém sabe da necessidade delas e que só as julgam. Pontua nunca ter roubado, para fazer uso do crack, nunca ter cometido nada contra ninguém, para não ser presa, pois não tinha com

quem deixar os filhos e não se conforma de ter perdido os filhos para a adoção. Refere ainda que por várias vezes quando não tinha dinheiro, usava o próprio corpo, fazia dinheiro, trocava pelo crack, usava e corria pra casa, para não deixar as crianças muito tempo sozinhas. Às vezes contava com seus vizinhos para olhar as crianças, pois eram de confiança e sua fissura pelo crack era insuportável.

Bethy, ainda triste e chorosa diz: *eu me achava uma “mulher de verdade”, que hoje eu não me acho não, mas me achava muito importante.*

Isis

“Então ali eu senti que ele estava me rasgando todinha”.

Isis, 27 anos, identifica-se pelo sexo feminino e é de orientação heterossexual, se autodeclara uma mulher negra, no momento está solteira, tem um filho do seu primeiro marido. Refere ter conhecido o crack aos quinze anos com seu primeiro namorado. Segundo ela, seu namorado era olheiro de uma boca de fumo e foi assassinado por traficantes, pois sabia de informações sigilosas e havia assassinado uma pessoa com deficiência visual da comunidade. Isis revela ter começado a usar o crack, pois tinha o desejo de se aproximar e conhecer melhor seu namorado, porém após a morte dele, não conseguiu mais deixar de usar, se prostituindo na rua para manter seu uso.

Durante o tempo que passou na rua, conheceu um rapaz com quem se casou e teve seu filho. Sempre tentou reduzir o uso pra manter seu casamento, afirma que seu marido só aceitava porque gostava muito dela, mas não aguentou muito tempo e se separaram. Isis revela que tem contato com as drogas desde os sete anos, pois sua tia, irmã de sua mãe, sempre usou cigarro, maconha e álcool. Ela afirma ter começado a usar o cigarro e a maconha aos onze anos, escondida dos pais. Relata que sempre gostou da rua, desde criança, adorava a rua, pegar bigú (carona) nos ônibus com as amigas, “sentia-se livre”. Diz que apanhou muito da mãe por ser desobediente. Após a última vez que sua mãe lhe bateu, ela foi morar de vez com a avó.

Isis depois de adulta começou a fazer dívidas a ponto de sua família ser ameaçada por traficantes, e pra não acontecer nada de grave à família ela precisou sair de casa, morar na rua, fazer bicos como cozinheira, e arrumadeira, refere nunca ter tido carteira assinada. Perdeu todos os seus empregos, pois sempre usou de forma abusiva o crack. Refere só conseguir se organizar quando está realizando seu tratamento no CAPS AD, fazendo uso de medicação ou acolhida no ATITUDE, pois consegue organizar sua rotina de vida e fazer uso somente da maconha.

Isis emocionada afirma: *“aquela pisa se eu entendesse que era pro meu bem hoje eu não tava nesse sofrimento. E eu me arrependo muito e eu digo: Quem usa seu crack é difícil, porque eu já passei muitas vezes aqui pelo Intensivo Mulher, como hoje eu estou no Intensivo Mulher, mas dessa vez vim para pensar e refletir, e pra mudar a minha vida e eu peço a Deus, todo dia eu agradeço a Deus, de manhã, de tarde, de noite, de cada dia que eu dormia e me acordava, que eu cada dia que eu não boto o crack na minha boca é vitória, é uma festa pra mim”*.

Segundo Isis, toda sua família se afastou dela com medo de morrer, os pais e parentes até já tentaram ajudá-la, mas após as cobranças de débitos e ameaças, optaram por se distanciar e nem no Intensivo Mulher estão querendo visitá-la. Afirma ter perdido a todos e acrescenta *“eu tinha um grande homem na minha vida, me dava de tudo, nunca faltou nada pra minha pessoa, trabalhava. Mas eu não quis parar com o crack e ele separou de mim. E meu marido gostava muito de mim. É o pai do meu filho, que meu filho hoje tá com dez anos e mora com minha mãe”*.

E continua *“roubei tudo dentro de casa, cheguei a esculhambar minha mãe. Hoje eu tô querendo me consertar pra ver se eu mesmo faço meu trampo e fico de boa. E me arrependo muito desse negócio de droga, hoje eu penso em ter minha casa, um bom trabalho, carteira fichada ou se não um bico mesmo que eu ganhe dinheiro pra me manter”*.

Isis já passou por inúmeras situações de violência na vida, mas afirma que a pior delas foi o estupro que sofreu. Ela diz muito sofrida: *“eu fui estuprada por todos os cantos, fui obrigada a chupar ele, ele puxava meus cabelos, abriu minhas pernas, botou no meu reto... então ali eu senti que ele estava me rasgando todinha”*. Isis teve que ser internada por ter sido muito machucada. Refere ter muita sorte de não ter se infectado com o vírus HIV, pois no hospital ela recebeu todos os cuidados necessários.

Betania

“Ser uma mãe melhor é ficar em abstinência do crack, né? De qualquer droga, de qualquer coisa que me deixe afastada do meu filho”.

Betania, 32 anos, identifica-se pelo sexo feminino e é de orientação homossexual, se autodeclara uma mulher negra, viúva, solteira, tem um filho. No momento encontra-se desempregada. Betania refere ter nascido em berço evangélico, até seus dezoito anos sua vida foi só estudo, igreja e casa, não teve contato nenhum com nenhum tipo de droga.

Praticava esporte, praticava futsal, e com dezessete anos um olheiro do Clube de esportes do Santa Cruz a convidou pra jogar no time dele, pra jogar no estado de Curitiba, mas pra que ela fosse, sua mãe teria que assinar um contrato porque na época ela era menor de idade. Seus pais não assinaram esse contrato, porque falaram que futsal era negócio de lésbica, de sapatão, não permitindo que *Betania* segue a carreira de jogadora de futebol. Aos dezessete anos ela terminou seu segundo grau, e com dezoito anos começou a beber socialmente com os amigos, saiu da Igreja, e daí em diante começou a usar pó (cocaína). Casou-se aos vinte e três anos e com vinte seis anos de idade ficou viúva, seu esposo era bem mais velho que ela e faleceu após sofrer um infarto. Ela enfatiza falando o quanto foi sofrido viver essa perda *“mais uma frustração pra mim, por que a gente se casou mesmo, nos amávamos de verdade, eu tive um filho dele, quando ele faleceu meu filho ficou com dois anos, e o que aconteceu é que foi mais uma frustração pra minha vida”*.

Betania afirma ter experimentado o crack, logo após a morte do esposo, em encontros com amigas e que após a primeira experiência, não conseguiu mais deixar. Ela afirma ter usado para aliviar os sintomas de embriaguez alcoólica, pois quando bebia ficava logo bêbada e tonta, e após fazer uso do crack, melhorava consideravelmente, podendo fazer uso das duas substâncias. Acrescenta *“fui experimentar porque eu não acreditava que isso era possível, então bebi, fiquei naquele estado de embriaguez, e fiz isso, fumei o crack no cachimbo, e em dois, três minutos eu fiquei boa, totalmente boa alguém só me falava que eu tinha bebido pelo hálito da bebida, mas eu estava completamente boa, não estava mais tombando, não estava mais gaguejando, e aquilo ali foi ótimo pra mim, eu passei a noite usando, elas tinham levado bastante crack. A gente passou a noite usando. E até hoje com meus trinta e dois ano de idade não consigo parar”*.

Betania passou por várias instituições de cuidado a usuários de drogas, comunidades terapêuticas, CAPS AD, hospital psiquiátrico e programas da assistência social. Ela fala *“vai fazer três meses que eu estou aqui né? eu não estou conseguindo me equilibrar de forma nenhuma, não estou conseguindo passar mais de três dias sem usar o crack... tô até com vontade de desistir...”*

Sente-se frustrada, sozinha, desamparada. Terminou um relacionamento amoroso e diz não conseguir lidar com tanta frustração. Refere ter que ficar boa para cuidar do filho, pois os pais já estão idosos e com dificuldades de cuidar do neto e deles próprios. O filho de *Betania* tem no momento cinco anos, e ambos sofrem com a ausência um do outro.

Sobre isso ela acrescenta *“eu botei na minha mente que eu preciso da minha abstinência pra cuidar do meu filho, meu filho tem apenas cinco anos, e todo domingo que ele vem, quando*

ele vem me visitar ele diz: A senhora precisa ficar boa, porque as mães dos meus amiguinhos levam eles pra escola, e a senhora nunca tá, aí isso me deixa muito triste, aí ele vai embora e eu fico assim, né? Fico naquele estado porque eu não queria isso, eu queria realmente ser uma mãe melhor pra o meu filho, mas eu não consigo. “Ser uma mãe melhor é ficar em abstinência do crack, né? De qualquer droga, de qualquer coisa que me deixe afastada do meu filho”.

Betania, afirma que desde que começou a usar o crack, sempre pôde contar com o apoio dos seus pais, eles nunca a abandonaram e sempre cuidaram do seu filho, porém, fala com mágoas ao lembrar que não se tornou uma atleta em função dos preconceitos dos pais. Seus pais ouviam bastante a igreja e segundo ela não era permitido mulher jogar bola. Ela, de forma irritada verbaliza “*na época eu nem pensava em droga, não pensava nem nisso. Então, aí hoje eu falo pra minha mãe: Hoje eu não sou jogadora de futebol e sou lésbica e aí?*”.

Segundo *Betania*, sua mãe não aceita sua orientação sexual e diz que isso é coisa da cabeça dela, que ela precisa mesmo se tratar. Não aceitava seus relacionamentos afetivos sexuais, o que a deixava inquieta e questionando sobre a dificuldade de ser mulher, mãe e ter que ser muito certinha como sua mãe queria que ela fosse. *Betania* diz: “*nesse mundo não se pode ser mulher e escolher fazer coisa de homem, senão você é crucificada, não aguento isso.*”

Miquelle

“Mulher o povo julga mais, parece que tem um peso maior. Mulher que usa crack, ninguém quer, usa e joga pra lá”.

Miquelle, 28 anos, identifica-se pelo sexo feminino e é de orientação bissexual, se autodeclara uma mulher negra, solteira, tem dois filhos. No momento encontra-se desempregada. Ela revela que teve uma infância muito complicada, pois quando era pequena sua mãe (biológica) bebia muito e entregou ela para ser criada por sua vizinha, pois a mesma a achava bonitinha e gostava de cuidar dela. Lembra que via sua mãe (biológica) fazendo uso de bebida alcoólica e fumando quando passava os fins de semana com ela. Acrescenta “*ela fumava muita maconha e eu via as pontas no cinzeiro aí fiquei curiosa, comecei a fumar maconha eu tinha doze anos de idade*”.

Miquelle refere que essa sua vizinha, tornou-se sua mãe de criação e não gostava de vê-la na rua, não gostava também quando *Miquelle* via sua mãe biológica usando drogas. *Miquelle* diz que morava perto de uma boca de fumo e que um dia em meio a um tiroteio, levou dois tiros na cabeça passando meses internada, realizando tratamento. Ela conta que sempre conviveu de perto com as drogas, porém iniciou o crack aos treze anos de idade. Acrescenta “*após o meu*

tratamento, eu conheci o crack através do meu padrasto que era marido da minha mãe biológica. Eu ia pra lá final de semana tomar conta das minhas irmãs e ele usava. Aí uma vez eu comprei e comecei a fumar, comecei a fumar com treze, quatorze anos. Comecei também a me prostituir, tirar as coisas de dentro de casa, a ficar com homens mais velhos.”

Miquelle usou o crack por muito tempo até conhecer uma amiga da sua mãe de criação, que se sensibilizou com sua situação e a levou para o interior do estado e se propôs a cuidar dela. Durante o período que passou no interior conheceu o pai do seu filho, com quem viveu alguns anos. Refere que seu esposo se envolveu com o tráfico e foi preso. Segundo ela, durante os quatro anos que ele ficou preso, eles continuaram namorando e ela passou esse tempo sem usar nem sentir falta do crack, no entanto, quando ele foi solto, tiveram uma recaída, pois ele começou a trazer droga para dentro de casa. Segundo ela, eles achavam que tinham controle, mas estavam recaindo constantemente. Ela intensificou seus programas, para usar a droga e para comprar o alimento do filho, pois já estavam passando necessidades. O uso da droga estava tão intenso, que ela pensava que iria morrer e não iria ter ninguém para cuidar do filho. Foi então que precisou parar e procurar tratamento.

No meio do tratamento, veio morar em Recife novamente, e procurar acolhimento no programa ATITUDE onde foi acolhida e encaminhada ao CAPS AD para acompanhamento da saúde. Após tratamento conseguiu organizar melhor sua saúde e os cuidados com o filho, conseguindo ir para o aluguel social do estado. Refere que durante esse período, sentiu-se muito sozinha e acrescenta *“fui me prostituir, quando chegou lá fui fazer uso, deixei meu filho dormindo em casa e fui fazer uso, daí quando eu cheguei em casa a polícia tinha acabado de levar meu filho, daí na hora eu fiquei sem chão.”*

Miquelle refere que perder seu filho foi a pior coisa que ela sentiu na vida. Pois o seu filho mais velho já reside com uma grande amiga, que cuida muito bem dele enquanto ela se cuida, e perder o mais novo seria horrível, porque ela pretende se cuidar e voltar a morar com os dois juntos. *Miquelle* retornou ao Intensivo Mulher, e reiniciou seu tratamento e com a ajuda do programa, bem como da advogada do serviço, conseguiu ganhar a guarda do seu filho novamente. Fala emocionada do sentimento de rejeição que sempre sentiu. Traz lembranças de uma adolescência sofrida, violenta, *Miquelle* relata ainda que sonha em voltar a ser uma “mulher de verdade”, que cuida da casa, dos filhos, que trabalha, é forte e consegue conquistar as coisas. Ela afirma, *“Mulher o povo julga mais, parece que tem um peso maior. Mulher que usa crack, ninguém quer, usa e joga pra lá”*. Refere que no momento se sente “um nada”, uma pessoa sem valor, que ninguém enxerga, só usa e depois deixa pra lá.

Mily

“Meu irmão nunca usou droga e eu que sou mulher uso, sou pior que um homem”.
“Ultimamente venho me sentindo um lixo”.

Mily, 30 anos, identifica-se pelo sexo feminino e é de orientação homossexual, se autodeclara uma mulher negra, vivendo em uma relação estável, tem dois filhos e uma filha. No momento encontra-se desempregada refere nunca ter trabalhado de carteira assinada, sempre fez bicos para ganhar dinheiro. Tenta ajudar financeiramente sua mãe na criação dos seus dois filhos, pois sua filha é criada por seus vizinhos que são padrinhos da menina. Mily refere que cada filho tem um pai diferente, mas ela não tem contato com nenhum deles e acrescenta *“não tenho contato com eles, nunca quis, não gostava deles, na verdade acho que nunca gostei de homem não, prefiro mulher, sempre gostei de mulher me entendo melhor, e meus filhos ficaram comigo e minha mãe.”*

Mily revela que sempre viveu no meio das drogas, e antes do crack era só loló, era cola, cigarro e maconha. Toda sua família trabalhava comercializando em sua própria casa drogas pra sobreviver. Sua mãe, seu padrasto, seus três irmãos, frequentavam uma gafeira, onde trabalhavam nas vendas, e segundo ela, conviviam no meio de traficantes e usuários. Ela acrescenta que participava do processo de preparo até o empacotamento e vendas das drogas. Começou a usar a loló aos nove anos, seguido do cigarro e da maconha. Aos treze anos iniciou o uso do crack e refere não mais ter parado. Mily acrescenta *“então comecei a conhecer o crack mesmo dentro da minha própria casa, vendo as pessoas usando, vendendo, comprando e ficava vendo as pessoas usando e ficava curiosa por que elas ficavam daquele jeito. Minha mãe também não ligava muito, o negócio dela era bebida. Meu pai também, meu padrasto, só fazia beber também, aí comecei a viver na rua, muito mal ia pra escola, e daí fui conhecendo o mundo das drogas.”*

Mily conta que sempre foi a desprezada da família. Nunca teve pais que se preocupassem com ela, com sua saúde, educação, com seu bem-estar, com seu desenvolvimento, com suas amizades. Pontua *“nunca tive pai, tive padrasto, mas eu era muito pequenininha, mas nunca tive pai. E minha mágoa é o desprezo da minha mãe, sei lá... Me trata diferente, de como trata o meu irmão. Meu irmão sempre foi o preferido dela, ele nunca usou droga e eu que sou mulher uso, sou pior que um homem. Ela fala muitas coisas: Era bom que tu nascesses morta! Já me botou várias vezes pra fora de casa, mas também eu entendo o lado dela, porque ela é analfabeta e só dá a mim o que ela recebeu do pai e da mãe dela”.*

Mily fala que não se sente uma “mulher de verdade”, pois não sabe cuidar dos filhos, da casa, nem ser a mulher que sua mãe sempre quis que ela fosse. Afirma que ser uma mãe boa, é ser uma mãe presente, é amar e ser amada, é tá junto da família, é tá com a pessoa que se gosta, é lutar por aquilo que deseja, não desistir dos seus objetivos, é ter força pra bater em qualquer porta e pedir ajuda, e se superar. Ela acrescenta “*minha mãe nunca foi assim, a vida toda só quis saber de bebida e de dinheiro. Quando eu chegava com o dinheiro era a boazinha, era tudo, não queria saber se eu tinha comido, se eu tinha tomado banho, se eu tinha usado droga, se eu fui estuprada, se minha menstruação desceu, se eu fui moça, se eu já fui comida...*”

Atualmente a mãe de *Mily*, sofre com problemas de saúde decorrentes do uso abusivo do álcool, segundo ela, ajuda no que for possível e orienta os filhos a cuidar da avó, pois *Mily*, no momento não pode voltar à sua comunidade em função de roubos para consumir o crack. Revela que quando entra em uso abusivo, tem vontade de morrer, precisando procurar ajuda em equipamentos da saúde. Já foi acolhida algumas vezes nas unidades de atendimento vinculadas aos CAPS AD, no momento encontra-se acolhida no programa ATITUDE e na rede de saúde mental municipal, com acompanhamento psiquiátrico e psicológico.

Mily fala dos prejuízos sofridos após o uso abusivo do crack e verbaliza “*acho que usar crack abusivamente é um sofrimento só, porque a gente tá lidando com seres humanos, o que ele faz na minha vida ele faz na vida de um homem, de uma mulher, de qualquer pessoa. Os homens se acaba e nos também, eles rouba e nós também, eles também tem ameaça, num vê la no apoio, eles tudo ameaçado. Pra nós é ruim, porque nós é estropada, espancada.*”

Mily revela que o crack ou qualquer droga, traz um prazer momentâneo, um prazer tão rápido que não é capaz de aplacar suas dores adquiridas ao longo da vida. “*Após o uso do crack me afastei ainda mais da minha família, dos meus filho, da minha comunidade, da sociedade. Não consigo estudar, trabalhar, nada. Ultimamente venho me sentindo um lixo.*”

Valeria

“Ser mulher e usuária de drogas ela é espancada, violentada, ela é abusada, ela perde o Valor em tudo, no trabalho...”

Valeria, 29 anos, identifica-se pelo sexo feminino e é de orientação homossexual, se autodeclara uma mulher negra, vive em uma relação estável, tem dois filhos. No momento encontra-se desempregada, nunca trabalhou com carteira assinada, sempre fez bicos para ganhar dinheiro.

Desde criança convive com drogas em sua casa. Sempre presenciou o uso e a venda de múltiplas drogas. Sua mãe vivia do comércio de maconha e do crack, às vezes vendia roupas, e aceitava dinheiro para que as pessoas pudessem usar drogas em sua casa. *Valeria* não conheceu seu pai, que faleceu antes de seu nascimento e fala com tom de revolta sobre os relacionamentos “*a posteriori de sua mãe todos os maridos da minha mãe era tudo drogado, sempre gostava de homem errado, ladrão, traficante, essas coisas. Desde criança já fui assediada pelo meu padrasto, sempre dizia para minha mãe, mas ela não acreditava. Então, comecei a trabalhar cedo, não queria ficar em casa. Não tive muito estudo porque às vezes não ia pra escola, também não tinha tempo, comecei a trabalhar cedo vendendo verdura, fruta, objetos, relógios roubados e aí comecei a entrar no álcool.*”

Valeria refere que teve seus sonhos roubados, nada conseguiu realizar, sempre foi uma criança triste, deprimida. Iniciou o uso do álcool aos treze anos, aos quatorze começou a usar loló, sentindo que sua tristeza só aumentava. Aos vinte e poucos anos iniciou o uso do crack. Em função do uso abusivo, lembra que perdeu a guarda dos filhos, o mais novo para sua mãe e em seguida para sua irmã que cuida dele até o momento e o seu filho mais velho encontra-se em um abrigo para adoção. Em sua família todos fazem uso de droga, exceto sua irmã. Sempre viveu em condições socioeconômicas precárias, sua mãe não tinha estudo e intensificou o tráfico em casa vendendo, além da maconha e do crack, o pó virado, a cocaína e o melado. Ela recorda que sempre passava necessidades em casa, pois o que conseguiam comprar acabava sendo dos traficantes e usuários que frequentavam sua casa.

Valeria conta que foi muito maltratada, sofreu várias ameaças, violência psicológica, que cada dia mais a atormenta, e acrescenta “*eu já cheguei à conclusão que o meu problema com a droga é só dessa depressão que eu tenho, eu tô bem, eu tenho essa vontade de sair, mas só que eu não consigo sair dessa droga por conta disso que sinto, dos meus pensamentos ruins*”. *Valeria* esclarece que sua mãe nunca a protegeu, e que toda vez que a agredia, dizia que ela era a cara do pai, e que não iria prestar pra nada na vida. *Valeria* diz sofrer com essas falas da mãe e entende, pois, sabe que seu pai a agredia muito, e a obrigava a fazer coisas que ela não queria. Relata que sua avó materna, também não gosta de sua mãe, que sempre a escanteou.

O fato de não poder contar com a família e de estar distante dos filhos dificulta o processo de organização de sua saúde. Revela que seu segundo filho foi fruto de um estupro, que ela poderia ter interrompido a gravidez, ou ter doado a criança, mas não o fez e não admite ter perdido ele, mesmo que para sua irmã, refere que esse fato a revolta e que sente dor ao pensar.

Valeria fala que atualmente não se sente uma mulher, sente-se um nada, e acrescenta “*ser mulher é uma pessoa experiente, uma pessoa madura, mulher é uma pessoa responsável, uma pessoa inteligente, uma pessoa respeitadora, uma pessoa que luta pelos seus direitos. Uma mulher usuária de droga ela perde a beleza, ela perde o nome: Ser mulher.*”

Valeria enfatiza que “*mulher é criticada por tudo, quando não é boa filha, boa aluna, boa mãe e quando é usuária de crack, de droga ela é vista com indiferença, ela é espancada, violentada, ela é abusada, ela perde o valor, perde o valor em tudo*”.

2.5 Procedimentos de análise: compreendendo o processo

Trabalhar dentro de uma perspectiva foucaultiana exige-nos uma desconstrução dos modelos de pensamento moderno para considerar as estratégias analíticas de compreensão sobre as indagações da realidade. O sentido é, entender aquilo que foi permitido ser expresso e perceber as relações estabelecidas entre o que foi dito e o jogo de poder que se manifesta nos discursos (Jeronymo, 2005; Lourenço, 2018).

É nesse sentido que tomamos a analítica discursiva, de inspiração foucaultiana, como principal estratégia de análise utilizada neste estudo. No entanto, considera-se que Foucault nunca propôs um método de análise do discurso. De acordo com Silva e Silva (2012), os pensamentos de Foucault foram sendo construídos por inúmeros teóricos da linguagem até se chegar ao que hoje comumente é chamado de análise do discurso foucaultiana. Escolher este procedimento de análise se deu, sobretudo, pelo entendimento que fé feito sobre o discurso, enquanto condição de possibilidade, não como uma expressão de uma ideia ou como mera linguagem.

A contribuição de Foucault está basicamente em nos fazer ver que os recortes pelos quais optou-se nesse trabalho científico constituem também um discurso e, como tal, estão povoados de outros discursos, diferentes, cujos enunciados têm a ver sempre com relações de poder muito concretas. Quando se pensa em análise do discurso necessariamente analisa-se em sentido. E se alguma coisa faz sentido é porque o “sujeito produz o sentido, porque o sujeito é uma relação a qual o homem encontra diferenças, desvios, criando funcionalidades a partir de uma certa compreensão de si e do sentido no discurso e enxerga, assim novas evidências” (Jeronymo, 2005, p. 56).

De acordo com Fischer (2012), Foucault seguiria uma linha de pensamento que afirma que a palavra ou o discurso, ou seja, todas as coisas ditas não seriam meras designações, mas construções que têm uma relação complexa, pois são históricas, como o poder. Dessa forma,

palavras e coisas produzem sujeitos, subjetividades e modos de subjetivações. A autora acrescenta ainda que o termo subjetividade para Foucault refere-se ao “modo pelo qual o sujeito faz a experiência de si mesmo em um jogo de verdade no qual está em relação consigo mesmo” (Larrosa, 1994, p. 55). O modo, as práticas, as técnicas, os exercícios, num determinado campo institucional e numa determinada formação social pelas quais ele se observa e se reconhece como um lugar de saber e de produção de verdade.

Fernandes (2012) e Lima (2015) defendem que é a partir dos discursos que surgirão os objetos de estudo a serem eleitos pelas várias áreas de conhecimento; e, ao serem eleitos e identificados esses objetos de estudo, seria possível pensar os processos de subjetivação e os sujeitos que são produzidos (Fernandes, 2012; Lima, 2015).

Trabalhar com o pensamento de Foucault requer a tomada de certos objetos do conhecimento, a partir de, como eles encontram na história seu lugar e possibilidade de emergência. Em várias de suas obras o autor exemplificou a forma como toma seus objetos de estudos inusitadamente segue com sua arqueologia no objetivo de compreender os campos de saberes legitimadores daquelas formas de pensamento.

Neste estudo, o foco de interesse, está em pensar como a experiência do uso de drogas, vivido por mulheres, com todos os seus arranjos discursivos, participaram mais ou menos, na forma como os sujeitos desta pesquisa organizaram-se em relação a diferentes aspectos de sua vida. Compreender a experiência de vida de mulheres usuárias de crack, entendendo que a noção de experiência se refere ao processo que participa na configuração dos modos de ser – processos de subjetivação.

Lima (2015) enfatiza que o processo de subjetivação não é algo que acontece ou atinge o sujeito causando-lhe algo, é algo dinâmico, é a partir do atravessamento do campo histórico de acontecimentos que emerge a possibilidade desse indivíduo tomar determinada forma como sujeito. Esse processo não ocorre transformando passivamente o sujeito de uma forma assujeitada, pois o sujeito sempre causará tensões e colocará em movimento todos os discursos numa configuração e reconfiguração. Trata-se de um processo de construção, e simplesmente de uma imposição causal.

Trabalhar com o pensamento de Foucault nos dá a impressão de que ao longo da construção de suas obras e estudos, ele segue coerente com sua visão de mundo e vai construindo um instrumental, criando possibilidades de tomar certos objetos de estudo e adentrar os mais diversos campos de pesquisa. Os objetos de estudo são criados por ele a partir da identificação de inúmeros discursos circulares.

Lima (2015, p. 66), referindo-se ao trabalho de Foucault, diz que

Trata-se de uma potência criativa e uma abrangência dinâmica a partir do olhar entre vários campos de estudo que se articulam numa complexidade única, tornando imperiosa a visão histórica que ele dá aos fenômenos. Trata-se de outra maneira de olhar o mundo para compreendê-lo, ou melhor, para atribuir-lhe sentido, numa perspectiva não essencialista, ou seja, saindo do campo das certezas absolutas e atemporais.

Nesse trabalho não há interesse em explicar os diversos modos de fazer uso do crack e construir uma representação das pessoas que fazem uso do crack, mas compreender as experiências de mulheres usuárias de crack e discutir, a partir de seus processos de subjetivação, como alguns discursos podem ser identificados e assim problematizar, contextualizar histórica e criticamente as respostas subjetivadas que aparecem ou dos discursos que se repetem. Não se trata de tomar algo como verdade ou não, mas a partir de Foucault, focar na análise das condições históricas, para compreender como determinados objetos são constituídos, entender suas condições de existência, tornando-se em determinado tempo, inteligíveis.

3 Contextualizando sobre modos de subjetivação

No capítulo da revisão de literatura foi apresentado um panorama dos discursos encontrados no campo científico a respeito dos modos pelos quais se fala sobre o uso do crack, das mulheres usuárias de crack e como esses discursos constroem formas de ser mulher.

No presente capítulo será apresentado sobre discussões teórico-metodológicas de contextualização desse estudo trazendo algumas narrativas das participantes visando atender ao objetivo de compreender o modo como estas mulheres usuárias de crack se constroem (se subjetivam) como mulheres e vivem suas vidas na contemporaneidade. Para isto, será iniciado discutindo o conceito de experiência em Michel Foucault enquanto modo de subjetivação e, em seguida, será debatido sobre os discursos de verdades saber/poder, biopoder, biopolítica enquanto dispositivo político de regulação de condutas realizando uma intersecção com aspectos relacionados à perspectiva de gênero.

3.1 Modos de subjetivação e a experiência em Foucault

Eu gostaria de dizer, antes de qualquer coisa, qual foi o objetivo do meu trabalho nos últimos vinte anos. Não foi analisar o fenômeno do poder nem elaborar os fundamentos de tal análise. Meu objetivo, ao contrário, foi o de criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornam-se sujeitos (Foucault, 1995, p. 231).

De acordo com Lima (2015), é necessário tomar cuidado ao interpretar essa afirmação de Foucault sem relativizá-la. Foucault faz esta afirmação ao salientar a importância do sujeito como ponto de convergência de suas pesquisas, o que não quer dizer que o poder também não tenha sido objeto de suas análises em momentos anteriores nos seus estudos. O que significa que o foco de sua pesquisa naquela época não era mais o poder e sim os modos de subjetivação.

Veiga-Neto (2016) coloca que Foucault dedicou-se ao longo de sua obra a analisar não apenas como se constitui essa noção de sujeito que é própria da modernidade, como, também de que maneiras cada um de nós se torna essa entidade que chamamos de sujeito moderno. O autor pontua que Foucault partiu de uma crítica àquilo que ele chama de um “sujeito desde sempre aí”, percebido como um sujeito natural e universal, além de atemporal. Para Foucault, o sujeito não preexiste a um mundo social e nem é causa dele. Em sua obra o autor se dedica a entender como alguém se constitui como sujeito dentro dessas condições históricas que lhes são dadas (Lima, 2015).

Veiga-Neto (2016) coloca que praticamente todas as correntes pedagógicas modernas partilham desse mesmo entendimento sobre um “homem-sujeito desde sempre aí” a ser desabrochado pela educação, trabalhando com a noção de sujeito como algo a ser transformado. Noções como o “eu pensante” de Descartes, a “Mônada” de Leibniz, o “sujeito do conhecimento” de Kant compartilham a ideia de que o sujeito é uma entidade já dada, uma propriedade da condição humana e, por isso, desde sempre aí, presente no mundo.

A noção moderna de que o sujeito é matéria-prima a ser trabalhada pela educação partiu do entendimento de que o sujeito é uma entidade natural e, assim preexistente ao mundo social, político, cultural e econômico. O “sujeito desde sempre aí”, é visto, portanto, como objeto, produto, por assim dizer das influências externas dos cenários sociais, culturais, políticos econômicos, educacionais, e como consequência, no sentido causa-efeito desse ambiente, tem-se um sujeito facilmente manipulável pela pedagogia e/ou psicologia entre outras (Lima, 2015).

A educação moderna trabalhou com a noção de sujeito como algo que poderia ser transformado, que poderia ser levado, por exemplo, de um estado de selvageria para um estado civilizado, como pensava Rousseau, ou como pensava Kant, Hegel, e Max, que ele poderia ser levado de uma posição de minoridade para a maioria. Essa visão de mundo e de sujeito influenciaram várias outras áreas do saber (Veiga-Neto, 2016).

Foucault entre outros filósofos e sociólogos se despediram dessa noção moderna e iluminista de sujeito. Para Foucault, o sujeito seria “modos de subjetivação” que se configuram a partir das relações entre os contextos históricos e os jogos de verdade do saber-poder, relações complexas e não causais (Foucault, 1982/2010).

Lima (2015) ao citar Bert (2013) esclarece que o homem em grande parte, é “história incorporada” esquecida pelo tempo e, portanto, naturalizada especificando não se encontrar suas origens por trás das coisas, mas um emaranhado de construções plurais e individuais e coletivas que Foucault continua a denunciar frente às reflexões sociológicas, históricas ou antropológicas. O material de trabalho de Foucault foi sempre o discurso e como ele participa na constituição do sujeito. Dito de outra forma, seu material foi o discurso científico e os objetos que determinados discursos, dispõem e apresentam em cada época. Como um objeto se torna inteligível, validado e como alguém pode apoderar-se de certos objetos para falar deles (Lima, 2015; Araújo, 2008).

Assim o sujeito seria, a partir de uma perspectiva foucaultiana, uma forma-sujeito dentro das condições históricas que torna possível o indivíduo tomar aquela forma, com uma trama que o rodeia e provê as condições de existir, falar sobre o mundo e sobre si mesmo. Sempre atravessado por discursos (Lima, 2015, p. 61).

“Eu comecei com nove, nove anos de idade. Comecei na cola, no cigarro, depois maconha, depois conheci o mesclado e comecei a me envolver roubando, depois comecei a me envolver traficando, e vendo dentro da minha própria casa por que minha mãe não tinha um , como vamos dizer... um estudo, ela é analfabeta, então qualquer dinheiro comprava ela , então comecei a conhecer o crack mesmo dentro da minha própria casa, vendo as pessoas usando, vendendo, comprando e ficava vendo as pessoas usando e ficava curiosa por que elas ficavam daquele jeito. Aí eu fiquei vendo, fiquei vendo e fiquei curiosa, com curiosidade já sentia o cheiro da maconha, um cheiro bom, agradável né? ficava, naquele tempo, por que naquele tempo o crack saía da cocaína, da cocaína a gente tirava o crack, e fazia, porque não existia o crack feito não, o crack era feito direto da cocaína, extraído da cocaína, então eu comecei a ver aquilo e extrair também. Comecei a usar, né? Minha mãe também não ligava muito, o negócio dela era bebida. Meu pai também, meu padrasto, só fazia beber também, aí comecei a viver na rua, muito mal ia pra escola, e daí fui conhecendo o mundo das drogas. Lá em casa se não vendesse as drogas, nós passava fome, então todo mundo ia lá pra casa fazer os pacotinhos de droga e vender, cresci nisso, vendo isso, só podia ser uma usuária né, sou uma noiada, doente, usuária de crack. Só aos poucos eu fui entendendo que fazer isso era errado, mas lá em casa todo mundo fazia, nós se ajudava, aliás, na comunidade todo mundo se ajudava, e quando os homi (a polícia) aparecia o povo avisava. Eu me lembro que gostava de brincar na rua de bola e de se esconder, mas se eu não trouxesse dinheiro pra casa, minha mãe me batia, dizia que eu não prestava para nada.” (Mily, 30 anos)

A fala de uma das nossas participantes retrata um modo de subjetivação e construção de si enquanto uma mulher usuária de crack e os discursos atravessados no percurso.

De acordo com Zaccone (2014) os “criminosos” autuados e presos pela conduta descrita como tráfico de drogas são constituídos por homens e mulheres com características de extrema pobreza, com baixa escolaridade e, na grande maioria dos casos, detidos com drogas sem portar nenhum tipo de arma. São pessoas desprovidas do apoio de qualquer “organização”. Dessa forma, o sistema penal revela assim o estado de miserabilidade dos varejistas das drogas ilícitas, conhecidos como “esticas”, “mulas”, “aviões”, ou seja, aqueles jovens, adultos e até idosos pobres das favelas e periferias responsáveis pela venda de drogas no varejo, alvos fáceis da repressão policial e que não apresentam nenhuma resistência aos comandos de prisão. Segundo o autor, é extremamente perceptível que os presos condenados pelo crime de tráfico de substâncias entorpecentes, apesar de participarem do comércio ilegal de substância

entorpecente, não passam de “acionistas do nada”, como afirma o criminólogo Nils Christie, no seu livro *A indústria do controle do crime, 1998*. Ele pontua ainda que não é difícil, para um observador crítico, concluir pela concentração do capital gerado pelo narcotráfico nas mãos dos grupos conhecidos como máfias ou cartéis internacionais.

A partir do estudo da geopolítica das drogas, o autor aponta para uma premissa irrefutável, ou seja, é impossível que um negócio, que movimenta mais de um bilhão de dólares ao dia, beneficie somente meia dúzia de traficantes internacionais e questiona sobre uma problemática: onde circula e quem se beneficia dos bilhões de “narcodólares” produzidos nesse mercado proibido? (Zaccone, 2014).

Quando o assunto é comércio de drogas ilícitas, o legal e o ilegal aparecem mesclados de forma indivisível e, como afirma Zaffaroni, (1996, p. 45) “a seletividade punitiva não é de toda arbitrária e se orienta pelos padrões de vulnerabilidade dos candidatos à criminalização, que nesse caso, são as empresas mais débeis, presas fáceis de extorsão”.

Zaconne (2014) pontua que essas presas fáceis no Rio de Janeiro e no Brasil são representadas pelo que chama de “tríduo”: PRETO-POBRE-FAVELA.

A fala de Mily aponta para um dispositivo social que oferece ou impõe as condições de ser sujeito na comunidade pobre. A convivência com as drogas enquanto discurso, traz a dimensão dos comportamentos desviantes da norma, transbordantes ou excessivos, sem levar em consideração situações socioeconômicas de sobrevivência.

O “se ajudar para não passar fome” não é considerado socialmente como algo que supre uma necessidade básica, como estratégias de subsistência, mas da ordem da transgressão. O “na comunidade todo mundo se ajudava” deixa de ser visto como parceria comunitária ao bem comum do grupo e é colocado como cumplicidade ao crime, a desordem, o infligir da lei.

A esses sujeitos são impostos, a condição de mazelas do mundo (Lourenço, 2018), ser usuária de crack faz emergir a ideia de uma doença dos “corpos abjetos” (Butler, 2003), daqueles que por se desviar das normas se colocariam em situações de risco. Nessa lógica de pensamento, os corpos abjetos, marginalizados e descartados pela sociedade, pagam o preço de não se adequar às normas. A esses, todo “castigo é pouco”, pois desafiam a inteligibilidade daquilo que pode ser nomeado. Partindo deste princípio, pode-se entender como a associação do uso de crack e outras drogas, com comportamentos desviantes, muitas vezes, é entendida como uma punição merecida para os transgressores sendo possível identificar também nessa fala a ideia de que estar pagando um preço por situações vividas e comportamentos anteriores que a trouxeram para onde está atualmente.

Outra entrevistada nos diz o seguinte:

“Eu ia na safadeza, curiosidade, por que eu era afim de fumar cigarro, e desde pequena que minha tia fumava cigarro, e eu dizia: tia quando eu crescer eu vou fumar maconha igual a senhora! Minha mãe dizia: Mais Lena (tia) faz isso não na frente dos meus filhos não, dos teus sobrinhos não. Mas não adiantou, toda vez que ela ficava fumando eu pedia um cigarro a ela, como eu tava com dez, onze anos e tal. Eu comecei a fumar cigarro com onze anos, e eu dizia: Tia, quando eu crescer eu vou dar uma bola igual à senhora. Minha mãe não entendia e me agredia, mas eu achava bonito, tinha curiosidade. Minha mãe me bateu muito, já me deu até um muro na boca mesmo, me deu um cassete mais não adiantou, eu apanhei muito. Eu queria conhecer as drogas todas e lá em casa não podia nem falar, que minha mãe batia na gente, uma vez levei uma surra tão grande de cipó, que depois disso fui morar com minha vó. Tinha onze anos. Minha vó ficou comigo, meu avô, falou com minha mãe, mas aquela pisa se eu entendesse que era pro meu bem, hoje eu não tava nesse sofrimento. E eu me arrependo muito e eu digo: Quem usa seu crack é difícil, hoje em dia tô nessa desgraça de vida.” (Isis, 27anos).

Os processos de subjetivação não são universais e não se pode promover uma generalização sobre a vivência de ser mulher e usuária de crack. No entanto, estes dois discursos, centralizados entre ser ou não ser merecedor dos infortúnios após uso de drogas, foram recorrentes entre as pessoas entrevistadas.

Foucault trabalhou para demonstrar detalhadamente a maneira como o sujeito se institui, e chamou os de três modos de subjetivação que transformariam os seres humanos em sujeitos. Veiga-Neto (2016) aponta que o primeiro caminho tomado por Foucault foi o da objetivação a partir de campos do saber, denominado por ele de arqueologia; o segundo foi o das objetivações, que se originam a partir das práticas de poder que dividem e classificam o que ele nomeou de genealogia; e por fim, a subjetivação de um indivíduo que trabalha e pensa sobre si, que ele trabalhou no seu projeto ético – “Em outras palavras, nos tornamos sujeitos pelos modos de investigação, pelas práticas divisórias e pelos modos de transformação que os outros aplicam e que nós aplicamos sobre nós mesmos” (Veiga-Neto, 2016, p. 111).

Foucault (1995) usou a palavra “sujeito”, destacando que há duas maneiras de significações para ele: “sujeito” no sentido de assujeitado a alguém pelo controle e dependência e “sujeito” preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Seja como for, “em ambas, há uma forma de poder que subjuga e sujeita, que objetifica o indivíduo como sujeito” (Lima, 2015, p. 61).

Lima (2015) acrescenta ainda que Foucault traz um olhar do poder que lhe é peculiar, isto é, se pode pensar em um não determinismo, uma vez que, o sujeito poderá sempre resistir ao poder, produzindo efeitos de resistência e tornando-se produtor de novos sentidos. Essa resistência pode ser caracterizada como uma constante tensão diante do seu lugar político no mundo, no entanto, é essa tensão entre os determinismos da rede de poder e das possibilidades de subjetivação que fazem o homem tornar-se sujeito e sob certas condições tornar-se um ser inteligível.

Veiga-Neto (2016) coloca que o sujeito é produzido como uma das possibilidades provisórias de organização da consciência de si, a partir da experiência das técnicas de governo do sujeito para consigo mesmo e para com o outro (Foucault, 2004a). Tanto as relações de poder/saber/dominação, quanto às relações éticas empreendidas a partir das práticas do governo de si, constituem-se como possibilidades da produção de subjetividades.

“Pronto! Eu hoje sou usuária de “crack” e todas as drogas, né! Conheço todas as drogas como eu sempre quis e minha mãe sempre me escondeu. Então...eu saí da minha casa com quatorze anos através de amizade, comecei usando o cigarro, depois veio a maconha, pra chegar no crack eu consegui namorar com um menino que morava perto da casa do meu pai. Namorava com um menino olheiro da boca de droga, que pra mim, na época era poderoso, importante na comunidade, eu achava ele a maior moral, comecei a usar o crack com ele, pra me aproximar, pra conhecer melhor a pessoa dele, minha família toda era contra meu namoro, diziam que ele era errado, não prestava pra mim, mas eu queria, até que ele foi assassinado pelo comando maior do tráfico, por ter matado um cego da comunidade. Porque como pode né, matar quem nem consegue se defender, dai os caras não perdoaram e mataram ele. Depois que mataram ele aí eu fui pra rua, se prostituir pra usar droga, cheguei a roubar coisas da casa da minha mãe e na rua pra trocar pelo crack, mas depois aprendi a me controlar mais e hoje só uso o crack se eu tiver o dinheiro pra pagar, se não tiver me prostituo, compro meu crack e uso.” (Isis, 27 anos)

Na fala de Isis, fica evidente a curiosidade e o desejo de conhecer as drogas e o tabu de se falar sobre essa temática, pois sua mãe não permitia, o que ressalta características próprias da adolescência como, por exemplo, a curiosidade, a impulsividade e a insegurança, as quais impossibilitam que os jovens consigam avaliar adequadamente os danos futuros decorrentes do uso abusivo, em prol do prazer imediato propiciado pela droga (Pechansky, Szobot, & Scivoletto, 2004; Sanchez, Oliveira, Ribeiro, & Nappo, 2011).

Não obstante, a curiosidade inerente, bem como a conotação e a crença subjetiva do “sentir-se adulto”, encontram reforçadores ambientais e culturais que potencializam e facilitam a relação do jovem com a droga, quais sejam: a fácil acessibilidade, a estimulação midiática através das propagandas, bem como, os atrativos simbólicos e significados sociais coletivos atribuídos ao consumo de substâncias (poder, autoestima, transgressão, liberdade, etc.) (Sanchez, Oliveira, Ribeiro, & Nappo, 2011).

O poder atribuído ao “olheiro da boca de fumo” é comum nas favelas, eles são vistos e admirados por muitos jovens, homens e mulheres que desejam se relacionar com eles e os tomam como exemplo para suas vidas. Zaccone (2014) pontua, portanto, que estes “olheiros”, “esticas”, “sacoleiros” das drogas ocupam a mesma posição dos camelôs e pivetes “aviões” que são considerados bandidos de terceira classe, uma vez que, é sobre eles que recai a repressão punitiva. O autor acrescenta ainda, que isso explica o aumento do número de mulheres e crianças envolvidas com o narcotráfico, pois “para ser sacoleiro de drogas não é preciso portar nenhuma arma e sequer integrar alguma dita organização criminosa” (Zaccone, 2014, p. 22).

Uma vez que não dispõem do capital suficiente para associarem-se ao negócio ilícito, essas pessoas se transformam em comerciantes, revendedores comissionados de drogas e ofertam seu maior bem, ou seja, sua vida como caução, ofertam sua própria liberdade de ir e vir (Saccone, 2014).

Para alguns jovens, a droga passa a representar uma espécie de identidade, funcionando como mediadora na tentativa de pertencimento a um “grupo de iguais”. Entre os jovens a droga possui uma grande influência sobre seus padrões de comportamento (Tavares, Béria, & Lima, 2005; Abramovay & Castro, 2005).

Aos ditos “esticas”, “mulas”, “aviões” e “olheiros” lhe restam apenas uma parcela minúscula dos lucros obtidos na venda de drogas e com a quantia que recebem jamais alcançarão a participação real nas empresas que agem no mercado ilegal das drogas (Zaccone, 2014).

O tráfico comanda as comunidades, isso se evidencia na fala da usuária quando menciona a morte do “olheiro da boca de droga” assassinado pelo comando maior do tráfico, ao assassinar um “Cego da comunidade que não podia se defender”. Emerge aqui esta tarefa de se pensar uma ética como estratégia, jogando com as liberdades possíveis em um determinado campo, para dar outra forma, sentido e valor aos atos, atitudes e comportamentos. Os mesmos que de forma ilegal comandam o tráfico dentro da comunidade punem um dos seus, pela morte de alguém que não tem como se defender, um deficiente visual.

O que é reivindicado e serve de objetivo é a vida, entendida como as necessidades fundamentais, a essência concreta do homem, a realização de suas virtualidades, a plenitude do possível. [...] a vida como objeto político foi de algum modo tomada ao pé da letra e voltada contra o sistema que tentava controlá-la. Foi a vida, muito mais que o direito, que se tornou o objeto das lutas políticas, ainda que estas últimas se formulem através de afirmações de direito (Foucault, 1976, p. 136).

O trabalho de Foucault foi pautado em promover um conhecimento acerca de como as formas de se instituir o sujeito aconteceram e acontecem. O autor fala em processos de subjetivação, uma vez que se trata de possibilidades de formação dentro de contingências históricas. A definição foucaultiana de poder, se faz necessário, para que possa compreender a sua posição de sujeito como processo de subjetivação. Lima (2015) acrescenta que “para se trabalhar com Foucault e se proceder a uma análise de um determinado tipo de sujeito, não é possível partir simples e diretamente dele, como ente natural e desde sempre ali” (Lima, 2015, p. 62).

Segundo Lima (2015, p. 63):

Deveria ser realizada uma analítica do sujeito, ou seja, uma tentativa de descascar as camadas que o atravessam e se sobrepõem nele e à sua volta, constituindo-o, objetivando-o. Mas atenção, não se trata de apontar uma origem ou causa desse sujeito, mas de levantar e problematizar os elementos discursivos que o rodeiam e o atravessam, para assim podermos dizer, problematizando, quem é esse sujeito... ou melhor, problematizar que posição esse sujeito ocupa nos discursos que o atravessam e que revela, quais as condições históricas que possibilitaram a sua emergência, como foi possível falar o que se fala dele e como sua posição dá sentido a certo campo de conhecimento.

Foucault (2010) compreende a experiência como tudo aquilo que modifica o indivíduo, tudo o que, ao atravessar o sujeito transforma-o; o autor afirma que se considera um verdadeiro experimentador ao realizar seus escritos, pois escreve para se transformar e não mais olhar o mesmo objeto como outrora fizera.

De acordo com Castro (2016), a noção de experiência para Foucault surge em diversos momentos e posições ao longo de sua obra, apresentando diferentes sentidos, tais como, inicialmente relacionada à fenomenologia existencial, ou seja, a experiência como o lugar onde se descobririam as significações originárias do sujeito e das coisas relacionadas ao mundo. Em seguida, a experiência foi tomada como algo mais próximo da dessubjetivação, onde aponta para a impossibilidade de apreensão do “vivível”, modo de pensar nietzschiano, que antes de tudo, faz uma crítica ao sujeito cartesiano do conhecimento com suas pretensões universalistas, posição esta de ausência de um sujeito da experiência, pois, para ele, não existiria um sujeito,

e sim um espaço anterior a ser assumido numa posição provisória. Por fim, o conceito de experiência é elaborado de forma propriamente foucaultiana, isto é, tal conceito assume a posição de uma abordagem histórica, na qual experiência e subjetivação estão cada vez mais intrínsecos um ao outro.

Castro (2016) acrescenta que Foucault, nos domínios da loucura, da delinquência e da sexualidade – privilegiou por vez um aspecto particular, o da constituição de uma objetividade, o da formação de uma política e do governo de si, o da elaboração de uma ética e de uma prática de si mesmo. Sempre preocupou-se em mostrar o lugar que ocupava, os componentes necessários à constituição de um campo de experiência, isto é, o “lugar onde encontram-se implicados os três elementos necessários a toda experiência: um jogo de verdade, relações de poder, formas de relação consigo mesmo e com os outros” (Foucault, 1984, citado em Castro, 2016, p. 162).

Faz-se necessário levar em consideração a análise retrospectiva que o próprio Foucault lança sobre sua obra nos últimos anos e compreender estes deslocamentos temáticos e metodológicos como dimensões de um mesmo e único projeto. Segundo Dreyfus e Rabinow (1995, p. 231-232), o autor declara:

Meu objetivo foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornam-se sujeitos. Meu trabalho lidou com três modos de objetivação que transformam os seres humanos em sujeitos. O primeiro é o modo de investigação, que intenta atingir o estatuto de ciência, como por exemplo, a objetivação do sujeito do discurso, na *gramaire générale*, na filologia e na linguística. Ou, ainda, a objetivação do sujeito produtivo do sujeito que trabalha, na análise da riqueza e da economia. Ou, um terceiro exemplo, na objetivação do simples fato de estar vivo na história natural e na biologia.

A experiência em termos propriamente foucaultianos perpassa por formas históricas de subjetivação escapando a qualquer tentativa que se proponha a formular uma teoria geral sobre o ser humano.

Para Foucault, a experiência era considerada algo historicamente datada, não sendo, portanto, de uma ordem natural intrínseca ao homem. Em sua *História da Sexualidade*, foi possível constituir subjetivações em torno dela, dessa forma emergindo o sujeito-sexual (Foucault, 1984/2014).

A experiência não seria um processo que fundaria o sujeito, ou seja, algo existente antes dele, mas algo pertencente às possibilidades que são dadas do processo de objetivação.

Entende-se por “experiência a correlação, em uma cultura, entre campos de saber, tipos de normatividade e formas de subjetividade” (Foucault, 1984, p. 10).

A experiência histórica não é outra coisa senão uma trama de discursos e práticas por meio dos quais se dá forma aquilo que somos. É essa trama a que constitui nossa experiência possível em cada lugar e em cada momento. Uma experiência concreta, histórica e culturalmente situada. É precisamente essa experiência histórica que dá origem ao sujeito, não um sujeito universal, mas uma singularidade, uma subjetividade. “É a experiência histórica a que explica a emergência de um tipo particular de subjetividade” (Lopez, 2011, p. 46).

Os estudos foucaultianos fazem um particular uso da história, ou seja, não se trata de descobrir a verdade a partir do sujeito, mas de estudar os regimes de verdade e as práticas concretas com base nas quais o sujeito se constitui historicamente.

Entende-se por regimes de verdade:

...o conjunto de procedimentos que permitem a cada instante e a cada um pronunciar enunciados que serão considerados verdadeiros. Não há absolutamente instância suprema. Há regiões onde esses efeitos de verdade são perfeitamente codificados, onde os procedimentos pelos quais se pode chegar a enunciar as verdades é conhecido previamente, regulado. São, em geral, os domínios científicos (Foucault, 1977/2010, p. 233).

No processo de construção da experiência, os sujeitos irão dispor de determinados saberes, as ditas verdades científicas ou os campos epistemológicos, que os atravessarão como regimes de verdade. O processo de sujeição, a experiência, a maneira de ser no mundo estão atreladas a esses regimes de verdade. Lima (2015) esclarece que, nesse contexto, emergem os sentidos da experiência que não são elementos causais deste projeto de sujeição, mas a possibilidade que coloca o sujeito no mundo através de sua ação, mesmo que essa ação seja de resistência ou desconstrução.

“Convivi com a droga dentro de casa, minha mãe quando não estava usando o crack, estava bêbada, porque também usava muito álcool. Desde criança já fui assediada, abusada. Tive meus sonhos, mais nenhum foi realizado por que desde a adolescência que eu tenho depressão. Comecei a entrar no álcool com treze anos. Eu já cheguei à conclusão que o meu problema com o crack é só dessa depressão que eu tenho. E eu sinto muito essa vontade de deixar de usar essa droga, mas cada vez que eu me lembro desses maus tratos que eu sofria eu fico muito mal, eu procuro algo que me alivie daí uso o crack, uso o álcool e piora tudo... eu entro em depressão novamente, e tenho muita vontade de morrer...eu sei que nem toda as

usuárias de crack e outras drogas foram abusadas, mas acho que todas têm depressão. Será que têm mesmo? Eu acho né!!. Bom, só sei que tenho que me cuidar. Até hoje, eu com vinte e nove anos de idade eu lembro do último abraço que minha mãe me deu, eu tinha oito anos de idade, minha mãe olhava pra mim e dizia: Tu é a cara do teu pai e já me olhava com um olhar diferente, de ódio, de desprezo. Depois é que eu fui entender que ela era espancada por ele sempre, por isso ela começou a beber e eu fui fruto de um estupro, meu pai estuprou ela. Só depois vim entender porque ela dizia pra mim que era para eu ter morrido. Sinto raiva, sinto culpa, mas amo minha mãe, não posso odiar minha própria mãe, ela sofreu muito também e até hoje sofre com os homens que arruma.” (Valeria, 29 anos)

Nesse discurso de Valeria evidencia-se a elaboração de um saber sobre si, que serve como uma luz que clareia a possibilidade de se decifrar quem é. Assim, a certeza de uma vida repleta de acontecimentos e sentimentos que precisam da utilização de técnicas para serem cuidados, a compreensão de que uma vida saudável poderia ser alcançada através daquilo que Foucault aponta como uma das técnicas de subjetivação e nomeou de técnicas de si (Foucault, 1988/2014). Seriam na verdade os dispositivos e as técnicas de vigilância e modelações que os sujeitos desenvolvem sobre os próprios atos e comportamentos que dão condições aos indivíduos de efetuar, individualmente ou com o auxílio dos outros, operações sobre seu corpo, seus pensamentos, suas condutas, seu modo de ser, transformando-os com o objetivo de alcançar certo estado de bem-estar, de felicidade, de amadurecimento, pureza ou mesmo de imortalidade (Foucault, 1988/2014).

Foucault chamaria de subjetivação o processo pelo qual se obtém a constituição de um sujeito, mais precisamente de uma subjetividade, que evidentemente não passa de uma das possibilidades dadas de organização de uma consciência de si (Foucault, 1984/2010).

Na fala de Valeria é importante perceber que, ao mesmo tempo em que ela passa a ter consciência de si como “uma mulher usuária de crack”, por exemplo, ela também tenciona os discursos circulantes, de “uma mulher deprimida” entre outros, mostrando ser dotada da capacidade de fazer diferente, de resistir, de se cuidar, de compreender as vivências com sua genitora e as possibilidades de amor e assim amá-la. Observa-se aqui, mais uma vez, com modos de vida ligados a estéticas da existência, formas de fazer, dentro das possibilidades históricas, uma questão ética, algo ligado à ética das relações, “*mas amo minha mãe, não posso odiar minha própria mãe*”.

Temos aqui “pistas” de como as mulheres usuárias de crack vêm se organizando subjetivamente quando atravessadas pelas experiências de fazer uso de crack e, por vezes, de

outras drogas. Não há explicação universal possível, não há uma substância, que quando afeta uma pessoa, passa a defini-la como sujeito, porém não temos dúvidas de que esses momentos atravessam os processos de subjetivação assim como tantos outros.

3.2 Discursos de verdade saber/poder enquanto dispositivo político de regulação de condutas

“Eu fico pensando, tenho que me cuidar, esse “me cuidar” significa mesmo que tenho que fazer tratamento com psiquiatras, psicólogos? Tenho mesmo que tomar remédios? Tenho mesmo que ficar grogue (sob efeito de remédios) para me manter viva? Será que a minha vida toda vai ser assim? Isso é certo ou é errado? Vou viver a minha vida toda, passando por médicos que vão sempre me dizer o que fazer e para onde ir? Vou viver sempre correndo de um CAPS AD para um CAPS de transtorno, depois para o ATITUDE e em seguida para o Intensivo Mulher? É isso mesmo? Então eu não sou livre, esses profissionais vão sempre mandar em mim e me dizer o que fazer. Eu tenho que ter força de vontade para sair disso e voltar a ter esperança para fazer o que eu gosto e me deixa feliz. Tenho que ficar bem pra cuidar do meu filho, ele precisa de mim, ele é só uma criança. Senão vão tirar ele de mim como já fizeram com muitas das mulheres aqui, dizendo que, por eu usar droga não tenho condições de cuidar dele, né sempre assim que acontece? Quem manda são os médicos, os psiquiatras, o juiz. Me desculpa, mas ando tão chateada sabe (chora, baixa a cabeça e toma água).” (Betania, 32 anos)

Essa fala de Betania nos faz refletir sobre os discursos de poder que regulam comportamentos e condutas sociais, fazendo-a questionar o que de fato é certo e errado e o que ela realmente tem que ser ou fazer. Ela diz sentir-se angustiada, perdida e afirma *“já passei por muita frustração em minha vida, sempre me disseram o que eu tinha que fazer, fui educada com o pastor da minha igreja dizendo a minha mãe o que ela tinha que fazer, até hoje não me sinto aceita totalmente por eles.”*

Ao analisar essa fala pensa-se ser interessante compreender um tipo de prática de governo que é característica da modernidade. Ela surge a partir do século XVIII investindo sobre a vida da população com o objetivo de majorá-la, para fazê-la viver, para gerir essa população no que ela tem de mais “natural”, regulando seus processos, que dizem respeito, pois a uma economia de poder denominada por Foucault de “Estado de governo” ou ainda sendo definida em termos de uma “Biopolítica” (Foucault, 2010, 2008).

Foucault (2008) aborda a literatura que emerge no século XVI se estendendo até o século XVII com tratados de filosofia e ciência política que trazem um conjunto de parâmetros para definir o que seria um bom governo e o que seria a arte de governar. Essa literatura surge não como finalidade de dispor de conselhos, mas estariam ligadas às finalidades de governar.

A finalidade do governo está nas coisas que ele dirige; ela deve ser buscada na perfeição, na maximização ou na intensificação dos processos que ele dirige, e os instrumentos do governo, em vez de serem leis, vão ser diversas táticas (Foucault, 2008, p. 32)

Benevides e Prestes (2014) salientam que, o desenvolvimento da arte de governar, durante os séculos XVI e XVII, esteve ligado ao estabelecimento do aparelho da monarquia e, simultaneamente, ao crescimento de um conjunto de saberes, como a estatística, por exemplo, que se constituía enquanto uma ciência do Estado. Essa arte de governar desenvolveu-se entre percalços e tensionamentos, pois comparava à gestão do Estado à atenção que o pai tem para com seus filhos. Até início do século XVIII, o poder político era predominantemente orientado por um modelo de soberania e esse não visava a outro objetivo que não fosse valer sua própria lei. Ele era o representante da própria divindade, seus métodos eram violentos, retirando a liberdade e punindo o corpo até a morte dos seus súditos. Tratava-se, portanto de um poder orientado para a morte. “Somente no século XVIII foi possível vivenciar o ápice da arte de governar, reorganizando suas prioridades administrativas em torno de um objetivo bem definido: regular a população” (Pimentel, 2006, p. 174).

A população é configurada como tendo em si processos que lhes são naturais, constitutivos e passíveis de serem governáveis. A população é, então, objeto técnico político de governo (Foucault, 2008). O Estado detinha-se apenas na regulação do território, no entanto, passou a priorizar o cuidado, a segurança e o bem-estar dos indivíduos, emergindo uma nova relação entre poder e vida determinando decisivamente a substituição dos seus objetivos. A partir daqui o que se começou a observar é um poder orientado para a vida, para a vitalidade do corpo.

As formas para lidar com a população frente aos problemas com a produção capitalista foram adaptadas às tecnologias modernas do poder. O “biopoder” entra em cena através de instituições, aparelhos e saberes que vasculham cada um dos ínfimos detalhes da vida da população. O corpo é problematizado enquanto existência orgânica, suposta à ciência e é objeto do saber médico (Pimentel, 2006).

As normatizações médicas tornam-se estratégias fundamentais de governo, ao incorporar regulação e cuidado e o desenvolvimento desta nova configuração das tecnologias de poder, que Foucault denominou de biopoder ou biopolítica, emergiu de um movimento do investimento sobre o corpo. Um corpo submetido a uma gestão econômica dele, bem como, uma disciplinarização do corpo-máquina, com o fim de conhecê-lo e sujeitá-lo a uma ortopedia física e moral, fazendo-o funcionar de maneira mais eficaz (Foucault, 1997).

Encontraríamos facilmente sinais dessa grande atenção dedicada então ao corpo – ao que se manipula, modela-se, treina-se, que obedece, responde, torna-se hábil ou cujas forças se multiplicam (...) o homem máquina escrito simultaneamente em dois registros: no anátomo-metafísico, escrito por Descartes e que os médicos e filósofos continuaram; e o outro, técnico político, construído por um conjunto de regulamentos militares, escolares, hospitalares e por processos empíricos e refletidos para controlar ou corrigir as operações do corpo. Dois registros bem distintos, pois se tratava ora de submissão e utilização, ora de funcionamento e explicação: corpo útil, corpo inteligível. “O homem-máquina” de La Mettrie é ao mesmo tempo uma redução materialista da alma e uma teoria geral do adestramento, nos centros dos quais reina a noção de “docilidade” que une ao corpo analisável o corpo manipulável. É doce um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado (Foucault, 1979, p. 134).

Frente a esse processo uma série de saberes, como a estatística, a geografia, a demografia, a economia, a justiça e etc. constituem-se como “saberes do governo”, fornecem dados que permitem quantificar e encontrar regularidades nesses processos relacionados ao corpo-espécie, à vida (Foucault, 2010a, 2008). Esses processos dizem respeito às taxas de natalidade, de mortalidade, número de habitantes, expectativas de vida, nível de saúde, enfim, todo um poder que investe sobre a vida de maneira a conhecê-la, positivá-la, otimizá-la.

A população torna-se ao mesmo tempo, objeto e sujeito de uma nova tecnologia de poder, que passa a majorar a vida para incidir com o intuito de aumentar as forças produtivas, instrumento essencial ao fortalecimento do próprio capitalismo. Trata-se, portanto, de uma modalidade de exercício do poder, que torna inerente a produção de conhecimento e controle da subjetividade.

Os métodos utilizados para essa regulação auxiliam na compreensão da norma na produção das subjetividades ao longo da história. Inicialmente, o Estado francês criou leis que regulamentavam a prostituição, fazendo uso de campanhas pedagógicas. As regulações de condutas e controle da saúde e da saúde coletiva incidiram sobre a vontade e o potencial de deliberação do indivíduo, usando o termo degenerescência para classificar o consumo excessivo

de álcool e o desregramento sexual que implicavam em recuo civilizatório. As campanhas moralizadoras foram então legitimadas, tornando explícitos os modelos de uma conduta e uma responsabilidade moral concernente ao indivíduo, entretanto, atingindo esferas do coletivo como a família, a sociedade e o Estado. A sexualidade se transforma em um eixo problematizador da subjetividade, sendo percebida como perigo para a ordem social. Consolida-se então um tipo de indivíduo implicado em controlar e vigiar paixões, desejos e sentimentos, ou seja, a constituição de uma subjetividade psicológica, interiorizada, pautada sobre um tipo de controle do somático (Pimentel, 2006).

A existência da problematização do sexo no século XIX segue a problematização da carne para o cristianismo, isto é, da mesma forma que o pastor provoca o exame de consciência para purificar a alma, o médico solicita atenção especial da família nos cuidados com a sexualidade infantil, com o corpo das histéricas e com as perversões.

Segundo Pimentel (2006) apesar do sexo estreitar as relações entre o psíquico e o somático, o indivíduo e a sociedade, o corpo é constantemente inspecionado como paixão, desejo e sexualidade desregrada. Apesar de a vida estar inserida nos objetivos da tecnologia moderna, é vista como algo que se esquia, que se aproxima do secreto e do invisível. Isso implica na orientação de duas práticas opostas, pois enquanto o pensamento de que o excesso venéreo degrada as faculdades superiores do indivíduo, encontra-se com o saber e as práticas médicas voltadas para a saúde, higiene, a limpeza.

Por outro lado, nos séculos XIX e XX a vida inserida dentro de algumas práticas e saberes, não poderiam ser excessivamente controladas, pois impulsos e paixões são vistas como parte essencial da vida psíquica. O controle e a excessiva repressão conduziriam o indivíduo ao adoecimento, “uma retirada profunda da individualidade do homem” (Foucault, 1997, p. 510).

As práticas governamentais são entendidas em suas estratégias de governo à medida que o Estado assume uma relação de interioridade e exterioridade, “são as táticas de governo que, a cada instante, permitem definir o que deve ser do âmbito do Estado e o que não deve” (Foucault, 2008, p. 145).

A população, depois de instituída como sujeito e objeto técnico-político de governo, tem como finalidade uma prática governamental que visa a majorar e positivá-la, o que repercute em processos de crescente governamentalização do Estado, é isso que ocorre com a Política que rege o processo de “cuidado” com as mulheres que usam crack.

3.2.1 Discursos de verdade saber/poder enquanto dispositivo político de regulação de condutas: a biopolítica e o biopoder

A política se estrutura com o objetivo de “redução dos danos sociais e à saúde”, a proteção dos riscos e dos perigos que circundam o uso de drogas (Benevides & Prestes, 2014).

As orientações da PNAD estão voltadas para ações preventivas, com a promoção de valores voltados à saúde, a conscientização e educação para uma vida saudável, isto é, um conjunto de normatizações e valores que seriam relacionados à produção da vida, visando sua majoração.

Dentre as diversas ações de prevenção, é proposta o desenvolvimento de campanhas e programas educacionais incluindo temáticas de prevenção ao uso indevido das drogas nas escolas, na família, nas empresas e diversas instituições. Nessas ações é solicitado o comprometimento de todos no alcance a esses objetivos. A PNAD sintetiza uma articulação de ações estratégicas, sob a insígnia da “responsabilidade compartilhada”, onde todos estão implicados na “construção de redes sociais que visem à melhoria das condições de vida e promoção geral da saúde” (Brasil, 2008, p. 16).

Segundo Benevides e Prestes (2014) a relação que se estabelece nesse tipo de governamentalidade moderna, é uma relação não necessariamente de obediência, mas implica em um movimento de engajamento do subjetivo. A responsabilidade compartilhada não significa práticas profundamente libertadoras, uma vez que, a população se faz presente, tem voz ativa e exerce a cidadania. É importante salientar as finalidades disciplinares e biopolíticas, agenciadas pelos saberes e prática médico-psi, presentes em iniciativas e campanhas em prol da responsabilidade social diante da problemática e desafios a serem enfrentados com o uso de drogas. Autonomia e autogestão constituem efeitos de uma sujeição disciplinar e biopolítica. As ações de prevenção, além das de recuperação, tratamento, reinserção social, redução de danos e a saúde, são direcionadas e embasadas por pesquisas científicas validadas que demonstraram efetividades.

O Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas (OBID) é o órgão responsável por acumular, sistematizar e divulgar estudos e pesquisas, além dos levantamentos em todo território nacional. A PNAD sugere ainda que, as estratégias a serem utilizadas, sejam planejadas e dirigidas à determinada população, priorizando as comunidades ditas mais vulneráveis, identificadas também através de pesquisas de diagnóstico da população (Brasil, 2008).

Sobre isso uma das nossas participantes afirma o seguinte:

“Na minha comunidade temos palestras nas escolas e postos de saúde e ações realizadas por professores, psicólogos, assistentes sociais, nutricionistas, médicos, educadores fisicos entre outros profissionais sobre drogas e o uso indevido delas. Algumas pessoas participam outras não; algumas pessoas conseguem seguir as orientações outras não. Eu mesma não consigo; às vezes uso drogas pesadas; mesmo sabendo que não é a orientação dos profissionais. Eu, nesse exato momento, desejo passar por psiquiatra psicólogo psicanalista pra ver se eu consigo reduzir um pouco o uso; conseguir tirar um pouco essa depressão até parar de vez e ficar bem; ser exemplo para minha família e também para os meus vizinhos da comunidade.” (Valeria, 29 anos)

Segundo Foucault (1997, 2008, 2011), Benevides e Prestes (2014) essa responsabilidade compartilhada é efeito das práticas de governo pelo próprio exercício de si por si mesmo, num processo de internalização disciplinar, de autovigilância, onde o desejo e a vontade do sujeito torna-se aquilo que é esperado dele e do que ele deva fazer, isto é, participar ativamente do que é imposto a ele.

A sujeição, como efeito de maior êxito do dispositivo panóptico, consiste na fabricação deste si mesmo, na invenção desta função autovigilante, na produção deste duplo pela reflexão que instaura a obediência voluntária à lei mediante a disciplina. A sujeição fabrica uma vontade, um engajamento, uma ação sempre reiniciada e atualizada por si. Sujeição não é o oposto de autonomia, pois a sujeição é a trama secreta da autonomia (Benevides & Prestes, 2014, p. 282).

É o pressuposto do uso de drogas enquanto algo natural, na história da humanidade, que embasa de uma forma geral a defesa da estratégia de redução de danos. Ao proceder-se com a naturalização do uso de drogas implícitas na história da humanidade e das diversas culturas, torna-se impossível extinguir o uso de drogas, de modo a se criar estratégias e táticas governamentais de não proibir o uso, mas controlá-lo. A finalidade consiste, pois, em minimizar danos à saúde e reduzir custos econômicos.

A redução de danos teve seu início na década de 80 na Europa, mais especificamente em Roterdã na Holanda, onde os profissionais da saúde do município sensibilizavam usuários de drogas quanto ao compartilhamento de seringas para o uso de drogas injetáveis e o risco de adquirir doenças sexualmente transmissíveis. As ações tinham como motivação conter o surto das doenças sexualmente transmissíveis, distribuindo seringas e materiais para assepsia aos usuários de drogas, pois eles eram vistos como pessoas que apresentavam comportamentos de risco. “O que esse modelo de intervenção procurava realizar não era a extinção do uso das

drogas, mas minimizar os impactos de um comportamento de risco como o compartilhamento de seringas” (Benevides & Prestes, 2014, p. 285).

Há um movimento de normação ou normalização disciplinar uma vez que o usuário de drogas é associado à sujeira, periculosidade, distúrbios psicológicos, entre outros. Trata-se nesse caso, de uma normação disciplinar, definindo o normal e o anormal a partir do estabelecimento de uma norma (Foucault, 2008). As concepções acerca dos sujeitos que fazem uso de substâncias psicoativas são formadas a partir das diversas fontes e veículos de informações, como é o caso das mídias, dos profissionais de saúde, educação, segurança, formadores de opiniões públicas, entre outros, que constroem saberes hegemônicos sobre o consumo que se convertem em senso comum ao serem naturalizados, e escondem os verdadeiros determinantes da origem desses conceitos (Freitas, 2015).

Mily, 29 anos, afirma:

“Minha psicóloga e meu psiquiatra já me disseram que sou dependente química que tenho que me cuidar, mas, por exemplo, sei que sou errada; uma marginal por usar o crack; quando uso fico um lixo, uma mendiga de rua sem valor; mas quando uso a maconha fico bem; organizada consigo me alimentar e dar conta da minha vida; até a vontade de me matar desaparece; eu fico bem de verdade; mas todos meus médicos dizem que é errado. Eu fico confusa; já pensei que usar a maconha em vez do crack era redução de danos; mas aprendi que a redução de danos vai, além disso; eu tenho que cuidar da minha mente, do meu corpo; dos meus estudos; de estar junto com a minha família e arrumar trabalho pra sustentar meus filhos; não tenho muita vaidade não; mas tenho que andar arrumadinha; limpinha; bem cuidada. Meus médicos já me disseram que eu só fico bem indo ao CAPS todos os dias eu não acho isso, mas vou; daí começo a faltar e ir somente três ou dois dias na semana; até porque estou acolhida aqui no intensivo e participo dos grupos com os educadores assistentes sociais e psicólogos também. Até o Juiz já falou que ou eu paro com tudo ou perco meus filhos para sempre. E eu não quero isso né!”

Miquelle 28 anos revela:

“Eu achava que era vício, mas agora sou do CAPS AD e lá descobri que o uso de drogas é um adoecimento; é uma doença; nos grupos descobri que não tem cura; e eu acredito que não tem cura; mas tem controle; tem assim eu tenho que não querer; dizer pra mim mesma que não vou mais querer usar. Vou evitar o primeiro uso. Eu passei quatro anos sem usar o crack

só usava o cigarro; mas eu estava bem com meus filhos nessa época trabalhando numa loja de tecidos e cuidando da minha casa. Hoje estou acolhida aqui no intensivo porque perdi meu filho porque passei por momentos muito difíceis; eu fiquei em depressão desempregada com o pai do meu filho preso por tráfico e sem comida dentro de casa. Eu estava usando muito crack e agora estou recuperando meu filho e me cuidando. Eu me lembro eu não arrumava emprego porque nenhuma pessoa confiava em mim e me acusavam de traficante.”

Existe uma associação perversa entre violência, uso de drogas e tráfico de drogas, essas associações fundamentam as ações de repressão ao uso e ao tráfico na redução da oferta de drogas e, por sua vez, agenciam ações de tratamento compulsório e/ou voluntário visando à recuperação e ressocialização dos usuários.

O uso de algumas substâncias psicoativas foi associado a sujeitos socialmente marginalizados e atravessados por concepções negativas. As substâncias psicoativas, mais especificamente as drogas consideradas ilícitas, foram então vistas como os principais males da sociedade, onde as relacionavam a uma degradação moral e pessoal das pessoas que as usavam (Freitas, 2015; MacRae, 2014).

Dias (2012) defende que lidar com as questões do consumo de drogas deve partir de uma problematização das morais dominantes, que, como tais, são compartilhadas e socialmente aceitas e não da retirada das substâncias da vida social das pessoas.

A psicologia, a psiquiatria, o direito, a assistência social e a segurança pública são, nesse cenário, convocados a falar da problemática do uso de drogas, bem como, a indicar as soluções, medidas, terapias. Nesse processo, a justiça ausenta-se do duro ofício de punir para o belo ofício de curar, de readaptar, de ressocializar (Foucault, 1997, 2010b).

Reflete-se então:

(...) não seria o caso de pensarmos que estamos passando por outros processos no que diz respeito à articulação entre o poder de curar e o poder de punir? Hoje em dia, ao invés da cura justificar a punição, não seria a punição quem sanciona a cura, o cuidado e o tratamento? Em tempos de governo biopolítico, em especial no cenário brasileiro onde esses processos ocorrem mediante exclusões e violências agenciadas por um racismo de Estado, a cura não se exerceria sob os auspícios de um poder de punir? Os novos justiceiros, quando se trata de questões relacionadas ao uso de drogas, não acionariam justamente o poder de curar como poder de punir? Hoje não diríamos, sob a concordância secreta e inconfessa de nossas fúrias e medos: nós tratamos porque, tratando nós punimos? (Benevides e Prestes, 2014, p. 286).

3.2.2 Discursos de verdades saber/poder, enquanto dispositivo político de regulação de condutas dialogando sobre gênero

“De que direito uma parte do meu corpo delimita meu ser, estabelece minha identidade? Que significa este sexo, este útero, que insiste em caracterizar meu ser?”

Tânia Swain

De acordo com Saffioti (1987) no livro de Simone de Beauvoir, *O segundo sexo*, publicado em 1949, os fundamentos do conceito de gênero, já se encontravam presentes, pois para ela o feminino era compreendido como uma construção social, fato que foi muito bem expresso em sua famosa frase: “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher.” No entanto, em 1975, a partir da publicação do artigo “Tráfico de Mulheres: notas sobre a economia política do sexo,” de autoria de Rubin (1993), o conceito de gênero passou a ser difundido, favorecendo o debate sobre a opressão da mulher efetuado pelo movimento feminista. A autora apresentou o sexo enquanto algo da ordem da natureza e o gênero como algo da ordem da cultura, da construção social sobre as diferenças entre os sexos.

As teorizações de Rubin (1993) sobre o gênero possibilitaram uma desnaturalização dos comportamentos ditos como femininos, incluindo a maternidade e o amor materno, como também a opressão sofrida pelas mulheres, pois, pensava ela que se a violência contra as mulheres não tem sua origem na natureza e sim na cultura, poderia ser desconstruída. Nesse sentido, a antropóloga vai buscar as origens da naturalização do corpo feminino a fim de revertê-la, interessando-se, sobretudo na investigação das relações nas quais uma fêmea da espécie humana se transformaria em uma mulher domesticada.

Foi difundida a ideia de gênero como construções sociais que se impõem às diferenças biológicas (anatômicas), designadas como diferenças sexuais. Acreditava-se que gênero não derivaria diretamente dos fatos biológicos, pois os significados culturais inscritos nos corpos sexuados poderiam variar de uma cultura a outra. Esta visão representa um avanço por retirar a correlação entre diferenças biológicas e sociais, mas apresenta uma dicotomia, tida como universal, considerando o sexo como sendo da ordem da natureza e o gênero da ordem da cultura (Piscitelli, 2004; França, 2013).

França (2013) acrescenta que a dicotomia presente na distinção sexo/gênero passou a ser censurada no início dos anos 1990. Intrínseco a esse processo de debate, várias autoras criticaram a distinção sexo/gênero, procurando saídas que não exigissem delas abandonar princípios ligados à noção de gênero. Outras autoras, no entanto, procuraram categorias alternativas, uma vez que pensam o gênero como par inseparável em uma distinção binária. E

outras autoras contemporâneas apontam a essencialização de categorias presente nas teorias de gênero, sinalizando a necessidade de historicizá-las e, assim, desconstruí-las.

No interim dessa discussão, Butler (1990) vai problematizar a permanência de discursos naturalizantes sobre o sexo, e, embora não negue o dimorfismo sexual do corpo, a autora tenciona a razão de essa diferença ser usada como chave para a divisão dos humanos entre categorias diferentes. Nesse sentido, Butler (1990) denuncia a diferenciação social dos sexos, a construção dessa diferença a partir da categoria de gênero como uma forma de criação de identidades fixas e verdadeiras. A autora acrescenta que para tanto, operam os denominados “discursos de verdades”, reforçando a ideia de identidades predispostas pela natureza e atuam na construção de identidades normais, naturais, verdadeiras e, ao mesmo tempo, tudo que delas escapa tido como errante, anormal, antinatural. A multiplicidade humana fica então reduzida a um binário que cria em torno da norma uma série de práticas rejeitadas (Butler, 1990; Swain, 2007; França, 2013).

Scott (1995, p. 75) ao se abster das concepções essencializantes, apresenta o gênero como uma categoria de análise que permite entender a construção inteiramente social da diferença sexual. O uso da categoria gênero, de acordo com o autor rejeita explicitamente explicações biológicas, “como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade para dar à luz e de que os homens têm uma força muscular superior”.

Gênero é então compreendido como uma maneira de se referir às “construções culturais”, à criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres, ou sobre suas identidades subjetivas. “Gênero é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado” (Scott, 1995, p. 75).

Seguindo o raciocínio de Scott (1995), o gênero sempre se referirá a relações sociais, mas contentar-se com esta afirmativa não basta, não se pode, por exemplo, tomar como referência uma categoria como “feminino” e estudá-la de forma estanque, sem buscar situá-la dentro de um processo de construção social que a engendra e que está em constante transformação. Abordar o objeto de pesquisa à luz do gênero, enquanto categoria analítica, nos leva a reconhecer que categorias como mulher, homem, masculino e feminino foram e são produzidas ao longo da história nas relações sociais e são, portanto, passíveis de desconstrução.

Nesta árdua “tarefa desconstrutora” que, paradoxalmente, tanto tem a construir para a nossa sociedade, “desenvolver o gênero como categoria analítica requer a historicização deste conceito, que envolve a desnaturalização da oposição binária entre masculino e feminino” (Scott, 1995, p. 84).

Por conseguinte, a distinção entre os termos sexo e gênero foi necessária para contrapor-se às interpretações biologistas – que viam nas diferenças biológicas uma explicação e uma justificativa para as desigualdades entre homens e mulheres – lutando, desse modo, para demonstrar que muitos dos atributos tidos como “naturais” nas mulheres ou nos homens são, na verdade, características “socialmente construídas” (Louro, 1996).

No entanto, segundo a autora, se esta distinção se fez necessária, pode também ter ajudado a promover uma forte separação entre estas duas categorias. Ao se enfatizar o caráter social das diferenças entre homens e mulheres, talvez o fato de que a construção dos gêneros implica corpos sexuados, acabou sendo obscurecida. “O caminho seria, então, evitar a polarização natural/social, possivelmente compreendendo que o gênero também tem uma dimensão e uma expressão biológica” (Louro, 1996, p. 11).

Assim, é preciso evitar a armadilha do determinismo social, ao explicar a construção cultural da feminilidade e da masculinidade sem levar em conta os aspectos biológicos. O que se ressalta aqui é a compreensão da naturalização de características socialmente construídas e de que as diferenças entre os sexos, muitas vezes, ancoram e determinam as desigualdades existentes entre homens e mulheres na sociedade.

Cotidianamente, busca-se respaldo na biologia (anatomia) dos corpos para classificá-los em femininos ou masculinos. Em linhas gerais, a medicina nos impulsiona a enxergar a vida dessa forma, principalmente quando identifica durante a gestação, através de um exame de ultrassonografia, se uma criança é menina ou menino. É também lançando um olhar que classifica a anatomia dos corpos que, se constata este “fato biológico sexual” nos recém-nascidos. Ao ser colocado como fato, “o sexo biológico parece uma característica permanente e imutável, destinada pela natureza aos corpos e da qual não se pode escapar” (França, 2013, p. 18).

Butler (2010a) critica e reivindica a historicização da categoria sexo, o que inclui investigar como foi criada, para que fins e a serviço de que e de quem se fez e faz presente em nossas vidas.

Se for pensado o sexo como uma realidade da ordem da natureza, será encontrado, neste ponto, o fim de nossas análises sobre gênero. O raciocínio, baseado na biologia, põe o sexo em um domínio pré-discursivo, impossibilitando a desconstrução desta categoria. Colocar o sexo neste domínio pode ser visto como um artifício do próprio discurso, que na verdade não é, em absoluto, desprovido de aspectos culturais e políticos. Analisando-o, sob a ótica da genealogia, fica claro o quão ele é útil à manutenção das normas de gênero, por colocar a biologia como destino, restando às pessoas encaixarem seus corpos, ou melhor, sua existência, em um modelo

de masculinidade e feminilidade, que deve estar de acordo com o “fato” de terem nascido macho ou fêmea, respectivamente (Butler, 2010a).

Das leituras realizadas é Butler (2010a) a autora que mais avança na desconstrução do gênero, uma vez que, problematiza a suposta naturalidade da categoria sexo. A autora deixa de se preocupar em saber como o gênero é constituído a partir de uma interpretação do sexo e passa a se questionar sobre quais normas reguladoras materializam o sexo. Butler (2010a) pontua que a diferença entre homens e mulheres, na nossa sociedade, é pensada com base em um sistema binário dos gêneros, o qual estabelece uma relação onde o gênero é tido como reflexo do sexo. De acordo com esta lógica, corpos biologicamente masculinos (sexo masculino) seriam reconhecidos como homens (gênero masculino) e corpos biologicamente femininos (sexo feminino), como mulheres (gênero feminino). Entretanto, a autora procura desnaturalizar às concepções do que é “ser” homem e “ser” mulher na nossa sociedade, mostrando que elas decorrem de construções sócio históricas e não de uma natureza biológica. O conceito de gênero surge justamente contestando a ideia de que é a biologia o fator determinante da diferença entre homens e mulheres.

Neste sentido, a autora concebe gênero não simplesmente como a inscrição cultural de significado num sexo que é suposto como previamente existente; entende gênero também como o aparato responsável por produzir as diferenças entre homens e mulheres, o qual forja o sexo como algo preexistente. Desta forma, o gênero não está para a cultura, como o sexo para a natureza; “o gênero também é o meio discursivo/cultural pelo qual ‘a natureza sexuada’ ou ‘um sexo natural’ é produzido e estabelecido como ‘pré-discursivo’, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura” (Butler, 2010a, p. 25).

Segundo Butler (2010a) ao colocar-se a dualidade do sexo em um domínio pré-discursivo estará também garantindo a estabilidade da estrutura binária em que ele é pensado. Ela então convida-nos a refletir e problematizar sobre as relações de poder que além de produzir a noção de sexo pré-discursivo, ocultam o mecanismo de produção discursiva envolvido neste processo. A autora ainda acredita e defende que essa produção do sexo enquanto pré-discursivo deve ser compreendida como efeito do aparato de construção cultural que designar por gênero. Defende que o “ser” de um gênero como um efeito, pode ser na verdade, abordado como objeto de uma investigação genealógica que mapeia os parâmetros políticos de sua construção. Aspectos como idade, classe, raça em interseção com o gênero também produzem efeitos na constituição deste sujeito (Butler, 2010a).

O gênero, não obstante, pode ser pensado a partir da lógica de um sistema binário. A construção do gênero é totalmente independente do sexo, de modo que se pode pensar que

homem e masculino podem significar tanto um corpo feminino como um masculino e mulher e feminino, tanto um corpo masculino como um feminino (Butler, 2010a).

Butler (2016) concebe as categorias de sexo e gênero efeitos de uma formação específica de poder, e supõe uma determinada forma de investigação crítica, denominada por Foucault de “genealogia”.

A genealogia recusa-se a buscar as origens do gênero, a verdade íntima do desejo feminino, uma identidade sexual genuína ou autêntica que a repressão impede de ver; em vez disso, ela investiga as apostas políticas, designando como origem e causa categorias de identidade que, na verdade, são efeitos de instituições, práticas e discursos cujos pontos de origem são múltiplos e difusos. A tarefa dessa investigação é centrar-se e descentrar-se nessas instituições definidoras... (Butler, 2016, p. 9).

A autora considera que as relações de poder, têm efeitos constitutivos sobre a subjetividade e que as regulações de gênero consistem em uma modalidade específica dessas relações. Para Butler (2016) não há uma regulação anterior ou autônoma em relação ao gênero de forma que o sujeito só passa a existir na medida de sua própria sujeição às regulações. Essa concepção deriva da noção de poder de Foucault (2006b), conforme a qual o poder atua na construção da subjetividade.

[...] Aquilo que faz com que um corpo, gestos, discursos e desejos sejam identificados e constituídos enquanto indivíduos é um dos primeiros efeitos de poder. [...] O indivíduo é um efeito do poder e simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo que ele constituiu (Foucault, 2006b, p.183).

Historicamente, os sujeitos conscientizam-se dos seus corpos, na medida em que, eles são investidos de normas disciplinares. Ao passo que, o poder é exercido sobre o corpo, surgem inevitavelmente reivindicações, resistências desse corpo contra o poder. Buscam-se formas de respostas, de transformação ou de subversão para lidar com as imposições e os investimentos disciplinares exercidos sobre os corpos (Foucault, 1993).

É pela repetição, constância e força que têm, que certas representações de masculino e de feminino contribuem para a construção de uma “verdade” sobre os gêneros. Os muitos recursos (programas de rádio e televisão, livros didáticos, revistas, anúncios publicitários, etc.), instâncias e práticas sociais, colocam em circulação determinadas representações de feminino e de masculino. Tais práticas, certamente, estabelecem divisões e discriminações entre os sujeitos ou grupos sociais e constituem identidades, delimitando, de forma distinta, os espaços

e papéis ocupados/representados por homens e por mulheres na sociedade, e buscam, muitas vezes, impor padrões ideais relacionados à sexualidade, à beleza, às diferentes idades e gerações, ao corpo, etc., ignorando outras e diversas formas de comportamentos e de exercício desses aspectos (Louro, 1998).

Para Butler (2000), os discursos que atravessam a subjetividade normatizam desde sua gestação, se o sujeito é designado como menino ou menina. Os modos pelos quais a identidade e a identidade de gênero são construídas se dá no e pelo discurso. O gênero está atrelado à existência do sujeito de tal forma que se ele destoa dos padrões feminino ou masculino, perde o seu estatuto de sujeito, o seu direito de ser. É como se não houvesse a possibilidade de ser “fora das normas.” E para a autora, não “somos” homem ou mulher; nós nos “materializamos” enquanto tal.

As normas de gênero nos constroem a fazê-lo, Butler (2000) descreve o sujeito como sujeito-em-processo que é construído no discurso pelos atos que executa. Estando a todo o momento com a nossa forma de existir no mundo, na aparência, nos gestos, na fala, no comportamento entre outros, reiterando as normas, ou seja, tentando nos aproximar dos ideais de feminilidade e masculinidade. E os sujeitos fazem isso de forma incessantemente repetitiva, o que cria a ilusão de que “somos,” de que se tem uma substância ou essência masculina ou feminina. Para a autora, os indivíduos são produzidos como sujeitos na e pela sequência de atos, na e pela repetição destas normas. Esta repetição é nomeada performatividade, daí o porquê dizer que os sujeitos são produzidos performativamente.

De acordo com Butler, (2000, p. 111), as normas de gênero são materializadas nos corpos ao longo do tempo:

Nesse sentido, o que constitui a fixidez do corpo, seus contornos, seus movimentos, será plenamente material, mas a materialidade será repensada como o efeito do poder, como o efeito mais produtivo do poder. Não se pode, de forma alguma, conceber o gênero como um constructo cultural que é simplesmente imposto, sobre a superfície da matéria – quer se entenda essa como o "corpo", quer como um suposto sexo. Ao invés disso, uma vez que o próprio "sexo" seja compreendido em sua normatividade, a materialidade do corpo não pode ser pensada separadamente da materialização daquela norma regulatória. O "sexo" é, pois, não simplesmente aquilo que alguém tem ou uma descrição estática daquilo que alguém é: ele é uma das normas pelas quais o "alguém" simplesmente se torna viável, é aquilo que qualifica um corpo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade cultural. Todos os corpos são generificados desde o começo de sua vida social, e, portanto, não há existência que não seja social, significando que não há corpo natural que preexista à sua inscrição cultural. Isso parece apontar para a conclusão de que gênero não é algo que somos, é algo que fazemos, um ato

ou mais precisamente uma sequência de atos, um verbo em vez de um substantivo, um fazer em vez de um ser (Butler, 2016, p. 25).

O “corpo” será, invariavelmente, designado como o corpo dele ou o corpo dela em acordo com sua aparência de gênero. Sua identidade de gênero é constituída a partir de uma repetição estilizada de atos que são renovados, revisados e consolidados ao longo do tempo. Ao ser instituído pela contínua estilização do corpo, o gênero deve ser entendido pela maneira em que os gestos corporais, os movimentos e as normas de todos os tipos constituem a ilusão de um eu generificado permanente. A aparência da substância é uma identidade construída, um resultado performativo no qual as pessoas acreditam e, portanto, procuram atuar em conformidade com ele. Assim, a repetição estilizada de atos no tempo funciona como o “cimento” da identidade de gênero (Butler, 1990).

Nos mais diversos modos possíveis de repetição, na ruptura ou na repetição subversiva, encontram-se possibilidades de transformar o gênero. O gênero não é apenas um processo, mas um tipo particular de processo, “um conjunto de atos repetidos no interior de um quadro regulatório altamente rígido” (Butler, 2016, p. 33).

No capítulo será feito o uso do nosso referencial teórico dialogando sobre gênero e uso de drogas, dado que, ao falar sobre as concepções de feminino possibilita uma compreensão mais ampla e crítica na compreensão da experiência de vida de mulheres usuárias de crack e será seguida a análise das narrativas problematizando aspectos culturais e corpos abjetos, por fim será debatido a ideia de agenciamento e resistência.

4 Análise das narrativas

4.1 Dialogando sobre gênero e uso de drogas

Pode-se dizer que não há como problematizar, compreender e intervir no campo dos usos de drogas sem levar em consideração elementos estruturadores de relações de poder como contexto histórico, gênero, geração, raça/etnia, classe, cultura de origem etc.

É, então, no âmbito da cultura e da história que se definem as identidades sociais (todas elas e não apenas as identidades sexuais e de gênero, mas também as identidades de raça, de nacionalidade, de classe etc.). Essas múltiplas e distintas identidades constituem os sujeitos, na medida em que esses são interpelados a partir de diferentes situações, instituições ou agrupamentos sociais. Reconhecer-se numa identidade supõe, pois, responder afirmativamente a uma interpelação e estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo social de referência (Louro, 2000, p. 06).

Para Louro (2006), não há nada de simples muito menos estável nisso tudo, pois essas múltiplas identidades podem cobrar, simultaneamente, lealdades distintas, divergentes ou até contraditórias. Para a autora somos sujeitos de muitas identidades e essas múltiplas identidades sociais podem ser, também, provisoriamente atraentes e, depois, nos parecerem descartáveis. Ela acredita que somos sujeitos de identidades transitórias e contingentes, portanto, enfatiza que as identidades sexuais e de gênero (como todas as identidades sociais) têm o caráter fragmentado, instável, histórico e plural, como afirmam os teóricos e teóricas culturais (Louro, 2000).

A articulação entre gênero e usos de drogas não é *a priori* uma tarefa simples de desenvolver, embora esteja evidente a existência de diversos aspectos de gênero envolvidos nas relações entre as pessoas e as drogas, que vão desde o tipo de droga escolhida até os propósitos do uso e expectativas implicadas no processo de consumo. É comum encontrar estudos de caráter descritivo com comparações, com descrições sobre os padrões de uso de drogas de homens e mulheres, a variação da intensidade dos efeitos e como elas agem no organismo de cada um deles. É comum se ouvir falar também que “os homens usam mais drogas ilícitas e as mulheres, mais drogas vendidas em farmácias” (Moraes, 2010, p. 15).

De acordo com Butler (2006), o sexo também é construído socialmente a partir da interação, da organização e da divisão institucional da vida social em papéis distintos, em sistemas de significação culturais dominantes e na trajetória histórica das mulheres. A autora acrescenta que gênero pode ser entendido como uma forma cultural de configuração do corpo,

onde a anatomia e o sexo não existem sem um marco cultural; diante disso, os termos que designarão o gênero nunca se estabelecem de forma definitiva, estão sempre em processo de refazerem-se (Butler, 2006).

Gênero é estruturante das relações de poder, assim como classe, raça/etnia, orientação sexual, idade..., ou seja, é necessário também conceber a “realidade social” em termos de gênero. O poder é aqui compreendido como algo que gira, circula, funciona em cadeia e é exercido em rede, em diversas direções, de forma que, ao invés de se referir ao poder, pode-se falar mais precisamente em micro poderes (Foucault, 1993).

Gênero é essa categoria analítica que nos auxiliará na compreensão dos aspectos macros e micros, intrínsecos a socialização de homens e mulheres, os discursos de verdade que incitam ou condenam determinadas práticas relacionadas às drogas e seus contextos, os quais colocam homens e mulheres expostos a situações de vulnerabilidade. Gênero encontra-se na base das relações hierárquicas de poder, entre diferentes pessoas envolvidas nos cotidianos de usos e de saberes profissionais, que subsidiam políticas públicas e ações das diversas áreas acionadas para dar conta da complexidade das drogas (Moraes, 2010).

Nenhuma masculinidade ou feminilidade pode ser concebida fora de um sistema de relações de gênero e, portanto, fora das construções dos regimes de verdade que são efeitos das relações de poder (e ao mesmo tempo reproduzem). As masculinidades e feminilidades são produzidas no arcabouço das práticas nas quais homens e mulheres comprometem-se com posições de gênero e vivenciam seus efeitos na experiência corporal, na personalidade e na cultura (Moraes et al., 2016, p. 176).

A análise sociodemográfica das participantes deste estudo permite informar que todas as entrevistadas se autoneciam mulheres negras. Esse fator nos chama a atenção para considerar os marcadores sociais que dialogam e se relacionam com o gênero, como por exemplo, raça e classe ao utilizar a *interseccionalidade* para demarcar a interdependência das relações de poder com outras dimensões, como sugere Hirata (2008). A diversificada literatura existente em língua inglesa aponta o uso desse termo, pela primeira vez, para designar a interdependência das relações de poder de raça, sexo e classe, num texto da jurista afro-americana Crenshaw (1989).

Sua origem se inscreve do final dos anos de 1970, diante do movimento conhecido como Black Feminism (Dorlin, 2008), cuja crítica era contra o feminismo branco, de classe média e heteronormativo.

De acordo com Bilge (2009, p. 70):

A interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postulam sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais.

Kimberlé Williams Crenshaw é uma feminista e professora especializada nas questões de raça e de gênero. Ela usou este o termo interseccionalidade pela primeira vez numa pesquisa em 1991 sobre as violências vividas pelas mulheres de cores nas classes desfavorecidas nos Estados Unidos. Este conceito foi usado por outros estudos, mas com os termos de “interconectividade” ou de “identidades multiplicativas” (Ribeiro, 2017).

Diante da categoria da interseccionalidade, Crenshaw (1994) apontava, sobretudo, para as intersecções da raça e do gênero, abordando parcialmente as questões de classe ou sexualidade, que “podem contribuir para estruturar as experiências das mulheres consideradas de cor. A interseccionalidade é uma proposta que leva em conta as inúmeras fontes da identidade.

Crenshaw (1994) propõe a subdivisão em duas categorias: a “interseccionalidade estrutural” que diz respeito à posição das mulheres de cor na intersecção da raça e do gênero e as consequências sobre a experiência da violência conjugal e do estupro, e as formas de resposta a tais violências e a “interseccionalidade política” associadas as políticas feministas e as políticas antirracistas que têm como consequência a marginalização da questão da violência em relação às mulheres de cor (Hirata, 2008).

Ribeiro (2017) acrescenta que Crenshaw define a interseccionalidade como “formas de capturar as consequências da interação entre duas ou mais formas de subordinação: sexismo, racismo, patriarcalismo.” Então, a interseccionalidade tenta estudar não só o fato de ser mulher, estuda ao mesmo tempo o fato de ser negra, ser LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgênero), etc. Na verdade, Crenshaw (1994) afirma que frequentemente o fato de ser mulher racializada é relacionado à classe e ao gênero.

O desenvolvimento das pesquisas feministas na França, o contato com as ideias vindas do outro lado do Atlântico, as interpelações das feministas negras em movimentos sociais, em países onde a opressão racial foi objeto de análise bem antes da França, como é o caso do Brasil,

certamente contribuíram para uma sensibilização crescente quanto às relações de poder ligadas à dimensão racial e às práticas racistas (Hirata, 2008).

O interesse teórico e epistemológico de articular sexo e raça, por exemplo, fica evidente nos achados de pesquisas que não focam apenas nas diferenças entre homens e mulheres, mas nas diferenças entre homens brancos e negros e mulheres brancas e negras, como fica claro nos trabalhos realizados no Brasil, mobilizando raça e gênero para explicar inúmeras desigualdades (Hirata, 2008; Guimarães, 2002; Guimarães e Britto, 2008).

O ponto de partida para análise dos discursos aqui apresentados é a fala bem significativa de Betania que diz o seguinte:

“Semana passada eu estava em um local usando droga, usando crack, e passou uma mulher por perto de mim e falou: negra, pobre, toda suja e noiada! ... aí eu parei, botei o cachimbo assim do meu lado e fiquei prestando atenção no que a mulher tava falando. O auto grau de preconceito que a mulher me expôs, aí eu fiquei olhando assim, eu como tinha acabado de dar um tiro, eu quando acabo de dar um tiro eu travo, não sai nada. Eu fiquei só olhando pra mulher, aí eu achei que isso além de ser um preconceito, me vulnerabiliza. Então, desde aquele dia, isso faz quinze dias, desde desse dia que eu não quero mais fazer, fumar nem em local fechado, principalmente na rua por esse motivo. Eu vim embora, era minha pernoite (saída), mas tomei um banho, me deitei e fiquei pensando, ficou martelando aquilo na minha mente, não consegui sair mais do quarto”. (Betania, 32 anos)

Pode-se dizer que esta fala condensa em si um estado de coisas no qual dar corpo às categorias mulher e negra implica maiores riscos, daí a necessidade de ter uma atenção às diversas situações, ou seja, mesmo em condições sobre as quais se poderia pensar que há um nivelamento produzido, por exemplo, pela pobreza – como é o caso da população assistida pela instituição – segundo o qual as categorias seriam supérfluas e os riscos tornar-se-iam os mesmos para quem nelas se encontra, há uma linha racializada – e generificada – cuja existência permite que se distribuam danos, prejuízos e privilégios diferentemente.

Outra fala que reflete a importância de se estar atento às questões relativas à complexidade do gênero é quando Jacke menciona o seguinte:

“Ele era branco, todo limpinho, não sei nem como ele me queria, eu preta assim, ele é um desembargador bonito, inteligente que só comprava crack comigo, um coroa, porque eu só gostava de fazer programa com homens mais velhos, nós tinha confiança um no outro, mas

nesse dia ele parece que misturou muita droga, me bateu, me prendeu, me estuprou. Com ele eu sempre transava sem camisinha e depois descobri que foi com ele que peguei o vírus do HIV.”

Essa fala retrata claramente a inclusão do recorte étnico-racial dos privilégios decorrentes do conjunto ou de certos elementos, que constituem o corpo branco, a brancura, e o ethos a ele associado, a branquitude; das condições de suscetibilidade e vulneração que atingem diferentes grupos não brancos e, em particular, aqueles que se aproximam e/ou habitam/afirmam a negritude. Logo, se traz à luz a capilaridade do racismo em funcionamento, que perdura causando danos à população negra em diferentes contextos (Paterniani, 2016; Garcia, 2009).

A variabilidade humana é um fato empírico incontestável que, como tal merece uma explicação científica, no entanto, os patrimônios genéticos são diferentes, mas essas diferenças não são suficientes para classificá-las em raças. O problema vai além da classificação.

Segundo Munanga (2004), no terceiro Seminário de Relações Raciais e Educação em 2003 no Rio de Janeiro, pontua que, infelizmente, desde o início, dos séculos XVIII-XIX os naturalistas se deram o direito de hierarquizar, isto é, de estabelecer uma escala de valores entre as chamadas raças. O fizeram erigindo uma relação intrínseca entre o biológico (cor da pele, traços morfológicos) e as qualidades psicológicas, morais, intelectuais e culturais.

Assim, os indivíduos da raça “branca”, foram decretados coletivamente superiores aos da raça “negra” e “amarela”, em função de suas características físicas hereditárias, tais como a cor clara da pele, o formato do crânio (dolicocefalia), a forma dos lábios, do nariz, do queixo, etc. que segundo pensavam, os tornam mais bonitos, mais inteligentes, mais honestos, mais inventivos, etc. e conseqüentemente mais aptos para dirigir e dominar as outras raças, principalmente a negra mais escura de todas e conseqüentemente considerada como a mais estúpida, mais emocional, menos honesta, menos inteligente e, portanto a mais sujeita à escravidão e a todas as formas de dominação (Munanga, 2004, p.04).

Com base nas relações entre “raça” e “racismo”, o racismo seria nada mais que uma ideologia essencialista que afirma a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas com características físicas hereditárias comuns e características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas que se situam numa escala de valores desiguais. O racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural (Munanga, 2004).

A fala de Jacke retrata exatamente isso, ele é de uma raça e de um grupo social com traços culturais, linguísticos, que ela considera naturalmente superior ao grupo a qual ela pertence sentindo-se inferior.

Munanga (2004) afirma que as classificações das raças estão imbricadas nas relações de poder, trata-se de um conceito carregado de ideologias que na realidade escondem relações de poder e dominação. O autor acrescenta que a própria Biologia Humana atual questiona a inexistência científica da raça e a inoperacionalidade do próprio conceito, justificando o conceito como uma realidade da política e do social e considerando a raça como uma construção sociológica e categoria de dominação e exclusão social.

A importância da perspectiva de gênero revela também uma importante forma de reivindicar maior visibilidade às condições sociais em que os sexos são construídos e, conseqüentemente, problematizar o olhar na direção do acolhimento e do cuidado, respeitando as especificidades tanto dos homens quanto das mulheres como na fala abaixo:

“Eu sou um homem todinho, gosto da rua, sempre gostei, mas me preocupo com meus filhos, o mais preocupante é o meu de onze anos, eu me vejo nele quando eu era da idade dele por que o que eu fazia ele faz, neguinho pequeno, ele vai para o sinal pedir dinheiro por que eu comecei assim, comecei a usar drogas no sinal também igual um menino, quando minha mãe mandava eu ir agir, isso não sai da minha cabeça nunca, nove anos eu escutei isso da minha mãe: “Vai agir Porra!, “Disgraça”.” (Mily, 30 anos).

A fala de Mily reflete bem, como os lugares de homens e mulheres estão bem delineados socialmente, deixando-a confusa diante do fato de “ser da rua” e da preocupação que tem com o futuro dos filhos. Outra questão relaciona-se ao fato de se auto afirmar como um homem pelo fato de gostar da rua, como se ela enquanto mulher não pudesse pertencer ao universo da rua, ao mesmo tempo identificando-se com o filho. O racismo e o sexismo são elementos constituintes de inúmeras impossibilidades criadas por uma sociedade que aprisiona e torna seu povo refém, geração, após geração.

Diz-se, dessa forma, que na rua, a sujeira é um atributo corporal mais destacável do que a cor de pele (Frangella, 2009; Rui, 2012). Parece se afirmar, ainda, que no Brasil – diferente do caso dos Estados Unidos da América, onde o estar na rua é marcada por divisões étnicas – haveria uma experiência “humana” em uma “condição comum de indigência” (Rui, 2012, p. 266).

A perspectiva de gênero empregada na análise do uso de drogas garante uma ampla compreensão do fenômeno, uma vez que considera os condicionantes sociais que o instauram; porém, ainda assim, pode reduzir a complexidade das relações a termos “genocêntricos,” demarcando a subordinação do feminino ao masculino, sem contemplar a diversidade e a desigualdade “inter” e “intragênero.” Corre então o risco de essencializar os usos de drogas em termos dicotômicos e excludentes: masculino *versus* feminino. Uma estratégia para evitar esse deslize é recorrer à perspectiva interseccional de gênero, que permite contemplar mais adequadamente a complexidade do fenômeno, em suas múltiplas dimensões (Rodrigo & Ordaz, 2012).

Segundo Nogueira (1993), a noção de interseccionalidade permite examinar como as inúmeras categorias sociais e culturalmente construídas interagem em múltiplos níveis para se manifestar em termos de desigualdade social. Busca-se entender como as categorias sexo/gênero, classe, raça, religião se relacionam entre si, repercutindo na instauração das mais variadas formas de discriminação. Essas articulações incidem de forma implacável sobre o significado do que é ser mulher negra e usuária de drogas no Brasil.

“Eu nasci no berço evangélico, até meus dezoito anos sempre fui só estudo, igreja e casa. Até meus dezoito anos não tive contato nenhum com nenhum tipo de droga. Praticava esporte, praticava futsal, e com dezoito...com dezessete anos um olheiro do Santa Cruz ele me convidou pra jogar no time dele, pra jogar no estado de Curitiba, mas pra que eu fosse até lá minha mãe teria que assinar um contrato por que eu era menor de idade, e ele foi conversar com minha mãe, com meus pais, e meus pais não assinaram esse contrato, porque falaram que futsal é negócio de lésbica, de sapatão, com isso aí já foi uma frustração enorme na minha vida por que eu queria seguir mesmo essa carreira de jogadora de futebol, de futsal, de futebol de salão. E aos dezessete anos terminei meu segundo grau, e com dezoito anos eu comecei a beber socialmente com os amigos, saí da Igreja, comecei a beber, e com meus vinte dois, fiquei bebendo até os vinte dois, vinte três comecei a usar pó. Hoje sou mesmo lésbica e o pior de tudo, lésbica e uso crack” (Betania, 32 anos, lésbica).

Outra participante diz o seguinte:

“Quando minha mãe morreu, minha vida “acabou”, que eu tinha quinze anos, com treze anos a gente ainda tinha babá dentro de casa, que graças a Deus minha mãe, assim, por a gente ser pobre e negras... a gente tinha uma vida boa, minha vó era uma mulher forte, criou

minha mãe sozinha, sem pai, eu também fui criada sem pai, minha avó sempre ajudava minha mãe, ela era filha única, aí pronto minha vida era feliz, mas depois que perdi minha mãe eu entrei nisso de crack. Eu perdi muita coisa. Perdi minha vó em seguida, perdi meus filhos, perdi tudo na minha vida, só não perdi a vida por que eu acho que é Deus mesmo” (Bethy, 38 anos, heterossexual).

Val conta:

“Eu... desde criança eu já vivia presenciando as drogas dentro de casa, né? Todos maridos da minha mãe era tudo drogado, ela sempre gostava de homem errado, né? Ladrão, traficante, essas coisas, teve muito homem que bateu nela. Desde criança já fui assediada pelo meu padrasto, sempre dizia para minha mãe, mas ela não acreditava, ele passava a mão no meu corpo, tocava nas minhas partes íntimas e eu não tinha pra quem contar, minha mãe não acreditava e eu tinha muito medo de contar a alguém e ele fazer mais coisa ruim comigo, eu queria era sair de casa. Então, comecei a trabalhar cedo, né? Não conseguia ir pra escola, não tenho cabeça muito boa pra estudo, às vezes também não tinha nem o que comer, alimento dentro de casa, né? Então minha mãe começou a vender droga, a vender roupa “roubada”, a botar todo tipo de drogado dentro de casa, pra sustentar a casa, então isso é muito revoltante pra mim. Que eu não tive adolescência comecei a trabalhar cedo vendendo verdura, fruta, objeto e aí comecei a entrar no álcool, depois a entrar no loló até que entrei no crack. Minha esperança é reconstruir minha vida com minha companheira, ela é minha parceira há mais de cinco anos, minha família não aceita, até porque muita gente tem preconceito, mas é com ela que eu vou sair do crack cuidar mais de mim e dela” (Valeria, 29 anos, bissexual).

Essas três falas refletem os mais complexos discursos frente ao uso de drogas vivenciado por mulheres. Na primeira fala Betania traz visivelmente as questões relativas ao fundamentalismo religioso, o preconceito, e lesbofobia presentes nos sentimentos da mãe e o impacto dessas discriminações na sua própria vida. O preconceito baseado e disseminado a partir da ideologia patriarcal e heteronormativa, ou seja, a hierarquização dos papéis sexuais de mulheres e de homens, a não aceitação de outras expressões sexuais que não seja a heterossexual, impactam por toda vida das mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais.

Ribeiro (2014) afirma que não incluir, por exemplo, mulheres trans*, com a justificativa de que elas não são mulheres, reforça aquilo que o movimento tanto combate e que Beauvoir refutou tão brilhantemente em 1949: a biologização da mulher ou em termos beauvorianos, a

criação de um destino biológico. Se não se nasce mulher, se ser mulher é um construto, ou em termos butlerianos, se o gênero é performance, não faz sentido a exclusão das mulheres trans como sujeitos do feminismo.

Na segunda fala, Bethy nos revela viver numa família chefiada por mulheres. Na realidade ela não conheceu seu avô materno, e não conheceu seu pai sendo ela criada por sua avó materna e por sua mãe. Enfatiza e justifica que “apesar de serem mulheres negras e da situação de pobreza que viviam, elas eram mulheres fortes” e “possuía até uma babá para tomar conta dela até os treze anos”, como se, pelo fato de ser negra e pobre não pudesse ser merecedora de admiração, de qualidades, de serem vistas como mulheres fortes. Bethy retrata a dificuldade de superar essas perdas até hoje. A fala de Bethy evidencia a dificuldade de se desvencilhar dos discursos impregnados de discriminação, de conteúdos racistas, sexistas e das desigualdades de gênero.

O cientista social destaca que a identidade, para se constituir como realidade, pressupõe uma interação. A ideia que um indivíduo faz de si mesmo, de seu “eu”, é intermediada pelo reconhecimento obtido dos outros em decorrência de sua ação (D’Adesky, 2001, p. 76).

A identidade é construída e negociada durante a vida toda por meio do diálogo, parcialmente exterior, parcialmente interior, com os outros. Tanto a identidade pessoal quanto à identidade socialmente derivada é formada em diálogo aberto. Estas dependem de maneira vital das relações interpessoais dialógicas estabelecidas com os outros. Esse é um movimento pelo qual passa todo e qualquer processo identitário e, por isso, diz respeito, também, à construção da identidade negra (Gomes, 2005).

Nesse sentido, o meu mundo, o meu eu, a minha cultura, são traduzidos também através do outro, de seu mundo e de sua cultura, do processo de decifração desse outro, do diferente. É como um processo de espelhamento. Ao mesmo tempo em que os grupos socialmente discriminados lançam um olhar para a sociedade, formam-se imagens a partir do modo como uma sociedade se vê refletida pelos olhos do outro. Essas imagens não são estáticas, pois “permitem alterações, tanto na minha autoimagem como na minha conduta, e este termo deve ser aqui tomado em seu sentido literal, alterações — as ações que assumo em função do outro” (Novaes, 1993, p. 109).

Na terceira fala Valeria enfatiza, conviver com as drogas desde pequena, uma vez que sua mãe traficava não só drogas como roupas para sustentar a casa e os filhos. Valeria traz de

forma revoltada o fato de ter sido abusada pelo padrasto, e as dificuldades de superar tanta violência.

O impacto dessas formas de discriminação e violência na vida dessas mulheres deixam marcas. Estas questões são agravadas mais ainda na vida das mulheres negras, devido às condições decorrentes da pobreza, da baixa escolaridade, das condições precárias de saúde em que a maioria delas vive. Alguns casos de usos problemáticos de drogas pelas mulheres, por exemplo, têm estreita relação com exclusão social, desemprego, prostituição, violência e racismo, de modo que todo esse quadro deve ser objeto de intervenção e cuidado, que na realidade não são realizados socialmente (Rodrigo & Ordaz, 2012).

O racismo constrói uma postura hierárquica que ser negra significa ser inferior. O sexismo por sua vez desqualifica a mulher, hierarquiza as relações de gênero, impõe a heteronormatividade como única forma do exercício da sexualidade e considera desviante e negativo o exercício das relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo. Assim, estimula a discriminação, autoriza o preconceito e promove a cultura de ódio e criminaliza na prática as relações entre pessoas homossexuais, que, sobretudo ainda fazem uso de crack (Brasil, 2013/2015).

As mulheres negras e lésbicas encontram-se expostas a diversas formas de violência e mecanismos de exclusão na sociedade, e nas políticas públicas ainda são pouco consideradas. A melhora das condições de vida destes grupos populacionais depende de compromisso político que assegure o enfrentamento do racismo, do sexismo e da lesbofobia, uma vez que reforçam as desigualdades na sociedade brasileira (Brasil, 2013/2015).

Uma das características a ser ressaltada da composição da população brasileira refere-se ao quesito cor/raça e etnia. A pesquisa do IBGE mostrou, novamente, que as mulheres são maioria entre o total de brasileiros. Em 2016, elas representavam 51,5% da população, enquanto os homens correspondiam a 48,5%. Na comparação com 2012, não houve variação significativa desses percentuais. As negras são metade deste contingente feminino, ou seja, representavam 50,2 milhões de brasileiras (PNAD/IBGE, 2016).

São estes grupos de mulheres os mais vulneráveis a dupla discriminação racista e sexista da ordem social brasileira. Agregam-se a isto discriminações devido à orientação sexual, regionalidade e situação de moradia, seja urbana, rural ou central, periférica, adicionando-se a estas situações as questões geracionais e de condições físicas (Brasil, 2013/2015).

As mulheres usuárias de crack são rechaçadas, associadas equivocadamente, por parte da sociedade com mulheres fracas, sem força de vontade, mau caráter ou que o uso e a

dependência são problemas sem solução. As mulheres usuárias de crack são classificadas negativamente e excluídas socialmente (Andrade, 2006; Rozani, 2013).

O uso de drogas por mulheres é geralmente visto com uma carga negativa mais forte, carregada de preconceitos e estigmatizações por destoar dos comportamentos que lhes são prescritos pelos padrões hegemônicos de feminilidade (Rodrigo & Ordaz, 2012).

O desenho posto e tipificado como “normal” e provido de inteligibilidade em uma sociedade hegemonicamente androcêntrica, onde a figura masculina é universalizada e possui status de superioridade, com privilégios políticos, científicos e econômicos, certamente é delineado através de moldes como: o macho, branco, heterossexual e de classe mais elevada.

Esses sintagmas passam a cristalizar os sujeitos em categorias hierárquicas, subalternizando as mulheres e todas as dissidências de gênero. Por serem os homens a maioria dos consumidores de drogas e por serem eles também o maior público a acessar os serviços públicos destinados ao tratamento de agravos e demandas relacionadas às drogas, as políticas públicas acabam sendo destinadas prioritariamente aos homens. No entanto, se faz necessário problematizar e trazer a mulher para o cenário de debates relacionados ao cuidado às pessoas que usam drogas, pois as mesmas não tem sido apresentadas como sujeitos de direitos das políticas públicas, e quando são, os cuidados são direcionados às mulheres grávidas, onde a preocupação é com o feto ou a criança que ela carrega em seu ventre (Moraes et al., 2016).

A Política Nacional de Atenção Integral a Saúde da Mulher, instituída a partir de 2004, que tem como proposta incorporar, na forma de assistir, a garantia de um atendimento que valoriza e respeite os direitos humanos das mulheres, considerando as questões próprias do gênero – sexualidade, violência, vulnerabilidade entre outras, também objetiva contribuir para a redução do impacto negativo e social do uso de drogas, além de promover uma melhoria na vida por incapacitação em virtude do consumo de drogas (Brasil, 2004).

A proposta embora pareça interessante e eficiente, observa-se que na prática, as diretrizes mencionadas não estão totalmente implementadas (Silva & Lyra, 2013). Há concepções mais restritas que abordam apenas aspectos da biologia e anatomia do corpo feminino e outras mais amplas que interagem com dimensões dos direitos humanos e questões relacionadas à cidadania. Nas concepções mais restritas, o corpo da mulher é visto apenas na sua função reprodutiva e a maternidade torna-se seu principal atributo. A saúde da mulher limita-se à saúde materna ou à ausência de enfermidade associada ao processo de reprodução biológica, nesse caso, estão excluídos os direitos sexuais e as questões de gênero (Brasil, 2004).

Os discursos que atravessam a constituição das subjetividades femininas são os mais diversos, eis aqui alguns que são bem emblemáticos dentro da nossa sociedade e nos fazem pensar sobre o ser mulher.

“Ser mulher é muito difícil, é ser uma pessoa adulta, ser uma pessoa é... como é que eu posso dizer, ser mulher é uma pessoa... Poxa! Faltou palavra! Ser mulher é ser uma pessoa experiente. É uma pessoa madura, mulher é uma pessoa responsável, uma pessoa inteligente, uma pessoa respeitadora, uma pessoa que luta pelos seus direitos” (Valeria, 29 anos).

“Ser mulher é ser organizada, eu até que me achava, por que hoje eu não me acho não, mas me achava muito importante. Assim, dedicada, que eu sou muito dedicada com as minhas coisas, não gosto de sujeira, não gosto de quando eu me acordo de manhã, cinco horas, seis e meia assim, o café já estava feito, nove horas já estava tudo pronto para o almoço, gosto de ser limpa com os menino, não gosto de sujeira, nem nada assim, gosto dos meus menino sempre limpo, roupa tudinho. Eu ia para o salão de primeiro, duas vezes na semana ajeitar o cabelo, minhas unhas eram sempre feitas, só andava muito bem arrumada graças a Deus. Ser mulher é isso, assim, gostar de me ajeitar, ajeitar minhas coisas, ajeitar minha casa, meus filhos” (Bethy, 38 anos).

“Ser mulher pra mim é sair pra trabalhar todo dia, ser mulher é ter atitude, ser mulher é ter responsabilidade, ser mulher é ser forte, ser mulher é ser independente, ser mulher é sinônimo também de se cuidar, cuidar da casa, dos filhos... É o que eu penso, não está nem ai para a opinião dos outros, é o que eu acho e puta que pariu os outros. Ser mulher é isso pra mim” (Miquelle, 28 anos).

“Ser mulher é uma coisa difícil porque uma mulher principalmente na relação com o homem, tipo eu acho assim, o esposo da pessoa mesmo, o homem não vai querer assim, botar no a,b,c, fazer todos tipos de sexo com sua esposa dentro de casa. Pra ele fazer isso ele vai pra rua. Ele procura na rua. Se a esposa do rapaz é só papai/mamãe, sexo normal, ele vai procurar na rua, e as mulheres noiadas vai fazer, porque quer comprar seu crack pra usar. Eu acho melhor a pessoa ser uma mulher dona de casa, uma dona de casa, que é tão bom ter sua casa, cuidar da casa, dos filhos, do companheiro, ter seu parceiro certo, porque também não ter seu parceiro certo, não é coisa de mulher, de mulher séria não” (Isis, 27 anos).

A manutenção de uma imagem da mulher, difundida pelas instituições sociais, são interessantes para reforçar as normas de gênero, em discursos que moldam a representação do feminino em torno das mulheres, estas normas constroem corpos adequados, disciplinados (Freitas, 2015).

A responsabilidade da mulher perante os filhos, o marido, a casa e a relação da maternidade com as normas de gênero, estiveram presentes nas entrelinhas dos discursos das protagonistas participantes desse estudo. À mulher mãe, cabe exercer as tarefas de cuidado dos filhos, marido e do lar, vivendo de forma restrita ao espaço privado e mantendo seu parceiro certo. Dessa forma, as mulheres são assujeitadas aos discursos autoritários que reduzem seus corpos a heterossexualidade compulsória fortalecendo a norma de gênero que produz no discurso a diferença e ao mesmo tempo complementaridade dos corpos masculino e feminino destinados a reprodução.

Observa-se que mesmo com toda discussão teórica e política trazida pelas discussões feministas, problematizando outras possibilidades de ser mulher, que trouxeram informações em torno de algumas normativas sociais, o casamento e a maternidade ainda aparecem como elementos necessariamente constitutivos do ideal feminino, ou seja, no imaginário de muitas elas só se consideram completas, se forem mães, esposas que cuidam dos seus lares (Swain, 2007).

Embora exista a manutenção de uma imagem mítica da maternidade, por vezes atrelada ao amor romântico, que embora supusesse uma igualdade de envolvimento entre as pessoas, conduziu muitas mulheres à sujeição doméstica, as mulheres usuárias de crack trazem em suas experiências uma vivência no espaço público, nas ruas, nas cenas de uso, no tráfico, na prostituição. Essas experiências por si só já as destituem do lugar da norma que visa para as mulheres o espaço do lar, da família, do cuidado com os filhos.

“Ser mulher e usuária de crack é um desafio. É uma ...é uma ... uma rotina que é complicada e a mulher muitas vezes no uso tão intenso não tem local para trabalhar, ganhar seu dinheiro, deixa de trabalhar e o caminho que tem é se prostituir, não tem com quem deixar os filhos, o homem tem, nós perde os filhos, como eu perdi Geferson. Fica mais vulnerável pra uma doença, por que você drogada você topa tudo, você vai sem camisinha na hora da droga, eu já peguei sífilis, eu não sei se foi com meu companheiro ou não, ou com outros homens, através do crack. Me sinto uma zé ninguém, um nada. Ainda bem que pelo menos consegui recuperar meu filho, e com certeza serei a melhor mãe do mundo pra ele, vou ser uma mãe de verdade!!” (Miquelle, 28 anos)

“Eu me achava uma mulher, mas mulher que usa crack não tem muito valor não. A maioria não respeita quem usa droga, e o crack é que não respeita mesmo. Eu não me sinto assim valorizada não, usando crack. Me sinto uma mulé sem valor. Principalmente após a perda dos meus dois filhos. Eu sempre cuidei muito bem dos meus filhos, eles estavam sempre limpos e organizados, sempre dava meu jeito e eles nunca passaram fome, o pai do meu filho mais velho sempre me ajudou. Eles foram tirados de mim pela polícia e levados ao abrigo, tentei muito reaver a guarda deles, mas não consegui, não tive suporte nem do pai deles. No dia que perdi eles eu estava fumando maconha na casa de um vizinho perto de casa e chamaram a polícia, disseram que eu tinha deixado os meninos dormindo e tinha ido usar droga. Não teve acordo, não me deixaram nem explicar. Depois eu soube que eles foram adotados por uma família de americanos. Pensar nisso tem me acabado um pouquinho a cada dia, e eu tenho que ter força para cuidar da mais nova que está comigo aqui.” (Bethy, 38 anos)

“Ser uma mulher usuária de crack é uma pessoa desorganizada, é uma mulher... eu acho da minha experiência, é uma mulher desorganizada, é uma mulher que já perde seu direito, que vive muito preconceito. As mulheres já lutam pelos seus direitos e a mulher que é usuária de droga, de crack vai lutar pelo quê? As mulheres usuárias de crack têm poucos desejos de tudo, não se animam, não...se organiza em nada, no trabalho, como é que eu posso dizer... uma mulher usuária de crack ela perde a beleza, ela perde o nome: Ser mulher! Ela perde tudo, tudo, tudo que ela tem: beleza, filho, tudo, tudo mesmo. Já é criticada por ser mulher e usuária de crack ela é espancada, violentada, ela é abusada, ela perde o valor, perde o valor em tudo. Eu acho assim! Eu mesmo perdi a guarda dos meus dois filhos, do primeiro perdi a guarda e ele está com minha irmã e do segundo perdi a guarda e ele está num abrigo. Eu cuidava muito direitinho deles. Eu sou muito revoltada com isso, fui estuprada, violentada e depois descobri que estava grávida, eu podia ter tirado ele, mas eu quis que ele vivesse, não tive coragem de abortar e aí vem à justiça e tira ele de mim, preciso me cuidar pra ter ele de volta.” (Valeria, 29 anos)

As protagonistas reiteram os discursos hegemônicos de maternidade relacionando-os as práticas de cuidado com os filhos como se fosse responsabilidades apenas delas e reforçam o discurso mítico sobre o amor materno que diz que as mulheres que tem filhos/as tem que cuidar deles e amá-los sacrificialmente. A fala delas aponta para uma relação onde mãe é sinônimo de cuidado, evidenciando normas de gênero que reforçam a função da mulher nesse lugar não mencionando a presença masculina no contexto de cuidado.

Essas normativas posicionam as mulheres como cuidadoras essenciais, primordiais dos filhos e filhas, fazendo com que as mulheres que não conseguem atingir os ideais de cuidado e amor para com os mesmos sintam-se culpadas, inaptas ao desempenho desta função (Freitas, 2015).

Todas elas trazem em sua história de vida o sofrimento de perderem a guarda de seus filhos, pelo não direito sócio jurídico de assumir o cuidado deles. Os discursos hegemônicos de que mulheres usuárias de crack, são irresponsáveis e não tem competência para cuidar de crianças às privam repetidamente de exercer esta função (Freitas, 2015). Elas sofrem ao verem suas experiências maternas silenciadas e sem valor diante da prescrição de modelos de perfeição materno no qual elas não se enquadram, mas reconhecem como normas que se propagam culturalmente e as fazem pensar sobre isso.

Mica pontua o desejo de ressignificação de sua história materna, estando novamente com a oportunidade de cuidar do seu filho, à medida que verbaliza “*serei a melhor mãe do mundo pra ele, vou ser uma mãe de verdade, exemplar*”.

Valeria traz em sua fala a revolta e o sentimento de injustiça por ter sido violentada, estuprada e engravidado e perdido seu filho para a justiça. Apresenta-se sofredora e afirma “*eu quis que ele vivesse, não tive coragem de abortar e ai vem à justiça e tira ele de mim, preciso me cuidar pra ter ele de volta*”.

Percebe-se como os discursos reiteraram normas que reforçam as exclusões, não considerando as experiências de cada mulher enquanto atravessadas por outros marcadores (Freitas, 2015).

Bethy por sua vez, fala de importância de uma mudança na sua relação com o crack e menciona “*eu tenho que ter força para cuidar da mais nova que está comigo aqui*”. A fala de Bethy mostrou sentimento de culpa e tristeza por ter perdido o acesso à função de cuidado dos filhos, no entanto, demonstra sua vontade de conseguir fazê-lo com sua filha mais nova.

Nas três falas das participantes observamos a influência do discurso legal e a questão da perda da guarda dos filhos mobilizando um cuidado de si em relação ao uso de crack. O discurso legal e da saúde como fortalecedores da normativa do que é uma boa maternidade.

O reconhecimento de que o uso do crack que elas fazem vai de encontro ao modelo ideal de família demonstra que, sujeito e saúde estão atrelados aos discursos hegemônicos de exemplo de boas condutas maternas. Elas, por sua vez, se veem em lugar de conflitos, e apresentam dificuldades em administrar o fato de ser mãe e ter que ser bom exemplo para seus filhos e mãe usuária de crack, com comportamento “inadequado”, não reconhecido para mulheres em nossa sociedade. As normas de gênero são constantemente reafirmadas, fazendo-

as se sentirem mães más, inadequadas e irresponsáveis apesar de se sentirem injustiçadas ao terem o direito de exercer a maternidade negado.

Apesar da possibilidade de redirecionamento das perspectivas e dos desejos, percebe-se a existência de modelos, antigos e recentes que atuam fortemente sobre o universo do feminino gerando conflitos entre os velhos paradigmas e as novas possibilidades. Todas as transformações vividas pelas mulheres parecem não ser suficientes para desmistificar, por exemplo, o conceito da maternidade inerente à toda mulher, a execução das atividades do lar, o cuidado com a beleza, com os filhos, como encargo do gênero feminino entre outros (Tourinho, 2006; Moraes et al., 2016).

A apresentação da maternidade como uma experiência que diminuiu o uso das jovens entrevistadas precisa ser pensada de maneira crítica e reflexiva, pois, esse dado tem o potencial de reforçar os discursos hegemônicos da vocação da mulher na maternidade e da redenção das “desviantes” através da experiência de ter um/a filho/a. É preciso compreender a maternidade como fator de proteção a partir de uma análise do contexto de vida das jovens articulando com sua classe e suas inserções na escola, no mercado de trabalho, pensando todas essas experiências como potencialmente protetoras ao abuso do uso de drogas, uma vez que possibilitam também a construção de projetos de vida (Freitas, 2015, p. 101).

Apesar das várias conquistas das mulheres em relação à sua independência e à maior valorização da identidade feminina em diferentes contextos, uma questão que ainda permanece frequente nos estudos sobre gênero é a desvantagem sociopolítica da mulher no universo machista (Cesar, 2006).

A imagem da mulher, historicamente construída, está em desacordo com a imagem da pessoa usuária de crack, contribuindo para o processo de invisibilidade das mulheres no que diz respeito ao mundo das drogas e, conseqüentemente, situando-a no cenário de maior vulnerabilidade aos agravos sociais e de saúde para esse grupo populacional.

As experiências de vida das mulheres que fazem uso do crack são fortemente marcadas pela violência. Esta é decorrente de um contexto social machista, sexista, racista de naturalização da violência contra a mulher e ainda das poucas ações efetivas do governo e da comunidade civil visando à redução da violência contra as mulheres. A vulnerabilidade das mulheres negras, pobres, no espaço público do uso, as torna alvos mais fáceis de todo tipo de violência.

Em suma, fatores como socialização de gênero, idade, classe social, raça e orientação sexual podem se mostrar de grande relevância para desmistificar uma falsa homogeneidade comumente atribuída aos usuários de drogas (MacRae, 2011). Neste sentido, a incorporação

desta perspectiva fez com que não se enfatize a tessitura de uma crítica sobre o papel dos binarismos de gênero na produção de sentidos sobre homens e mulheres, masculinidades e feminilidades diante do uso do crack, mas foque na compreensão da experiência de vida de mulheres usuárias de crack, seus modos de subjetivação na contemporaneidade, como um processo de construção de subjetividade, com uma experiência ampla, não só dos processos orgânicos e fisiológicos, como também dos discursos e saberes que entrelaçam a vivência dessas mulheres enquanto usuárias de crack.

4.2 Corpos abjetos e mulheres usuárias de crack: a construção de uma relação sócio cultural.

A determinação dos lugares sociais ou das posições de sujeitos no interior de um grupo é referida a seus corpos. Ao longo dos tempos, os sujeitos vêm sendo indicados, classificados, ordenados, hierarquizados e definidos pela aparência de seus corpos; a partir dos padrões de referências, das normas, valores e ideais da cultura. Então os corpos são o que são na cultura (Louro, 2018, p. 69).

Segundo Butler (2010), em uma entrevista em 1998 onde fala sobre seu livro *Cuerpos que importan: sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”* (no original *Bodies that matter*), “corpos abjetos relaciona-se a todo tipo de corpos cujas vidas não são consideradas vidas e cuja materialidade é entendida como não importante” (Prins & Meijer, 2002, p. 161).

Butler (2010) de forma majestosa exemplifica e história o caso dos não-ocidentais, pobres, pacientes psiquiátricos, deficientes físicos, refugiados libaneses e turcos. Os corpos abjetos não são inteligíveis e não tem existência legítima. Nesse sentido, ela acrescenta que “assim como cada indivíduo produz, digamos assim, sua abjeção, seus fluidos, sua morte, cada sociedade, cada grupo humano, com sua própria matriz de inteligibilidade, produz suas exclusões, isto é, seus seres/corpos abjetos” (Prins & Meijer, 2002, p. 161-162).

O seguir das normas possibilita aos corpos o status de sujeito, confere-lhes inteligibilidade e essas normas reiteram compulsoriamente a heterossexualidade (Butler, 2010). Este processo de colocar à margem os sujeitos que não seguem as normas, alude ao que Butler (2001) denominou como “corpos que não importam”. A autora utiliza-se do conceito de “abjeção” para falar sobre os corpos que subvertem a ordem sexo/gênero/desejo, no entanto, é importante ressaltar que Butler não é autora original do conceito, ela faz uso do constructo teórico da autora Julia Kristeva.

Kristeva (1982) aborda a abjeção em seu caráter individual, olhando-a como um processo que diz respeito à constituição subjetiva. Em sua obra encontra-se, em alguns

momentos, citações concernentes à abjeção como processo social, todavia, esta não é sua preocupação. A autora realiza sua construção teórica dentro do campo da psicanálise lacaniana, a partir da compreensão de que o sujeito é constituído pelas esferas do Real, Imaginário e Simbólico.

De acordo com Lacan (1953), estes três registros são essenciais à realidade psíquica humana, e cada um “guarda” inscrições diferentes na vida do sujeito. Cabe lembrar ainda que, separá-los, segundo Lacan, é apenas uma forma didática de tratar a constituição do sujeito, eles coexistem, estão juntos, encadeados, unidos, através de um laço, de um nó. Ao falar sobre o real, Lacan (1953) refere-se aquilo que não pode ser representado, não existe representação psíquica do real, algo que possa simbolizá-lo, o real está fora do simbólico, ainda não foi simbolizado, e o psíquico, por sua vez não pode assimilá-lo a morte, por exemplo. Para Lacan o simbólico tem a mesma organização da linguagem, e se refere ao que podemos simbolizar. É no registro do simbólico que se inscreve o que Lacan chama de “desejo”. E o imaginário diz respeito à “imagem do corpo” sem que haja a mediação da palavra (Jorge & Ferreira, 2005; Carvalho, 2014).

É a abjeção, como processo de constituição subjetiva, que possibilita a inserção do sujeito na linguagem, ou no campo do Simbólico. De acordo com a autora, este processo de separação por exclusão é uma cisão imperativa para a constituição do Eu e daquilo que, de modo algum, pode ser reconhecido como tal (Kristeva, 1982; Carvalho, 2014).

A autora esclarece, porém, que o abjeto não é um igual. Não se trata de uma persona de igual poder de enfrentamento ou barganha. Refere-se a algo diminuído, menor e, exatamente por isso, pode e deve ser aniquilado. A autora afirma, ainda, que estamos em contato com o abjeto de forma regular, são contatos que geram em nós sensações desconfortáveis e reações de repúdio (Kristeva, 1982; Carvalho, 2014).

A abjeção, na teoria de Kristeva, está presente tanto no sujeito, como na cultura, uma vez que a abjeção pode ser vislumbrada tanto em rituais individuais, quanto grupais, formando assim uma fronteira entre o corpo social e o corpo grupal (Tyler, 2009; Carvalho, 2014).

Butler (2011), no livro *Bodies that matter*, nos informa a distinção entre a compreensão de abjeto dela e de Kristeva. O termo abjeção vem do latim (*abjicere*) e significa excluir, jogar fora ou longe, aludindo a um campo de diferenciação, algo faz parte, algo não. Kristeva associa o “jogar fora” ao constructo de forclusão (*verwerfung*) de Lacan. De acordo com Lacan (1981) a forclusão é um processo de proteção do sujeito à psicose, através da exclusão de determinados conteúdos da vida psíquica do sujeito.

A construção de Butler (2011) é que:

[...] enquanto a noção psicanalítica de *Verwerfung*, traduzida como ‘forclusão’, produz sociabilidade através do repúdio de um significante primário que produz um inconsciente ou, na teoria de Lacan, o registro do real, a noção de abjeção designa uma condição degradada ou excluída dentro dos termos da sociabilidade. De fato, o que é rejeitado ou repudiado dentro dos termos psicanalíticos é precisamente o que não pode regressar ao campo do social sem que represente uma ameaça de psicose, ou seja, da própria dissolução do sujeito. Quero propor que determinadas “zonas abjetas” dentro da sociabilidade também apresentam essa ameaça, constituindo zonas inabitáveis que o sujeito fantasia como ameaçadora à sua própria integridade, com a possibilidade de uma dissolução psicótica (Butler, 2011, p. 254; Carvalho, 2014, p. 46).

O interesse de Butler (2011) está nas “zonas abjetas”, considerando-as como processos sociais amplos, que mesmo dizendo respeito à constituição subjetiva, transpassam o domínio social oprimindo corpos que buscam inteligibilidade (Butler, 2011; Carvalho, 2014).

Em *Powers of horror: an essay on abjection*, Kristeva denomina o abjeto como os excessos do corpo, expelido e descartado: fezes, urina, vômito, lágrimas, saliva (Kristeva, 1982). O corpo abjeto é aquilo que não queremos ver em nós mesmos: nossos excrementos, nossos excessos e, em última instância, nosso cadáver. O corpo abjeto é nossa doença, nossa morte. Os corpos abjetos da sociedade são aqueles que execramos da mesma maneira que execramos nossos excessos e aquilo que em nós apodrece, levando à nossa morte.

No abjeto de Butler encontram-se fortes marcadores políticos, apesar da autora não anular, ou esquecer, dos marcadores individuais subjetivos. O abjeto para Butler (2011) não se restringe de modo algum a sexo e heteronormatividade e sim a todas as vidas sem importância, sem valor político e social (Butler, 2011).

A figura do sujeito abjeto passa a ser socialmente encarnada por um conjunto de prefigurações que paradoxalmente à invisibiliza, mas também, a estigmatiza, associando sua performance/existência a uma espécie de “submundo”, negando e negligenciando suas práticas.

“O crack eu conheci por curiosidade, fui na favela e comprei, ai depois disso eu tô até hoje, sem conseguir, assim... tô me controlando agora, porque antes era todo dia... antes era vinte e quatro horas por dia. Eu vivi sempre rodeada de pessoas que faziam uso do crack, eu nunca tinha pensado em usar, já sou pobre, o povo quase nem me ver imagina noitada. Mas um dia comprei, porque tenho que comprar na favela do lado da minha. Depois que conheci não parei mais. Saí de casa e fui passar um tempo na rua, pra tentar ganhar um dinheiro, eu catava latinha, nunca tive um emprego de verdade. Antes de morar na rua eu morava com minha tia. Mas eu gostava da rua sabe. Eu passei muito tempo na rua, parece que passei uns quatro anos na rua. Morando mesmo na rua. Passei por muita coisa nesse tempo que morei na rua, passei

fome, dormi em papelão, fui agredida. Nunca roubei, não acho certo, mas sempre pedi e me prostitui muito pra poder usar minha droga, pra poder usar o crack e às vezes até pra comer sabe.” (Jacke, 33 anos)

“Eu sempre fui usuária de crack, e eu sei fui puta, rapariga de rua, né assim que chamam nós craqueiras?! Por que se eu tiver com dinheiro, por exemplo, se eu trabalhar suado pra ganhar um trocado eu vou fumar o crack de boa e se eu tiver sem o dinheiro pra fumar o crack, eu vou ter que me prostituir, se eu tiver sem o dinheiro e quiser fumar eu tenho que correr atrás, na avenida, num Cabaré, numa boate, qualquer coisa, então na prostituição a gente faz um acordo, tudo é em troca, se ele tá me pagando, é um trabalho, ele tá me pagando, eu faço sexo, ganho meu dinheiro e fumo meu crack de boa, é uma troca. Agora assim, eu uso camisinha sim. Vou nada pegar doença cum os outros, fiz os testes tudinho num deu nada, eu posso ta noiada que for mais eu uso. Mais já teve hora de não usar, mas faz tempo.” (Isis, 27 anos)

Até aqui já é sabido que são relacionados ao crack significantes negativos, os quais estereotipam e excluem os sujeitos que fazem uso da droga. Na presente pesquisa optei por observar como mulheres usuárias de crack relatam suas experiências de vida, pois uma vez que são percebidas como indivíduos errantes, encontram-se em constante conflito com a sociedade por serem mulheres e algumas mães.

Os discursos hegemônicos negam a elas esses lugares, por considerar que estas não dispõem de práticas de amor, cuidado, responsabilidade, dentre outros comportamentos ditos femininos e maternais. Tais enunciados “convidam” as usuárias de crack a ocuparem o lugar que alude ao mal, à incapacidade, um âmbito que nega suas próprias experiências. Os processos de resistências são criados a partir do momento em que estes sujeitos negam o lugar estereotipado, e reivindicam a consideração do seu olhar, a respeito de suas próprias vivências.

Aqui também elucidamos dando relevo ao efeito reverso da abjeção. A abjeção aqui, entendida como o processo de politização das dissidências de gênero. Em outros termos, é a forma dos sujeitos abjetos provocar a normalidade, impondo suas existências, versando em alto e bom som (aguentem-nos!), a percepção de abjeção de seus corpos em um teor político e como forma de resistir/existir (Miskolci, 2016).

Sobre isso Kristeva (1982, p. 4) diz:

O abjeto não é simplesmente o que ameaça a saúde coletiva ou a visão de pureza que delinea o social, mas, antes, o que perturba a identidade, o sistema, a ordem (Kristeva, 1982, p. 4, citado em Miskolci, 2016, p. 24)

A “abjeção” socialmente falando, constitui a experiência de ser temido e recusado com repugnância, pois sua própria existência ameaça uma visão homogênea e estável do que é a comunidade com todos os seus códigos morais. O termo se refere ao espaço a que a coletividade relega aqueles e aquelas que são considerados uma ameaça ao seu bom funcionamento, à ordem social e política (Miskolci, 2016).

A construção do gênero atua através de meios excludentes, de forma que o humano é não apenas produzido sobre e contra o inumano, mas através de um conjunto de exclusões, de apagamentos radicais, os quais, estritamente falando, recusam a possibilidade de articulação cultural (Butler, 2010, p. 161).

Butler (2010) vai trabalhar a normatização sempre articulada com seu binômio inseparável, ou seja, a exclusão. Ao contrário dos “corpos que pesam”, os corpos abjetos vão apresentar aquilo que não faz sentido, não deveriam existir dentro de nossa matriz cultural. As mulheres usuárias de crack não deveriam existir – uma vez que contradizem a norma do que é ser mulher e do que é ser mãe diante de uma maternidade relacionada a um amor instintual e sacrificial – de maneira que sequer podem ser pensadas, entendidas ou nomeadas. A abjeção acontece então, não apenas pela negação de direitos, mas também pela ausência de reconhecimento de legitimidade da experiência dessas mulheres.

Para Butler (2011) o abjeto é um processo discursivo, residindo na linguagem como conteúdo não questionável. Seriam discursos colocados em pauta e naturalizados, desprovidos de olhar crítico. Salienta, ainda, que não podemos perder de vista que o discurso habita os corpos, os constitui, tanto quanto o sangue, não há construção discursiva descolada da experiência do corpo.

Para tanto, visando compreender a experiência de vida de mulheres usuárias de crack, se faz necessário uma visão interseccional para que consigamos ver a multiplicidade das mulheres e suas experiências.

Beatriz Preciado (2011) informa que os “abjetos”, ou seja, os desprovidos de Valeriaor, são tidos como minorias. Nesse estudo nos deparamos com mulheres, pobres, negras, de baixa escolaridade, lésbicas fora de padrões normativos.

A patologização dos corpos dissidentes nas últimas décadas tem se tornado escopo de fortes discussões no cenário acadêmico-político, justamente por se contrapor ao

modelo/norma/comportamento imposto pela sociedade, alocados em construtos normalizantes/moralizantes. Esses padrões cobrados e tipificados moralmente como “normais” reafirmam a invisibilidade dos sujeitos abjetos.

Na fala das protagonistas percebe-se como a violência está presente no cotidiano dessas mulheres. Saffioti (2004) pontua que a violência contra as mulheres, consiste em um problema social cujo o exame encontra-se entrelaçado aos estudos de gênero, raça/etnia, classes sociais e patriarcado. A autora faz uma breve análise do cenário político-econômico brasileiro e constata que estes terrenos são, “certamente, a maior e mais importante fonte da instabilidade social no mundo globalizado” (Saffioti, 2004, p.14). Para ela, é sob a ordem patriarcal de gênero que devem ser feitas as análises sobre a violência contra as mulheres.

Saffioti (2004) usa a expressão “fenômeno” para designar a violência. Nesse sentido, faz parte também das análises da autora a ocorrência do “femicídio”, que, segundo ela, “consiste na feminização da palavra homicídio e é um fenômeno infelizmente bastante recorrente, principalmente nos tempos atuais” (Saffioti, 2004, p. 72-73).

O contexto de uso de drogas é de exposição a todo tipo de violência. Pesquisas (França, 2013; Dias, 2012; Moraes, 2011; Aguiar, 2014, Freitas, 2015) pontuam que as mulheres usuárias de crack estão constantemente expostas às situações diversas de violência, que vai de agressões verbais, físicas e sexuais a estupros, surras, tentativa de homicídio, entre outras.

A vulnerabilidade dessas mulheres pobres, no espaço público do uso, as torna alvos mais fáceis de violências. Esta é decorrência de suas práticas pessoais, do contexto social que naturaliza a violência contra a mulher e possui poucas ações de governo e da comunidade civil para diminuir a violência contra as mulheres (Freitas, 2015).

No contexto de uso de crack, os conflitos facilmente terminam em violência física, devido à fissura, ou seja, desejo intenso de uso que algumas usuárias experimentam no uso. As mulheres citaram a frequência com que suas relações com o tráfico tomam contornos violentos, aparecendo frequentemente às situações de ameaças de morte e agressões por débitos com o tráfico. Pode-se perceber isso nas falas abaixo:

“Eu já fui estuprada duas vezes, uma vez estava noiada, a outra não. Foi ali naquela ponte no caminho do pina, eu ia fazer programa aí o cara me pegou aí botou eu assim no chão deitada, me comeu de frente, de lado, depois me botou emborcada, de costas e botou na minha bunda “apulso” e eu não queria não, então ali eu senti que ele estava me rasgando todinha, eu não estava querendo né? Fazia tempo que ele estava me estuprando, saí toda ensanguentada. Minha sorte foi um casal que veio de bicicleta me ajudou e me levou para o

hospital. Aquele casal podia nem ter me ajudado porque mulher de rua e usuária de crack não vale nada. Naquele momento senti que valia alguma coesa só pode né porque se não fosse eles eu estava morta” (Isis, 27 anos).

“Lembro que dormia na rua, dormia dentro dos carros, viajava pros cantos, pra Gravatá, pra Palmares, até pra Propriá em Alagoas eu já fui. Eu me sentia muito rejeitada, não conseguia entender porque minha mãe tinha me dado a minha vizinha. Era muito ruim lembrar disso. Eu viajava sozinha, eu pegava carona em cima do caminhão sem saber qual era a dos caminhoneiros. Parei por que uma vez eu encontrei um caminhoneiro que me espancou, me estuprou e botou eu pra descer do caminhão num cemitério à noite, e dizia direto: eu vou te matar! E apertava meu pescoço. Me espancou muito por causa de vinte reais de um programa que fiz pra comprar crack. Ele disse que ia me dar e na hora ele não quis me dar, e eu dizendo que eu queria meu dinheiro, ele disse: desça do meu caminhão e começou a dar em mim, dizia que ia me matar, e ele me bateu muito, chega fiquei com o rosto deformado. Foi anos de sofrimento, sofri muita violência muita perda, perdi a confiança da minha família, perdi a confiança das minhas irmãs, do meu pai, tive muita perda, só derrota.” (Miquelle, 28 anos)

“Eu preferia me prostituir com coroas (homens mais velhos) porque eles não batem na gente. Eu já sofri muita violência. Eu já apanhei muito por roubar tudo, homens novos que me obrigavam para me dar uma pedra, mas eu não conseguia fazer isso. Parece que o nosso corpo não é nosso; eles espancam a gente, muitos fazem isso com as travestis também batem e jogam pra lá não respeita não. Não respeita nós mulheres; e usuárias de drogas pior ainda. Eu me sinto um lixo quase sempre” (Jack, 31 anos).

As falas dessas três mulheres retratam como negociações em torno da comercialização do crack estão envoltas em violência, marcadas por relações desiguais em que os homens e traficantes possuem o produto e o poder na negociação.

Essas mulheres fazem parte de um mundo dito masculino onde prevalece a força física e o poder, atributos valorizados que elas não possuem, logo, se sentem desqualificadas diante da figura masculina justificando, assim, a violência perpetrada (Silva, 2000; Freitas, 2015). Segundo a autora, a violência no contexto do uso é naturalizada, e as mulheres usuárias de crack a sofrem por parte dos seus companheiros, do tráfico, da polícia, das outras usuárias, e, no caso das que vendem o corpo para manter o uso, dos clientes.

Acerca da naturalização da violência contra as mulheres:

No cotidiano do intensivo, na interação com as mulheres percebi que elas, mesmo agredidas, não conseguem se desvincular desses homens. Ouvi uma entrevistada dizendo o seguinte: ele me bate porque quer que eu seja só dele, porque eu faço gostoso, eu consigo vender muita droga, ele não me deixa nunca, até quando estou doente é ele que cuida de mim, até perde dinheiro para cuidar de mim, não tenho família só tenho ele (Diário de Campo, 2017).

Essa nota do diário de campo retrata bem, dentro da instituição, como o discurso de violência contra a mulher circula e é bem aceito entre as usuárias. Fiquei incomodada com a naturalidade de como ela conta que “ele bate porque quer ela só pra ele, e que ela aceita porque quando ela está doente ele cuida dela e até perde dinheiro para cuidar dela” ameaça e bate com a premissa de que se tiver um relacionamento afetivo sexual com ela é dono dela e pode agredi-la.

Essa naturalização das relações de gênero desiguais e hierárquicas sustenta ações de dominação inclusive sobre o corpo, na violação da integridade física, violação do corpo do outro. Muitas delas presentes na sala concordaram com a fala dessa usuária, o que evidencia o grau de fragilidade dessas mulheres. Considera-se extremamente importante que espaços de assistência ao consumo de substâncias psicoativas estejam sempre atentos a discursos naturalizados de violência e promovam discussões sobre a violência de gênero, políticas de proteção e empoderamento com as pessoas acolhidas.

No que tange ao significado da violência e todas as consequências que surgem da ocorrência dela, Saffioti (2004) lembra que na sociedade patriarcal em que se vive, existe uma forte banalização da violência de forma que há uma tolerância e até um certo incentivo da sociedade para que os homens possam exercer sua virilidade baseada na força/dominação com fulcro na organização social de gênero.

Dessa forma, é “normal e natural que os homens maltratem suas mulheres, assim como que pais e mães maltratem seus filhos, ratificando, deste modo, a pedagogia da violência” (Saffioti, 2004, p.74). A autora acrescenta que a ruptura dos diferentes tipos de integridade, sejam elas, a física, a sexual, a emocional, a moral, faz com que se estabeleça a “ordem social das bicadas”, na qual a permissividade social para a conversão da agressividade masculina em agressão contra as mulheres, não é um fator que prejudica apenas as vítimas, mas também seus agressores e toda uma teia social que convive ou é forçada, por inúmeros motivos, a suportar tal sujeição.

A violência vivida pelas participantes da pesquisa está fortemente influenciada pelas normas de gênero. Os marcadores classe, geração, raça e o fato de serem usuárias de drogas

ilícitas se entrelaçam ao gênero acarretando uma maior vulnerabilidade dessas mulheres à violência de gênero, seja essa, a doméstica, ou mais, especialmente, a violência sexual.

Todas as participantes desse estudo referiram terem vivido situações de violência sexual sendo que para cinco delas o estupro se efetivou deixando graves problemas de saúde mental. Dados como esses são encontrados por diversas pesquisadoras que estudam sobre mulheres usuárias de crack (Freitas, 2015; Dias, 2012; França, 2013; Silva, 2000). Na pesquisa realizada pela Fiocruz (Brasil, 2013) os dados demonstraram que, entre as mulheres entrevistadas, 44,5% sofreram violência sexual, enquanto entre os homens a taxa foi de 7%.

A violência sexual sempre teve alta relação com o gênero, historicamente, na sociedade patriarcal, a violação do corpo das mulheres foi sempre uma possibilidade. Nas relações desiguais e hierárquicas entre homens e mulheres, essas são mais facilmente agredidas, violadas, uma vez que se encontra em posições de menor poder na relação, subjugadas aos homens (Freitas, 2015).

Com relação às mulheres negras, Daves (2016) esclarece que tanto os homens quanto as mulheres trabalhavam pesado nas lavouras, a força e a produtividade eram mais relevantes para ambos do que questões relativas ao sexo, eram exigências, sob ameaça do açoite, no entanto:

As mulheres também sofriam de forma diferente porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas. A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens eram vistas como desprovidas de gênero; mas quando podiam ser exploradas; punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres elas eram reduzidas exclusivamente à condição de Fêmeas (Daves, 2016, p. 19).

As mulheres escravas eram totalmente vulneráveis a todas as formas de coerção sexual. Elas eram açoitadas; mutiladas e também estupradas (Daves, 2016, p. 20). O estupro nada mais era do que a representação ostensiva do domínio, da posse e do controle dos feitores sobre as mulheres em condições de trabalhadoras. Os abusos dirigidos especificamente a elas facilitavam a perversa exploração econômica do seu trabalho e as exigências da exploração faziam com que os senhores donos da mão de obra escrava minimizassem suas posturas e costumes sexistas e ortodoxas, exceto quando seu objetivo era a repressão (Dave, 2016).

As mulheres, negras e usuárias de crack aparecem como grupo ainda mais vulnerável, uma vez que o estigma, a exclusão às coloca em maior exposição à violência e à violação de seus direitos sexuais; dos seus direitos humanos.

Em conversa com algumas delas no jardim da instituição me mobilizou ouvir de uma recém-chegada que tinha muita vontade de denunciar todos os seus agressores; porque foram muitos; mas não adiantaria; nada seria resolvido. Ela dizia o seguinte; eu queria denunciar um por um, eu já tive o braço quebrado, fui estuprada, tenho marcas de facadas e nunca denunciei nenhum porque sempre tive medo de morrer, não confio nas nossas leis, sei o meu valor, sabe aquela música que diz “a carne mais barata do mercado é a carne negra.... pois é, eu não sou barata, eu não valho nada, eu sou uma mulher negra, lésbica e usuária de crack... (Diário de campo, 2017).

Essa descrença na instituição da polícia aparece na fala de outras usuárias que referem medo de morrer. De acordo com Freitas, (2015) a ausência efetiva das práticas de segurança do Estado, estão ligadas a discursos hegemônicos de uma sociedade patriarcal fazendo com que práticas de violência sexual contra as mulheres, as tornem subjugadas pelos homens, e destituídas do controle dos seus próprios corpos. A autora pontua que esse fator contribui enormemente para a violação da autonomia e da integridade física das mulheres (Freitas, 2015).

Na maioria das vezes, a violência não é denunciada, reforçando ainda mais o silenciamento dessa e a não mobilização de esforços para combatê-la, com isso ocorrem mais e mais violência.

Na dinâmica da Instituição é comum as usuárias mais antigas receberem as que estão chegando, junto com os educadores. Observou-se que, na maioria das vezes, chegam muito ansiosas, com medo e machucadas. O fato de elas virem direto para um serviço da Assistência Social sem antes passar por um serviço da saúde me deixou incomodada a ponto de refletir com elas porque isso acontecia. A grande maioria delas respondeu que se chegarem sozinhas nas unidades de saúde e falarem que são usuárias de crack, não são bem atendidas, os profissionais são grosseiros e as julgam (Diário de campo, 2017).

Uma delas relata:

“Uma vez cheguei toda lascada; que apanhei de meu companheiro pela milésima vez; porque tinha usado a bolsa de crack dele e fui contar isso no hospital, a enfermeira me olhou e disse que eu deveria ter vergonha de usar droga; e que depois da surra eu criaria vergonha na cara. Ela ainda deu razão a ele por ter me batido. Mais nunca volto lá.” (Diário de campo, 2017).

As mulheres usuárias de crack convivem com constantes situações de violência, agressões verbais, físicas e sexuais, sem que as violências sofridas sejam alvo de denúncia e/ou de cuidados médicos, elas são vítimas de uma sociedade perversa e da falta de cuidado.

A subnotificação da violência de que as mulheres são vítimas aumenta constantemente, e com isso o distanciamento acerca das experiências delas, evidenciando dessa forma a ausência do Estado que não aparece enquanto responsável pelo bem-estar social, mas apenas como Instituição repressora, para punir os atos infracionais quando elas são as autoras, e não quando são vítimas (Freitas, 2015).

4.3 Corpos abjetos e mulheres usuárias de crack: a construção de uma relação de agenciamento e resistência

Até aqui já se possui o conhecimento significativamente negativo de que são relacionados ao crack de forma, os quais estereotipam e excluem os sujeitos que fazem uso dele e de outras drogas. Na presente pesquisa foi feita a opção de estudar e conhecer a experiência de mulheres usuárias de crack e ouvir suas histórias; seus relatos acerca do ser mulher, uma vez que são percebidas como corpos abjetos; insignificantes; errantes, e encontram-se em constante conflito com a sociedade por serem mulheres; mães; filhas; esposas; profissionais que usam a droga.

Os discursos hegemônicos negam a elas o lugar de mulher, por considerar que estas não são dignas desse lugar e não dispõe de práticas de amor, cuidado, responsabilidade consigo e com a família, dentre outros comportamentos ditos femininos e maternais.

“Nesse exato momento só desejo me organizar um pouco; ainda quero meus filhos de volta. Sei que eles estão bem; mas quero eles de volta. Eu fico feliz por que; meu pior medo, minha maior tristeza que poderia me levar até a morte, é de eu saber amanhã ou depois que eu não poderia ter eles de volta, que eles poderiam ter a mesma história de vida que eu, que essa história poderia se repetir de novo. Eu ia ficar muito triste. Talvez eu não consiga deixar de vez essa droga; sei que preciso de tratamento; vou aprender a reduzir o uso; e jamais usarei na frente deles; aliás, nunca usei na frente deles. Eu hoje sou um pouco mais feliz por saber que eles estão bem, por que amanhã meu filho pode ser um advogado, um psicólogo, um médico, não ser um usuário de droga. Um dia ele (o mais novo; que foi fruto de um estupro) pode me procurar, e quando ele me procurar eu vou dizer a ele, a verdade, que foi o melhor pra ele, eu tive vários motivos de abortar, de dar e eu não dei. Vou pedir desculpas por ter passado um tempo distante dele; para me cuidar; mas não desisto de nenhum. Já estou lutando por eles na justiça. Sei que sou capaz de cuidar dos meus filhos.” (Valeria, 28 anos)

“Eu não sei ainda o que vou fazer da minha vida não. Eu tento não ficar pensando muito nos meninos porque senão eu vou ficar chorando direto, e vou endoidecer. O álbum de fotos deles, eu prefiro não ficar vendo por que eu acho que sei lá... (Usuária chora nesse momento). Eu não sei o que eu vou fazer não da minha vida não. Isso aí eu não sei não. Eles dois eu perdi para outras famílias. Todos os dias eu rezo para que eles não conheçam a depressão; não entre nela e não conheçam a droga como eu conheci. Não tenho família mais não. Minha família só era minha mãe e minha vó, e meus dois meninos. Tenho que me organizar criar minha menina, trabalhar e viver com ela, cuidar dela pra não perder ela também. Ela é tudo pra mim. Cuido dela muito bem; e cuidava bem dos outros também; eles nem sabiam que eu usava drogas; nunca usei nem perto deles; mas irei ficar mais atenta; porque ela ninguém vai tomar de mim não. Assim que ela tiver maiorzinha vou lutar por uma creche e vou trabalhar para criar ela como minha mãe fez para me criar. Mas lhe digo uma coisa; é tudo mentira; isso que dizem; que mulher que usa droga não sabe cuidar dos filhos; pois sabe sim” (Beth; 38 anos)

As falas das nossas protagonistas mostram a realidade delas enquanto usuárias de crack que moram com seus filhos e suas filhas em seus esforços cotidianos para cuidar deles e delas e fazer uso da pedra. A compreensão de que “ser mãe significa ser exemplo para os filhos” acarreta diretamente na necessidade de, em elas serem mães que usam crack, desenvolverem estratégias de cuidado para com as crianças durante o uso.

Nesse sentido, evidencia-se a influência dos discursos hegemônicos sobre maternidade, na compreensão de que, “como a droga faz mal e eu sou adepta dessa prática, meu comportamento é mau e meu filho não pode me ver tendo um comportamento ruim então preciso cuidar disso”. A esse respeito, observo que a resistência é contra a impossibilidade de conciliar o uso da droga com o cuidado com os filhos e filhas.

As mulheres criam estratégias para cuidar das crianças mesmo em seu cotidiano de uso. Freitas (2015) afirma que, apesar das mulheres romperem, em suas práticas cotidianas, com afirmações hegemônicas acerca da incapacidade delas em cuidar, elas reiteram a ideia de que o comportamento de uso deve ser escondido dos filhos, pois é ruim em si mesmo, uma vez que, estamos tratando de uma droga ilícita. Essa negociação retrata também formas de resistir à perda da guarda dos filhos e filhas através da criação de redes de cuidado compartilhado, dessa forma, resistir é existir, expressando, num novo processo de existência, uma subjetividade singular.

“Eu via o crack como uma solução pros meus problemas, algo que aliviava minhas dores e sofrimentos aí eu fumava, fumava dois, três dias, quatro dias, cinco dia, eu já passei uma semana fumando, só de uso e ficava... Poxa! Por que eu não tive uma mãe? Por que ninguém vem atrás de mim? Depois que perdi meu filho percebi que estava tudo errado; se eu continuasse assim ele também iria ficar sem mãe; fui várias vezes visitar ele no abrigo e isso me abriu os olhos; tanto que lutei por ele que consegui ele de volta. Ele está aqui comigo; é o amor da minha vida; tenho plena certeza que dei o meu melhor ao meu filho sempre; nunca deixei faltar nada pra ele; já enfrente muito preconceito, mas por ele eu brigo viro uma leoa. Eu desejo ter minha casa, eu desejo ajudar meu companheiro por que ele precisa de mim e eu não quero abandonar ele. Quero distância do crack, mas vou tentar encontrar uma forma de continuar usando minha maconha nem que seja escondida do mundo todo. Preciso cuidar de mim também; de me arrumar e ficar bonita pra mim. Ser mãe, mas também ser uma mulher né!!.” (Miquelle 28 anos).

A priori ela verbaliza sobre o significado do crack em sua vida como solução para seus problemas. Segundo Oliveira e Santos (2010), o fenômeno do uso de drogas pela sociedade ultrapassa as motivações dos indivíduos singulares e precisa ser vista também como um sintoma no qual se exprimem fatores vinculados às múltiplas facetas da vida social. Os autores pontuam que há, na sociedade contemporânea, a predominância de um profundo sentimento de vazio, expresso também como um sentimento de indiferença em relação ao outro.

A destruição da natureza, a exclusão e destruição dos mais pobres e desprotegidos e o crescimento da violência nas relações sociais são algumas das consequências desta civilização que constantemente sente-se sozinha e recorre ao crack na busca de preencher vazios afetivos como no discurso citado acima.

A resistência, por exemplo, no discurso de Miquelle está exteriorizando sua resposta sua indignação, num confronto explícito com seus processos de ser mulher e mãe. Ela realizou uma ruptura, ao passo que, insistiu em uma ação que acreditava ser seu direito, e direito do seu filho: ambos estarem juntos novamente. Miquelle articula uma estratégia para “manter-se viva” diante do contexto social opressor, e repleto de injustiças. As resistências criadas pelas mulheres mães usuárias de crack faz com que elas desenvolvam estratégias a fim de cuidarem, amamentarem e estarem com seus filhos/as.

No dia a dia da instituição as mulheres participam de atividades, a partir do momento em que acordam, organizam seus quartos higienizam os ambientes principalmente os lugares onde as crianças fazem uso, como os banheiros infantis e a brinquedoteca. Percebe-se uma

empatia, uma sonoridade, uma cumplicidade entre as mulheres que estavam com seus filhos acolhidos no intensivo, bem como, entre as outras que mantinham seus filhos sobre os cuidados da família. As mulheres que não tinham filhos também se apresentavam cuidadosas e amáveis com todas as crianças.

Acerca dos discursos de resistência:

Uma das usuárias do serviço diz que por vezes tem dúvidas se é uma mulher de verdade ou não pelo fato de usar o crack. Em seguida ela é acolhida por outra usuária que afirma que ela é sim uma mulher de verdade; e cheia de valores e qualidades. Uma outra usuária acrescenta: você é linda e generosa; além de ser uma ótima profissional; vende docinhos deliciosos; você é uma guerreira; cuida das duas filhas sozinha e ainda cuida da sua mãe; você é muito forte e ainda conseguiu mandar aquele seu marido espancador de mulheres ir embora da sua vida; você é uma mulher de verdade sim. Só porque usamos drogas deixamos de ser mulher é; todas aqui somos mulheres sim (chora emocionada). Presenciar essa cena de acolhimento e empoderamento coletivo me despertou um sentimento de liberdade (Dário de Campo, 2017).

O que tem aqui, nada mais é do que um processo de agência que rompe com lógicas hegemônicas e permite ressignificar práticas sociais e subjetividades, colocando em cena novas cadeias reiterativas, que criam as condições para os processos de mudanças socioculturais.

Considera-se, contudo que, nem os enunciados de resistência são tão exclusivamente enunciados da flexibilidade, muito menos o discurso hegemônico é endurecido e imutável, que não possa ser alterado no decorrer da história. Eles sofrem influência e são influenciados, a tal ponto, que na opressão emergem discursos de resistência, modificando a dominação. Por sua vez, o contexto de dominação e opressão dá condições para o surgimento de discursos que apontem para a resistência, a existência de subjetividades singulares e a coexistência de subjetividades plurais (Freitas, 2015).

O pensamento de Butler (2010) vem contribuindo de forma original com a temática aqui estudada, sobretudo pelos seus estudos sobre gênero; entre outras como é o caso da Teoria Feminista e da Teoria Queer. Seus conceitos vão além dessas áreas e ampliam o leque para a compreensão de fenômenos socioculturais abordados pelas ciências sociais e humanidades, como, por exemplo, em suas noções de sujeito e de agência, que, apesar de se vincular aos debates de gênero, permitem uma análise mais ampla dos fenômenos da sociedade que se vive.

Para a teoria social, por exemplo, possibilita a compreensão dos processos de resistência e de agência que emergem desde as “margens sociais”, de sujeitos historicamente

invisibilizados ou tidos como “subalternos” ou não inteligíveis, ou mesmo dos “corpos abjetos” dentro de uma dada ordem social.

Na concepção de Butler (2010), o sujeito opera de forma a estar sempre em processo de construção no interior das relações de poder. Ela pontua que, nenhum indivíduo torna-se sujeito sem antes ter sido sujeitado ou passado por um processo de subjetivação. Tanto em Foucault como em Butler (2010), o sujeito encontra as suas próprias possibilidades de subjetivação, construindo estratégias de resistência ou de subversão aos mandatos sociais que o limitam. Entretanto, convém pontuar que Foucault não considerou a posição de gênero quando pensou a constituição do sujeito. Essa contribuição foi advinda especificamente do feminismo e Butler aprofunda a perspectiva do poder da teoria foucaultiana, sobretudo para pensar a constituição do sujeito e as possibilidades de agência (Butler, 2010; Furlin, 2013).

Segundo Butler (2010) o sujeito se constitui por meio de uma subordinação inicial ao poder, ou seja, ele é atravessado por valores e normas internalizadas desde a infância, em meio aos processos de socialização. Ela acrescenta que a explicação da subordinação deve se seguir a dinâmica e os movimentos da vida psíquica, uma vez que o processo de internalização das normas sociais passa pela psique, na qual também se produz a distinção entre a vida interior e exterior, oferecendo uma distinção entre o psíquico e o social. Para ela a consciência desse processo gera as condições de resistência e de reflexividade, permitindo ao sujeito opor-se aos abusos do poder normalizador que limita e controla os desejos de sua própria possibilidade, no âmbito da sociedade na qual se vive. Nessa visão, “o sujeito não só se forma na subordinação, mas esta lhe proporciona a sua condição de possibilidade” (Butler, 2010, p. 19).

Dessa forma, a condição de tornar-se sujeito, entendida como capacidade para criar novos efeitos, está inerente à própria condição de subordinação. Isso revela que nenhum indivíduo se torna sujeito sem vivenciar ou experimentar a própria subordinação, pois é dentro dela que se encontra a possibilidade da potência, pela qual ele ressignifica as suas práticas e experiências (Furlin, 2013).

Embora Foucault não se exceda ao tema da psique como Butler, pois antes, ele associa o caráter produtivo do poder aos regimes regularizadores e disciplinares; ambos concebem que o sujeito não está completamente determinado pelo poder nem o determina completamente. “O poder é anterior ao sujeito, uma vez que está contido nas normas que o produz, que age sobre ele, mas é também algo que o constitui, por agir por meio dele” (Furlin, 2013, p. 397).

Dessa forma, se faz necessário compreender a importância de como a família, a saúde, a legislação, a comunidade, a educação, a segurança pública, a religião entre outras instituições e seus discursos de verdade, atuam nas experiências de vida das mulheres usuárias de crack.

Embora não tenha entrevistado os componentes do circuito, considerar essa perspectiva seria extremamente útil para pensar em que contexto essas mulheres apresentam, em suas falas, a influência da atuação dessa rede.

Valeria, Mily, Jack e Betania no dizem o seguinte:

“A comunidade onde eu nasci é muito pobre; passamos todo tipo de necessidades; muitas famílias sobrevivem do tráfico; minha família toda é traficante somente meu irmão conseguiu sair disso, ele tem uma barraca de CD pirata na cidade. Eu convivo com pessoas que usam e vendem drogas desde pequena; às vezes eu fico pensando; eu não podia ser outra coisa né; passei muita necessidade; ia pra escola às vezes somente pelo lanche; pra poder comer. Foi com o dinheiro do tráfico que minha mãe conseguiu sustentar a casa e os filhos e ainda ajudou no cuidado com os netos” (Valeria, 28 anos).

“Na minha comunidade todo mundo é unido; mas por outro lado é um inferno; todo mundo sabe da vida de todo mundo e se mete muito; a pessoa vai no posto de saúde para um atendimento ginecológico e em pouco tempo todo mundo sabe o que você tem. Fui falar que usava drogas e foi horrível; me tratam diferente e querem que eu faça tudo que é exame; não me sinto acolhida; as vezes tenho vergonha, mas na maioria das vezes dou uma de doida e digo que se sair qualquer informação da minha vida da consulta eu processo todo mundo. Oxe a gente precisa é de uma palavra de conforto e não de ouvir reclamação. Por isso que o povo só vai no posto quando já está nas últimas porque ninguém confia. É igual a polícia; ninguém confia; eles ao invés de ajudar é quem nos mais maltrata; espanca a pessoa; chama nós de vagabunda e tem deles que até vende crack também; mas se esconde detrás daquela roupa.” (Mily 29 anos)

“Nunca tive uma vida boa, boa não, tudo era sempre sacrifício, mas eu era mais tranquila, fazia o que eu queria sem apanhar. Nunca tinha trabalhado de carteira assinada, quando consegui; tive uma recaída e perdi meu trabalho. Já tinha perdido vários bicos que eu fazia, eu tava num desânimo muito grande, mas perdi depois o que eu tinha carteira assinada. Foi fogo, eu baratinei de vez mesmo. Depois dali eu usava direto. Não conseguia parar não. Deixei o CAPS, parei a medicação, deixei tudo pelo crack” (Jack, 31 anos)

“Bem dizer eu nasci na igreja; no berço evangélico; meus pais sempre seguiram a palavra de Deus em tudo; sempre foram muito rígidos; lá em casa eu não pude ser nada do

que eu queria ser; não pude jogar bola; não pude ser engenheira; minha mãe dizia que mulher tem que fazer coisas de mulher; acabei casando tendo um filho, mas continuo sem ser aceita totalmente pelos meus pais porque hoje sou usuária de drogas e gosto de mulher; sou sapatão mesmo. Minha mãe não aceita, mas graças a Deus não me abandona e me ajuda com tudo que eu preciso para cuidar do meu filho. Passei por muita frustração na vida e não soube conduzir; não tive orientação e acabei entrando nas drogas; no crack. La em casa tudo era igreja; igreja. Hoje entendo que se eu tivesse passado por uma psicóloga mais cedo as coisas seriam diferentes; eu não estaria desse jeito no crack sabe.” (Betania; 32 anos)

Esses depoimentos ajudam a esclarecer como as normas de gênero agem na construção e reiteração da exclusão social, uma vez que ao definir o “modelo” de mulher e de mãe, estabelecem que todas aquelas que não estão de acordo com esse, sejam vistas como seres inferiorizados. Elas, por sua vez, mostram que as estratégias de cuidado com as crianças durante o uso da droga se tornam possíveis e contam com a existência de um contexto familiar que lhes dão suporte.

Os desafios que se apresentam para que essas mulheres se aproximem dos serviços de assistência e encarem os olhares de julgamentos da comunidade e, muitas vezes, de profissionais de saúde, de líderes religiosos entre outros, dizem o quanto as mulheres usuárias de crack sofrem com mais facilidade violações de seus direitos humanos.

Essas mulheres são invisibilizadas em nossa sociedade, devido a visões moralistas que dificultam o acesso à informação e à assistência desencadeando em prejuízo na efetivação de seus direitos, no entanto, elas se mantêm vivas e sobre tudo encontrando estratégias de sobrevivência e modos de resistência.

O sujeito reflexivo e resistente ao mesmo poder do qual é constituído é um sujeito que, por si só, não dá conta do seu próprio tornar-se, mas encontra as possibilidades para ressignificar normas, discursos, experiências e práticas sociais (Furlin, 2013, p. 397).

Apesar de não ter sido questionadas acerca da razão pela qual elas abandonaram os estudos todas trouxeram dificuldades tais como: preguiça, desinteresse, falta de incentivo desvalorização do estudo pela família e o início do uso de substâncias psicoativas além de frustrações, como foi o caso de Betania. Todas elas trouxeram nas suas histórias de desistência escolar, discursos de arrependimento e culpa pelo abandono, e refletiram que se tivessem

estudado talvez tivessem a possibilidade de transformação de sua realidade, e melhores perspectivas de futuro.

Segundo Aguiar (2014), um ciclo em torno da pobreza é evidenciado: baixa escolaridade, baixa qualificação, poucas oportunidades, trabalho informal. Na vida das mulheres dessa pesquisa, esse ciclo, só confirma a literatura.

Aliada à questão escolar, foram claras as dificuldades das mulheres na construção de suas carreiras de trabalho, mantendo-se distante do mercado formal. A relação dessas mulheres com as oportunidades de realização de vida sem tanto sofrimento é limitada pelo contexto social e econômico, que as impede de construir um projeto de vida que lhes possibilite quebrar o ciclo da miséria em que estão incluídas.

No que se refere à segurança pública o que é verbalizado é o sentimento de medo e insegurança. A violência faz parte do cotidiano de todas as mulheres, tendo estas inúmeras causas que perpassa pelas relações de negociação com o tráfico, pela própria ilegalidade, até a violência de gênero sofrida pelas mulheres.

A associação de marcadores que evidenciam desigualdades de renda, escolaridade, gênero, raça e também a dificuldade no acesso à informação e aos serviços de assistência; saúde e segurança acarretam no agravamento de vulnerabilidades dessa população (Freitas 2015; Rios et. al., 2002).

Segundo Saffioti (2004) somente uma política de combate à violência, especialmente a doméstica, que se articule e opere em rede, de forma a englobar diferentes áreas, como Ministério Público, juízes, polícia, hospitais, defensoria pública, pode ser capaz de ter eficácia no combate à violência. As mulheres dessa pesquisa sofrem a pior das violências, a violência de terem todos os seus direitos humanos negligenciados, no entanto, elas se reinventam.

Considerações finais

O objetivo deste trabalho foi compreender a experiência de mulheres usuárias de crack na contemporaneidade. Nesse sentido pensamos o uso do crack e as mulheres usuárias de crack problematizando uma série de questões que entraram nesse estudo como nossos objetivos específicos, foram elas: Como os discursos de saber/poder sobre a mulher se operacionalizam na vida das mulheres usuárias de crack? Quais as formas possíveis de agenciamento que essas mulheres utilizam no processo de subjetivação no contexto do uso da crack? O lugar que ocupam nesse contexto a partir de uma perspectiva de gênero? Como se apresenta a rede de apoio social – família, saúde, educação, trabalho, segurança – das mulheres participantes dessa pesquisa, diante da experiência de uso do crack? Em síntese, como essas mulheres se subjetivam no contexto do uso do crack?.

As narrativas das participantes apontaram para processos de subjetivação atravessados por discursos de saber poder sobre o ser mulher como verdades inquestionáveis que acabam incidindo sobre a dinâmica de vida das mulheres, que segundo os discursos hegemônicos estão fora da norma como é o caso das mulheres que fazem uso de crack.

O estudo buscou focar nas relações estabelecidas com o crack, não enquanto doença, mas sim na compreensão dos sentidos construídos socialmente para a droga, bem como para a mulher que faz uso dela. Essas construções têm implicações éticas e políticas, uma vez que podem desencadear em uma não responsabilização do Estado e/ou da sociedade civil, aumentando a exclusão das jovens e dificultando ainda mais o acesso destas a seus direitos.

As sete mulheres entrevistadas vivem em situação de extrema pobreza, são todas negras, residiam em bairros pobres e violentos e encontrava-se em situação de risco de vida por débito com o tráfico. Todas elas vivenciaram situações de morar na rua e sofreram violência sexual. Além disso, quase todas interromperam suas carreiras escolares no ensino fundamental e nunca tiveram emprego formal.

A experiência de maternidade delas não é homogênea, mas todas foram carregadas de sofrimento. Elas trouxeram inúmeras dificuldades de acesso à saúde, e inserção em programas sociais, que as auxiliassem com a vivência da maternidade. Enfrentaram processo de perda dos filhos, sob o forte discurso de que “mulheres que usam drogas não tem aptidão para ser mãe”. Enfrentam até o presente momento processos de recuperação de guarda dos filhos e das filhas. Isso reflete o distanciamento do cuidado do Estado nas experiências maternas dessas mulheres, uma vez que, os arranjos entre os marcadores de raça e classe influenciam em maior ou menor vulnerabilidade delas.

A partir das experiências relatadas, fica evidente como o Estado não aparece mantendo um bem-estar social que garanta as mesmas e as suas famílias acesso à alimentação, moradia, educação, saúde e lazer. O Estado aparece em seus territórios, na maioria das vezes, para punir atos infracionais cometidos por elas, mas não contra elas. Dessa maneira, as jovens mães usuárias de crack, denunciam a existência de muitas outras mães e crianças que vivem nas mesmas condições que estas igualmente invisibilizadas para o cuidado. A segurança Pública do Estado lhes causa medo e insegurança.

Os resultados encontrados apontam que a experiência de maternidade dessas mulheres é influenciada pelas normas de gênero e pela construção social do lugar materno mítico, visto que essas, em suas falas, reiteram os discursos dominantes ao definirem as mães enquanto responsáveis pelo cuidado, e amor incondicional dos filhos e filhas. Em suas práticas, todavia, elas são agentes de um processo de repensar as normas de gênero que estabelecem e posicionam mulheres e homens e que naturalizam o amor dirigido às crianças como algo instintual das mulheres. Elas por vezes trazem a indignação de serem punidas pela justiça, na retirada dos seus filhos quando os pais nem questionados sobre tal fato o são.

A visão reducionista acerca das condutas dessas mulheres ignora que a experiência das mesmas está atravessada por marcadores de gênero, de raça, de geração, de classe social. O discurso que culpabiliza as mulheres desconsideram as condições de vida que influenciam suas decisões, restringindo suas possibilidades e, acima de tudo, desresponsabiliza a sociedade civil e o Estado acerca das dificuldades vividas por elas, uma vez que, baseado nos ideais neoliberais, considera-as enquanto únicas responsáveis por suas experiências (Freitas, 2015).

Apesar de repetirem os discursos hegemônicos em suas falas acerca do que é ser mãe, essas mulheres constroem resistência a eles ao posicionarem-se enquanto capazes de serem também mães, mesmo usando crack. Essas resistências são construídas em suas narrativas a partir da possibilidade de, sendo usuárias de crack, realizarem o cuidado, a provisão, através de estratégias que se tornam possíveis pelo acionamento da rede familiar de apoio.

Dessa maneira, vale salientar que as protagonistas aqui, resistem para existir enquanto mulheres, enquanto mães. No entanto, observo que a resistência se dá pela reiteração dos discursos míticos e na tentativa de adequar-se a ordem. Assim, concordo com Freitas (2015) ao pontuar que, nem os enunciados de resistência são tão somente enunciados da flexibilidade, tampouco os discursos hegemônicos são rígidos e imutáveis, permanecendo inalterados no decorrer da história.

O uso das drogas, principalmente o crack ainda carrega uma forte marca social que se alicerça sobre preconceitos e estigmas. A associação do uso aos comportamentos marginais,

perversos, de promiscuidade, falta responsabilidade entre outros, até a atualidade, é reforçada por práticas discursivas que constroem a mulher usuária de crack e que corroboram a discriminação de grupos sociais. No entanto as discussões construídas acerca de estudos sobre gênero atrelado aos discursos científicos e políticos fundamentam indicadores da complexidade que envolve compreender a vida das pessoas que usam crack

Nesse sentido, as equipes de cuidado se beneficiariam bastante de leituras de gênero que atentassem para o caráter socialmente construído desse discurso sobre o feminino, o materno, a fim de promover, através de suas intervenções, a equalização das responsabilidades sociais de homens e mulheres diante da vida. Essa é uma transformação que não depende exclusivamente dos/as profissionais de saúde e/ou assistência para acontecer, mas sim de lutas sociais mais amplas nas quais os movimentos feministas têm se engajado historicamente.

Pautada em uma ética do cuidado com as mulheres, essa pesquisa buscou afastar-se da ideia de um modelo de ser mulher ao tentar mostrar o múltiplo das experiências concretas das mulheres mães, a partir do relato de mulheres usuárias de crack. No encontro com as protagonistas, as especificidades da raça, classe, geração e gênero, mostraram-se centrais em suas histórias. Nesse sentido, não poderíamos falar das experiências dessas mulheres sem olhar para o entrelaçamento dos marcadores sociais, dos projetos escolares rompidos, da assistência à saúde deficiente ou inexistente, das violências do cotidiano narradas por elas.

Ponto a importância de estudar os fenômenos de maneira interseccional, como mencionou Freitas (2015) o corpo tem cor, e a droga, por sua vez, dá prazer. É preciso estar atentos ao considerarmos as substâncias químicas como autônomas sobre as usuárias e usuários, pois, uma vez que acreditamos nisso, acabamos por considerar estes sujeitos como verdadeiros “zumbis da pedra”, incapazes de falar sobre si mesmos, de fazer escolhas. Esse tipo de visão sobre a pessoa que consome drogas ilícitas acaba por sustentar práticas autoritárias e disciplinares, sem considerar o projeto de vida de cada um deles.

Deixo claro que a pesquisa realizada será apresentada ao serviço e às mulheres que dela participaram para fazer uma devolutiva do conhecimento construído. Isso farei pela relação de responsabilidade ética que estabelecemos no contato com esses dois grupos e por acreditar que elas podem transformar suas experiências com mais “empoderamento” acerca das mesmas.

Dessa forma, reitero a relevância do Intensivo Mulher - Programa ATITUDE enquanto um serviço da assistência social que objetiva trabalhar os problemas relacionados ao uso abusivo de drogas a partir de promoção de saúde, de reinserção social, de reintegrar as experiências das usuárias através do fortalecimento dos vínculos familiares pelas relações afetivas, pelo acesso à saúde, educação, a segurança, a justiça social entre outros que

possibilitem outras opções as mulheres na construção de um projeto de vida. Como programa que trabalha a partir da perspectiva da redução de danos, essa instituição não considera que para trabalhar sua relação com a droga o sujeito deva necessariamente parar de usá-la, mas, de acordo com a sua vontade, construir possibilidades em sua relação com o uso.

Pretende-se a partir do que foi exposto e sem intenção alguma de esgotar a temática estudada, tão rica e tão complexa, criar novas problematizações acerca das interseções gênero, mulheres usuárias de crack e direitos humanos. Para além disso, que esse trabalho possa inspirar outros estudos que analisem outras facetas das experiências dessas mulheres e contribua para a ampliação das vozes de lutas dessas mulheres por mais espaços de diálogos e empoderamento.

Uma sociedade que deseja maximizar as vantagens da diversidade genética de seus membros deve ser igualitária, ou seja, ofertar aos diferentes indivíduos condições e possibilidades de escolher entre caminhos, meios e modos de vida diversos, de acordo com as disposições naturais de cada um. A igualdade nada mais é do que o respeito ao indivíduo naquilo que ele tem de único, como a diversidade étnica e cultural e o reconhecimento do direito que tem toda pessoa e toda cultura em cultivar sua especificidade, pois fazendo isso, elas contribuem a enriquecer a diversidade cultural geral da humanidade (Munanga, 2004).

Referências Bibliográficas

- Abramovay, M. & Castro, M. G. (2005). *Drogas nas escolas: versão resumida*. Brasília: UNESCO, Rede Pitágoras.
- Abreu, C. C., & Malvasi, P. A. (2011). Aspectos transculturais, sociais e ritualísticos da dependência química. In Diehl, D. C. Cordeiro, R. Laranjeira & cols. *Dependência química: prevenção, tratamento e políticas públicas*, (pp. 67-80). Porto Alegre: Artmed.
- Aguiar, C. M. D. (2014). *Vivências sexuais de mulheres jovens usuárias de crack*. (Dissertação de mestrado não publicada. Recife), Universidade federal de Pernambuco. Recife, Pernambuco, Brasil.
- Almeida, C. R. S. (1999). *Drogas: uma abordagem educacional*. São Paulo: Olho d'Água.
- Almeida, R. B. F. (2010). *O caminho das Pedras: conhecendo melhor os usuários de crack do município de Recife – PE*. (Dissertação de Mestrado). Universidade católica de Pernambuco, Recife, PE, Brasil.
- Andrade, T. M. & Friedman, S. R. (2013). Princípios e práticas de redução de danos: interfaces e extensão a outros campos da intervenção e do saber. In Silveira, D.X.; Moreira, F.G. (Org.). *Panorama atual de drogas e dependências*. São Paulo: Atheneu.
- Andrade, T. M. (2011). Reflexões sobre Políticas de Drogas no Brasil. *Ciênc. Saúde Coletiva*, 16(12), 4665-74.
- Andrade, T. M., & Friedman, S. R. (2006). Princípios e práticas de redução de danos: interfaces e extensão a outros campos da intervenção e do saber. In Silveira, D. X., & Moreira, F. G. (Org.). *Panorama atual de drogas e dependências*. São Paulo: Atheneu.
- Arán, M. (2003). Os destinos da diferença sexual na cultura contemporânea. *Estudos Feministas*, 2(11), 399-422.
- Araújo, I. L. (2008). *Foucault a crítica do sujeito*. Paraná: Editora UFPR.
- Ayres, J. R. C. M. (2002). Práticas educativas e prevenção de HIV/AIDS: Lições aprendidas e desafios atuais. *Interface – Comunicação Saúde e Educação*. 6(11), 19-20.
- Bastos, F., & Bertoni, N. (2014). *Pesquisa nacional sobre o uso do Crack: quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? Quantos são nas capitais brasileiras?*. Rio de Janeiro: Editora ICICT/FIOCRUZ.
- Benevides, P. S. & Prestes, T. K. A. (2014). Biopolítica e governamentalidade: uma análise de Política Nacional sobre Drogas. *Estudos Contemporâneos da Subjetividade*, 4(2).
- Bert, J. F. (2013). *Pensar com Michel Foucault*. São Paulo: Parábola.
- Biblioteca Virtual em Saúde (2016). *BVS Psicologia Brasil*. Restaurado de <http://www.bvs-psi.org.br>
- Bilge, S. (2009). Théorisations féministes de l'intersectionnalité. *Diogène*, 1 (225): 70-88.

- Brasil.* (2006). Casa Civil da Presidência da República. Lei nº 19.343 (Nova lei sobre drogas). Brasília: Casa Civil: Subchefia para assuntos jurídicos, 2006.
- Brasil.* (2001). Política Nacional Antidrogas. Brasília: Secretaria Nacional Antidrogas.
- Brasil.* (2002). Secretaria de atenção à saúde/ Departamento de ações programática estratégicas. Política Nacional de Atenção à Saúde da Mulher: princípios e diretrizes. Brasília (DF).
- Brasil.* (2005). Política Nacional sobre Drogas. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas.
- Brasil.* (2008). Legislação e Políticas públicas sobre Drogas no Brasil. Brasília: Presidência da República, Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas.
- Brasil.* (2012a). Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD). Estimativa do número de usuários de crack e/ou similares nas capitais do País. FIOCRUZ, 2012a. Recuperado de file:///C:/Users/Shy/Downloads/Livreto_Domiciliar_17set.pdf
- Buchalla, C. M., & Paiva, V. (2002). Da compreensão da vulnerabilidade social ao enfoque multidisciplinar. *Revista de Saúde Pública*, 36(4). 117- 119.
- Bucher, R., & Lcchini, R. (1992). *Drogas e drogadição no Brasil*. Porto alegre, Artes Médicas.
- Butler, J. (1990). Actos performativos y constitución del género: un ensayo sobre fenomenología y teoría feminista. In Case, S. (1990). *Performing feminisms: feminist critical theory and theatre*. Johns Hopkins University Press.
- Butler, J. (2000). Corpos que pesam. In Louro, G. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2a ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151-167.
- Butler, J. (2002a). Cuerpos que importam: sobre os limites materiais e discursivos do sexo. Buenos Aires: Paidós.
- Butler, J. (2002b). Como os corpos se tornam matérias: entrevista com Judith Butler. *Revista Estudos Feministas*, 10(1).
- Butler, J. (2006). *Deshacer el género*. Barcelona: Paidós.
- Butler, J. (2010). *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. 3a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2010a). *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. 3a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2012). *Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2015). Feminismo como provocação. Conferência ministrada no primeiro seminário QUEER em São Paulo. *Revista cult*, 6. Edição especial 2016, São Paulo.
- Butler, J. (2016). *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- Campos, A. R., Rameh-de-Albuquerque, R. C., Almeida, R. B. & Santos, S. J. (2013) Principais desafios na construção de uma política integrada sobre drogas: descrição da experiência na cidade do Recife/PE. *Revista Do Centro Brasileiro de estudos de Saúde*. 37, (n. especial). Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Carvalho, B. R. B. (2014). *Tá pensando que travesti é bagunça?: repertórios sobre travestilidade, em contextos de criminalidade, por jornais de Pernambuco*. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Pernambuco – CFCH, Recife, PE, Brasil.
- Castro, E. (2009). *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Belo Horizonte. Autêntica.
- Castro, E. (2016). *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Tradução Xavier, I. M. revisão técnica Veiga Neto, A. & Kohan, W. O. 2ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.
- Cesar, B. A. L. (2006). O beber feminino: a marca social do gênero feminino no alcoolismo em mulheres. *Cadernos Saúde coletiva*. 14(4):583-4.
- Confederação Nacional dos Municípios – CNM (2010). Pesquisa sobre a situação do crack nos municípios brasileiros em 2010. Recuperado de [www.url:http://www.cnm.org.br](http://www.cnm.org.br)
- Cortez, M., & Souza, L. de. (2008). Mulheres (in)Subordinadas: O empoderamento feminino e suas repercussões nas ocorrências de violência conjugal. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 24(2),171-180.
- Costa, I. (2014). O sujeito, os contextos e a abordagem psicossocial no uso de drogas. In *Prevenção dos problemas relacionados ao uso de drogas: Capacitação para conselheiros e lideranças comunitárias*. Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas. (pp.47-65) 6a Ed. – Brasília, DF: SENAD-MJ/NUTE-UFSC.
- Costa, M. M. M., Aquino, Q. B., & Porto, R. T. C. (2010). O consumo de álcool na sociedade das frustrações: uma interface com a violência simbólica nas relações de gênero. In *Violência doméstica e gênero: um recorte no universo feminino santa cruzense*. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC.
- Crauss, R. M. G., & Abaid, J. L. W. (2012). A dependência química e o tratamento de desintoxicação hospitalar na fala dos usuários. *Contextos clínicos*, 5(1), 62-72.
- Crenshaw, K. W. (1994). Mapping the margins: intersectionality, identity politics and violence against women of color. In Fineman, Martha Albertson & Mykitiuk, Roxanne (orgs.). *The public nature of private violence*. Nova York, Routledge, pp. 93-118. [Também em *Stanford Law Review*, 43 (6): 1241-1299, jul. 1991; em francês, “Cartographies des marges: intersectionnalité, politique de l’identité et violences contre les femmes de couleur”. *Cahiers du Genre*, n. 39, 2005, pp. 51-82.]
- Cruz, V. D., Oliveira, M. M., Coimbra, V. C. C., Kantorski, L. P., Pinho, L. B., & Oliveira, J. F. (2014). Vivências de mulheres que consomem crack. *Revista RENE – Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste*.
- D’Adesky, J. (2001). *Racismos e antirracismos no Brasil. Pluralismo étnico e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

- Daves, A. (2016). *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo.
- Decreto n. 35.065, de 26 de maio de 2010. Cria a Rede Estadual de Enfrentamento ao Crack e dispõe sobre as ações integradas de enfrentamento às drogas. Recife: Secretaria Executiva de Saúde.
- Decreto n. 7.179, de maio de 2010. Estabelece o Plano Federal de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas.
- Decreto nº 7.179, de 20 de maio de 2010. Institui o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF.
- Denzin, N. K, Lincoln, Y, S. (Editors). (1994). *Handbook of qualitative research*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Dias, A. C. (2012). *Crack Reflexões para abordar e enfrentar o problema*. 1a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Diaz, A. F. (1998). *Hoja, pasta polvo y roca: el consumo de los derivados de la coca*. Bellaterra – Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona – Servei de Publicaciones.
- Dorlin, E. (2012). L'Atlantique féministe: l'intersectionnalité en débat. *Papeles del ceic*, 2 (83).
- Collins, Patricia Hill. (1990), "Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento". Trad. Natália Luchini. Seminário Teoria Feminista, Cebrap.
- Dorlin, E. (org.). (2008). *Black feminism: anthologie du féminisme africain-américain, 1975-2000*. Paris: l'Harmattan.
- Dreyfus, H., & Rabinow, P. (1995). *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Duailibi, L. B., Ribeiro, M., & Laranjeira, R. (2008). Profile of cocaine and crack users. *Caderno Saúde Pública*, 24(4), 545-557.
- Fernandes, C. A. (2012). *Discurso e sujeito em Michel Foucault*. São Paulo: Intermeios.
- Ferreira Neto, J., & Kind, L. (2010). Promoção de saúde: uma discussão teórica-metodológica a partir de foucault. In E. Lima, J. Ferreira Neto, & L. Aragon. *Subjetividade contemporânea*. Curitiba: Ed. CRV.
- Ferreira, N. S. A. (2002). As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. *Revista Educação e Sociedade*. 79. Ano XXIII.
- Ferreira, P. E. M., & Martini, R. K. (2001). Cocaína: lendas, história e abuso. *Revista Brasileira de Psiquiatria*. 23(2), 96-99.
- Fertig, A. Schneider, J.F, Oliveira, G. C., Olschowsky, A. Marcio Wagner, Camatta, M.W. & Pinho, L. B. (2016). Mulheres usuárias de crack: Conhecendo suas histórias de vida. Escola Anna Nery. *Revista de enfermagem*.

- Ferting, A. (2013). *Histórias de vida de mulheres usuárias de crack*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, Brasil.
- Fiocruz, (2014). *Pesquisa Nacional sobre o uso de crack: quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? quantos são nas capitais brasileiras?*. Org. Bastos, F. I., Bertoni, N. Rio de Janeiro: Editora ICICT/FIOCRUZ.
- Fischer, R. M. b. (2012). *Trabalhar com Foucault: arqueologia de uma paixão*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Fontanella, B. J. B., Campos, C. J. G., & Turato, E. R. (2006). Coleta de dados na pesquisa clínico-qualitativa: uso de entrevistas não-dirigidas de questões abertas por profissionais de saúde. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 14(5), 812-820
- Fontanella, B. J. B., Luchesi, B. M. Saidel, M. G. B., Ricas, J., Turato, E. R. Melo, D. G. (2011). Amostragem em pesquisas qualitativas: proposta de procedimentos para constatar saturação teórica Sampling in qualitative research: a proposal for procedures to detect theoretical saturation. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 27(2), 389-394.
- Formigoni, M. L. O. (Org.). *O uso de substâncias psicoativas no Brasil*. 8. ed. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas – SENAD, 2011. SUPERA: Sistema para detecção do Uso abusivo e dependência de substâncias Psicoativas: Encaminhamento, intervenção breve, Reinserção social e Acompanhamento. Módulo 1.
- Foucault, (1979). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Foucault, M. (1977/2010). Poder e saber. In M. Foucault, & M. B. Motta (Ed.), *Ditos & Escritos Estratégias, poder-saber* (2a ed., pp.223-224). Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária.
- Foucault, M. (1984). A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 22a ed. São Paulo: Edições Loyola.
- Foucault, M. (1984). *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Foucault, M. (1993). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal; 1993.
- Foucault, M. (1995). O sujeito e o poder. In: Dreyfus, H., & Rabinow, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (1997). *História de loucura*. São Paulo: Perspectiva.
- Foucault, M. (1997). *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Foucault, M. (1999). *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975 – 1976)*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2002). Aula de 17 de março de 1976. In *Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)*. Tradução Galvão, M. E. São Paulo: Martins Fontes.

- Foucault, M. (2003). *História da Sexualidade* In *A vontade de saber*. 15. ed. São Paulo: Graal.
- Foucault, M. (2006a). Soberania e disciplina. In: _____ *Microfísica do poder*. 22a ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, cap. 12, 179-191.
- Foucault, M. (2006b). Sobre a história da sexualidade. In: *Microfísica do poder*. 22. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006b. cap. 16, p. 243-276.
- Foucault, M. (2008a). *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2008b). *Segurança, Território e População (1977 – 1978)*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2010). *A vontade de saber*. 20a ed. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Foucault, M. (2011). *Do Governo dos vivos (1979 – 1980)*. Rio de Janeiro: Achiamé.
- França, M G. O. (2013). *Concepções de feminino para profissionais de um serviço de saúde destinado ao tratamento de mulheres dependentes químicas*. (Tese de mestrado não publicada). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, Pernambuco, Brasil.
- Frangella, S. M. (2009). *Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo*. São Paulo: Anablume, Fapesp, 2009.
- Freitas, S. M. C. (2015). *Nas mãos: A criança e o cachimbo. As experiências de maternidade das mulheres usuárias de crack*. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Pernambuco – CFCH, Recife, PE, Brasil.
- Furlin, N. (2013). Sujeito e agência no pensamento de Judith Butler: contribuições para a teoria social. *Sociedade E Cultura*, 16(2).
- Gerhardt, T. E. & Souza, A. C. de (2009). Aspectos teóricos e conceituais. In Gerhardt, T. E e Silveira, D. T. *Métodos de Pesquisa*. Porto Alegre: Editora UFRGS.
- Gomes, N. L. (2005). Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In BRASIL. *Educação Antirracista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03*. Secretaria de educação continuada e alfabetização e diversidade (pp. 39 – 62). Brasília: MEC.
- Goodson, S., & Gill, S. (2015). Método de história de vida e narrativa. In *Teoria e Métodos de Pesquisa Social*. Somekh, B., & Lewin, C. (Orgs). Petrópolis: Vozes.
- Guimarães, N. A. (2002). Os desafios da equidade: reestruturação e desigualdades de gênero e raça no Brasil. *Cadernos Pagu*, 17-18: 237-266.
- Guimarães, N. A., & Britto, M. M. A. (2008). Genre, race et trajectoires professionnelles: une comparaison São Paulo et Paris. In Maruani, M., Hirata, H. & LomBarDi, M. R. (orgs.). *Travail et genre: regards croisés. France Europe Amérique Latine*. Paris, La découverte, pp. 46-60. [Em português, em Oliveira Costa et al. (orgs.). Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais. Rio de Janeiro, fgy, 2008, pp. 69-87.]

- Hirata, H. (2008). Gênero, raça e classe: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo soc. Social*, 26(1):61-73.
- II Levantamento domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil: estudo envolvendo as 108 maiores cidades do país: 2005 / E. A. Carlini (supervisão) [et. al.]. São Paulo: UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo, 2006.
- Jeronymo, C. (2005). Análise do discurso: as marcas do sujeito. Conteúdo: Núcleo de Produção Científica e Cultural da CNEC Capivari, 135-142.
- Jodelet, D. (2001). Representações sociais: Um domínio em expansão. In D. Jodelet (Org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Jorge, M. A. C., & Ferreira, N. P. (2005). *Lacan, o grande freudiano*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.
- Jungerman, F., Dunn, J., & Laranjeira, R. (3003). *Drogas: maconha, cocaína e "crack"*. São Paulo: Contexto.
- Kristeva, J. (1980). *Pouvoir de l'horreur: essai sur l'abjection*. Paris, Editions Du Seuil.
- Kristeva, J. (1982). *Powers of Horror: an essay on abjection*. Nova York, Columbia University Press.
- Kristeva, J. (1989). Sobre la abyección. In *Poderes de la Perversión: ensayo sobre Louis-Ferdinand Céline*. Mexico, Siglo Veintiuno.
- Lacan, J. (1953). Lo simbólico, lo imaginário, y lo real. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro.
- Lacan, J. (1981). *O Seminário XI: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro.
- Laqueur, T. (2001). *Inventando o Sexo: Corpo e gênero dos Gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Larrosa, J. (1994). Tecnologias do eu e educação. In Silva, T. T. *O sujeito da educação*. Petrópolis: Vozes.
- Lei 11.343, de 23 de agosto de 2006*. Institui o Sistema Nacional de políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependente de drogas; estabelece normas para a repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Presidência de República, Casa Civil: Brasília.
- Lima, R. D. M. (2015). *A experiência de viver com HIV/aids, Relações Afetivo-Sexuais e Adesão ao tratamento*. (Tese de Doutorado). Universidade Católica de Pernambuco. Recife, PE, Brasil.
- Limberger, J., Andretta, I. (2015). Novas problemáticas sociais: o uso do crack em mulheres e a perspectiva de gênero. *Revista CS*. Colômbia.

- Lopez, M. V. (2011). O conceito de experiência em Michel Foucault. *Reflexão e Ação*, 19(2), 42-55.
- Lourenço, G. O. (2018). *HIV/aids e conjugalidade: a experiência de pessoas em relacionamentos afetivo-sexuais sorodiscordantes*. (Tese de doutorado). Universidade Católica de Pernambuco. Recife, Pernambuco, Brasil.
- Louro, G. (1998). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis e Brasília: Editora Vozes e Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.
- Louro, G. (2000). Pedagogias da sexualidade. In_____. *O corpo educado: pedagogias da Sexualidade*. 2a ed. Belo Horizonte: Autêntica.
- Louro, G. (2015). *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. 2a ed. Belo Horizonte: Autêntica.
- Louro, G. (2018). *Um corpo estranho*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Macedo, F. S., Roso, A. & Lara, M. P. (2015). Mulheres, saúde e uso de crack: a reprodução do novo racismo na/pela mídia televisiva. *Saúde e Sociedade*.
- MacRae, E. (2014). A história e os contextos socioculturais do uso de drogas. In *Prevenção dos problemas relacionados ao uso de drogas: Capacitação para conselheiros e lideranças comunitárias*. Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas. (6a ed., pp. 29-42). Brasília, DF: SENAD- MJ/ NUTE – UFSC.
- Malheiro, L., & Macrae, E. (2011). Trabalho de campo e a construção de políticas para usuários de drogas – a questão dos usos de crack na atualidade: um olhar sobre usuários e usuárias. In: Moraes, M.; Castro, R.; Petuco, D. (Org.). *Gênero e drogas*. Recife: Instituto Papai.
- Medeiros, T. K., Maciel, S. C., Sousa, P. F., & Vieira, G. L. S. (2015). *Vivências e representações sobre o crack: um estudo com mulheres usuárias*. Itatiba – SP: Psico-USF.
- Minayo, M. C. (2004). *O desafio de conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec.
- Minayo, M. C. S., & Sanches, O. (1993) Quantitative and Qualitative Methods: Opposition or Complementarity?. *Caderno de Saúde Pública*. 9(3), 239-262.
- Minayo, M. C. S., Deslandes, S. F., & Gomes, R. (Orgs.) (2010). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes.
- Ministério da Saúde. (2003). *A Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral a Usuários de álcool e outras Drogas*. Brasília: Ministério da Saúde.
- Ministério da Saúde. (2011). *Legislação e políticas públicas sobre drogas no Brasil*. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas.
- Ministério da Saúde. (2013). *Perfil dos usuários de crack e/ou similares no Brasil*. Brasília: Fundação Oswaldo Cruz.

- Miskolci, R. (2016). *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. 2a ed. rev. e ampl., Belo Horizonte: Autêntica.
- Moraes, M. (2010). Gênero e uso de drogas: porque é importante articular estes temas? In Moraes, M.; Castro, R.; Petuco, D. (Org.). *Gênero e drogas*. Recife: Instituto Papai.
- Moraes, M. A., & Silva, R. E. (2011) Mulheres, crack e contextos de vulnerabilidades: tendências e desafios. *Estudos universitários, Revista e cultura da Universidade Federal de Pernambuco*, 28(9).
- Moraes, M. M., Granja, E., & Silva, B. G. M. (2016). Gênero e drogas: diálogos possíveis na atenção à saúde mental. In *Redes de assistência em saúde mental e dependência química: reflexões sobre o cuidado*. Maciel, S. C. (Org.). João Pessoa: Ideia.
- Moraes, M., Pimentel, P., & Uchôa, R. (2011). Drogas e Políticas Públicas: uma análise dos planos de enfrentamento à problemática do crack no Brasil. *Estudos universitários, Revista e cultura da Universidade Federal de Pernambuco*, 28(9), 1-370.
- Moreira, D. A. (2002). *O método fenomenológico na pesquisa*. São Paulo, SP: Pioneira Thomson.
- Munanga, K. & Gomes, N. L. (2004). *Para entender o negro no Brasil de hoje: história, realidades, problemas e caminhos*. São Paulo: Global, Ação Educativa.
- Nappo, S. A. (1996). *Baquêros e Craquêros: um estudo sobre o consumo de cocaína na cidade de São Paulo*. (Tese de doutorado). Universidade Federal de São Paulo. Escola Paulista de Medicina. São Paulo, SP, Brasil.
- Nappo, S. A. (2004). Comportamento de risco de mulheres usuárias de crack em relação às DST/AIDS. São Paulo: CEBRID.
- Nogueira, C. (1993). Introdução à teoria da interseccionalidade nos estudos de gênero. In Neves, S. (org). *Gênero e ciências sociais*. Castelo da Maia: Edições ISMAI.
- Nogueira, C. (2001). Construcionismo Social, Discurso e Gênero. *Psicologia*, 15(1), 43-65.
- Nogueira, C. (2001). *Um novo olhar sobre as relações sociais de gênero. Feminismo e perspectivas críticas na psicologia social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Novaes, S. C. (1993). *Jogo de espelhos*. São Paulo: EDUSP.
- Nublat, J. 38,7% dos usuários de crack do país estão no Nordeste. Folha de São Paulo, São Paulo, 19 set. 2013. Cotidiano. Restaurado de <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/09/1344256-40-dos-usuarios-de-crack-das-capitais-do-pais-estao-no-nordeste.shtml>.
- Nunes, S. *O corpo do diabo entre a cruz e a caldeirinha: Um estudo sobre a mulher, o masoquismo e a feminilidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- Oliveira L. G., & Nappo, S. A. (2008). Characterization of the crack cocaine culture in the city of São Paulo: a controlled pattern of use. *Revista Saúde Pública* 42, 664-671.

- Oliveira, E. M., & Santos, N. T. V. (2010). A rede de assistência aos usuários de álcool e outras drogas – em busca da integralidade. In *Outras palavras sobre o cuidado de pessoas que usam drogas*. Santos, L. M. B. Org. Porto Alegre: Ideograf. /Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul.
- Oliveira, L. R. (2007). *Avaliação da cultura do uso de crack após uma década de introdução da droga na cidade de São Paulo*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de São Paulo. Escola Paulista de Medicina. São Paulo, SP, Brasil.
- Passos, D. (2006). Amor, Cuidado e Intimidade: a invenção moderna do feminino. In Vale, A. F. C., Paiva, A. C. Saraiva (Orgs.). *Estilísticas da Sexualidade*. Campinas: Pontes Editores.
- Pechansky F, Szobot CM, Scivoletto S. (2004). Uso de álcool entre adolescentes: conceitos, características epidemiológicas e fatores etiopatogênicos. *Revista Brasileira de Psiquiatria*. 26(Supl I): 14-17.
- Perrot, M. (2005). *Michel Foucault e a História das Mulheres*. In Perrot, M. As mulheres ou os silê
- Pimentel, C. P. (2006). A vida não é mais alteridade (?): biotecnologias e sujeito psicológico. *Clio-Psiché*. Programa de Estudos e Pesquisas em História da Psicologia - UFRJ. *Mnemosine*, 2(2),170-182.
- Piscitelli, A. (2004). Reflexões em torno do gênero e feminismo. In Costa, C; Schmidt, S. (Org.). *Poéticas e políticas feministas*. Mulheres.
- Preciado, B. (2011). Multidões queer: notas para uma política dos "anormais". *Revista Estudos Feministas*. 19(1), 11-20.
- Prins, B., & Meijer, I. C. (2002). Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. *Revista Estudos Feministas*, 10(1), 155-167.
- Reis, H. F. T., & Moreira, T. O. (2013). O crack no contexto familiar: uma abordagem fenomenológica. *Texto Contexto Enfermagem*, 22(4): 1115-23.
- Ribeiro, D. (2017). Feminismo negro: para além de um discurso identitário. 9 de junho de 2017 – São Paulo. *Revista cult*.
- Ribeiro, M., & Laranjeira, R. (2010). *O Tratamento do Usuário de Crack*. São Paulo, SP: Casa Leitura Médica.
- Rios, L. F., Pimenta, C., Brito, I. Terto junior, V., & Parker, R. (2002). Rumo à adulez: oportunidades e barreiras para a saúde sexual dos jovens brasileiros. *Cadernos do CEDES (UNICAMP)*, 57, p. 45-62.
- Rodrigo, M.; Ordaz, R. Género y usos de drogas: dimensiones de análisis e intersección con otros ejes de desigualdade. *Oñati Socio-legal Series*, 6(2), 77-96, 2012.
- Romanowski, J. P., & Ens, R. T. (2006). As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte” em educação. *Diálogo Educ*, 19(6): 37-50.

- Ronzani, T. M. (2013). *Ações Integrals Sobre Drogas: prevenção, abordagens e políticas públicas*. Juiz de Fora: EDUFJF.
- Rubin, G. (1984). *Pendo o sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade*. (Tradução de Christine Rufino Dabat). Recife, SOS Corpo. Texto original: Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality, in Carole Vance, ed., *Pleasure and Danger: Exploring Female Sexuality*, Routledge & Kegan, Paul.
- Rubin, G. (1993). *O tráfico de mulheres: Notas sobre a “economia política” do sexo*. Tradução: Christine Rufino Dabat. SOS Corpo. Recife, Pernambuco, Brasil.
- Rui, T. (2012). *Corpos abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack*. Campinas, SP: [s. n.].
- Saffioti, H. I. B. (1987). *O poder do macho*. São Paulo: Editora Moderna.
- Saffioti, H. I. B. (2004). *Gênero, patriarcado, violência*. 1a ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Saffioti, H. (2004). *Não há revolução sem teoria*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Saffioti, H. (2004). Primórdios do conceito de gênero. *Cadernos Pagu*, 12, 121-133.
- Sanchez, Z. M., Oliveira, L. G., Ribeiro, L. A. & Nappo, S.A. (2011). O papel da informação como medida preventiva ao uso de drogas entre jovens em situação de risco. *Ciências e Saúde coletiva*. 16 (supl.1):1257-1266.
- Santiago, J. (2001). *A droga do Toxicômano: Uma parceria cínica na era da ciência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Santos, L. M. B. (2010). *Outras palavras sobre o cuidado de pessoas que usam drogas*. Porto Alegre: Ideograf./Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul.
- Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, 20(2),71-99.
- Scott, J. (1999). Experiência. In Silva, A., Lago, M., & Ramos, T. (Org). *Falas de Gênero*. Santa Catarina: Mulheres.
- Scott, J. (1999). *Igualdade versus diferença: os usos da teoria pós-estruturalista*. In Debate Feminista (pp. 203-222) São Paulo, SP: Brasil: edição especial Cidadania e Feminismo.
- Scott, J. W. (1989). *Gênero: Uma categoria útil para análise histórica*. Tradução: Christine Rufino Dabat; Maria Betânia Ávila. Original: Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press.
- Scott, J. W. (1991). *The Evidence Experience*. Critical Inquiry, Summer 1991, p.777. Restaurado de <http://blansh.files.wordpress.com/2013/02/joan-scott-evidence-of-experience.pdf>
- SENAD. (2008). *Legislação e Políticas Públicas sobre Drogas no Brasil*. Brasília: SENAD, 2008.

- Silva, E. B. O. (2014). *Singularidades de gênero no cuidado psicossocial às usuárias de cocaína e crack: contribuições para a enfermagem*. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Silva, M. G. B. & Lyra, T. M. (2013). Integração Ensino-Serviço e Políticas sobre drogas In: O caminho do desabrochar das rosas perante o alcoolismo feminino. 23a ed. *Universitária*, 1, p. 129-147.
- Silva, S. L. (2000). *Mulheres da luz: uma etnografia dos usos e prevenção do crack*. (dissertação de Mestrado). Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, Brasil.
- Simões, J. A. (2008). Prefácio. In *Drogas e cultura: novas perspectivas*. Salvador – EDUFBA.
- Souza I, M. C. H., MühlenI, B. K. V., Coelho, L. R. M., Oliveira, C. P., Rodrigues, V. S., Oliveira, M. S., & Strey, M. N. (2014). *Assertividade em mulheres dependentes de crack*. Canoas: Alethéia.
- Souza, M. S., & Baptista, M. N. (2008). Associações entre suporte familiar e saúde mental. *Revista de Psicologia Argumentativa*, 26(54), 207-215.
- Spindola, T. (2003). Trabalhando com a história de vida: percalços de uma pesquisadora. *Revista de Escola de Enfermagem da USP*, 37(2), 119-126.
- Spindola. T., & Santos, R. S. (2005). O trabalho na enfermagem e seu significado para as profissionais. *Revista Brasileira Enfermeira*, 58(2), 156-160.
- Spink, M. J. (2000). A Ética na Perspectiva Social: da perspectiva prescritiva à interanimação dialógica. *Revista Semestral da Faculdade de Psicologia da PUCRS*, 31(1), 7-22.
- Spivak, G. C. (2010). *Pode o subalterno falar?*. tradução de Goulart, S. R. A., Feitosa, M. P., Feitosa, A. P. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Swain, T. N. (2007). Meu corpo é um útero? Reflexões sobre a procriação e a maternidade. In Stevens, C. *Maternidade e Feminismo. Diálogos Interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: Edunisc.
- Tavares, B. F., Béria, J. U. & Lima, M. S. (2001). Prevalência do uso de drogas e desempenho escolar entre adolescentes. *Revista de Saúde Pública*. 35(2):150-158.
- Tourino, J. G. (2006). *A Mãe Perfeita: Idealização e realidade – Algumas reflexões sobre a maternidade*. Rio de Janeiro, UERJ, 2006.
- Turato, E. R. (2003). *Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa*. Petrópolis: Vozes.
- Uchôa, R., & Lins, J. (2011). Apresentação do tema drogas Estudos Universitários. *Revista de Cultura da Universidade Federal de Pernambuco*, 28(9), 11-17.
- UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (UNODC) global illicit drugs trends. Vienna. 2003. Restaurado de www.unodc.org/pdf/trends2003_www_E.pdf.

- United Nations Office on Drugs and Crimes (2015). *Informe Mundial sobre las Drogas*. Viena: UNODC.
- Veiga-Neto, A. (2009). Teorias e Métodos em Michel Foucault: (im)possibilidades. *Cadernos de educação*, (34), 83-94.
- Veiga-Neto, A. (2016). *Foucault e a educação*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Weber, F. (2009). A entrevista, a pesquisa e o íntimo, ou por que censurar seu diário de campo?. *Horizontes Antropológicos*, 15(32),157-170.
- Zaccone, D. F. (2014). *Acionistas do nada: quem são os traficantes do nada*. Rio de Janeiro: Revan, 2007. 3a ed.
- Zaffaroni, R. E. (1996). *Crime organizado: uma categorização Frustrada*, In. *Discursos sediciosos – Crime, Direito e Sociedade*, n. 1. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.
- Zaluar, A. (1997). Exclusão e Políticas Públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas”. *RBCS*, 12(35).
- Zanellato, N. A., & Laranjeiras, R.(2013). *O tratamento da dependência química e as terapias cognitivo comportamentais*. Porto Alegre: Artmed.
- Zilberman, M. L., & Giusti, J. S. (2007). *A mulher e a dependência química: uma perspectiva feminina*. In *Dependência, compulsão e impulsividade*. São Paulo: Rubio.

APÊNDICE

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Título da pesquisa: EXPERIÊNCIA DE VIDA DE MULHERES USUÁRIAS DE CRACK

Você está sendo convidada a participar de uma pesquisa que objetiva compreender a experiência de vida de mulheres usuárias de crack, acolhidas num serviço da Assistência Social no estado de Pernambuco, numa perspectiva de gênero. Deste modo, sua participação é de extrema importância, uma vez que para alcançar nossos objetivos, precisamos escutar as suas experiências de vida, através de uma entrevista cuja pergunta disparadora é: fale-me um pouco da sua história de vida e da sua experiência com o uso abusivo de crack?

Esperamos que os resultados da pesquisa favoreçam a ampliação da discussão e o conhecimento acerca da experiência de mulheres usuárias de crack, oferecendo subsídios teóricos para os profissionais que lidam direta ou indiretamente com pessoas usuárias de crack e outras drogas, no campo da saúde e/o assistência social, e a família. Os resultados esperados deste projeto poderão contribuir para avaliação, adequação ou implementação de políticas públicas específicas para esta população.

Pretendemos, ainda, que os resultados obtidos sejam apresentados em eventos científicos, tais como: congressos, simpósios, seminários e outros que deem origem a artigos científicos publicados em periódicos e livros. Do mesmo modo, intenciona-se apresentar os resultados em instituições de saúde e centros da assistência que trabalhem com o público alvo da pesquisa.

Sabemos que qualquer situação que envolve pessoas pode causar algum tipo de desconforto, principalmente quando se trata de um tema relacionado a aspectos particulares. Este estudo, em particular, abrangerá questões de fórum íntimo, tais como: experiências traumáticas, modos de enfrentamento, entre outros. Dessa maneira, tentaremos alcançar os objetivos da pesquisa de forma menos invasiva possível, respeitando o máximo os participantes e considerando todas as implicações éticas do processo. Todos os cuidados serão tomados, tanto durante a entrevista quanto posteriormente, no sentido de oferecer atenção psicológica e os devidos encaminhamentos para processo terapêutico, caso seja necessário. De todo modo, você poderá interromper sua participação a qualquer momento, sem sofrer nenhum tipo de prejuízo. Em caso de deslocamento e necessidade de alimentação dos participantes os custos serão de responsabilidade do pesquisador.

Assim que a pesquisa for concluída os resultados lhe serão comunicados através de entrevista individual. Os produtos encontrados a partir desse estudo também serão apresentados em Congressos e Simpósios sem, no entanto, de nenhum modo permitir identificação dos participantes, ocultando seus verdadeiros nomes e utilizando pseudônimos.

Eu, _____, dou meu consentimento livre e esclarecido para participação voluntária desta pesquisa, sob responsabilidade da pesquisadora Luisa de Marilak de Sousa Terto, Psicóloga (CRP 02/12.175) e mestranda do Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica da Universidade Católica de Pernambuco, sob orientação da Professora Dra. Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas.

Após ouvir os esclarecimentos, assino este Termo de Consentimento ciente que:

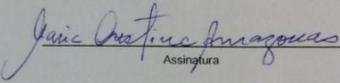
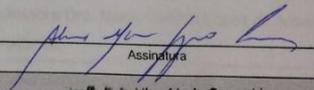
- 1) Obtive todas as informações necessárias para poder decidir conscientemente sobre a participação na referida pesquisa;
- 2) Durante o estudo participarei de uma entrevista cujo tempo de duração não pode ser estimado de antemão, e que a entrevista será gravada;
- 3) Meus dados pessoais serão mantidos em sigilo sob responsabilidade deste pesquisador e do programa de pós-graduação em Psicologia Clínica da Universidade Católica de Pernambuco;
- 4) Os resultados gerais obtidos através da pesquisa serão utilizados apenas para alcançar o objetivo do trabalho exposto acima, incluindo publicação na literatura científica especializada;
- 5) Poderei contatar o Comitê de Ética da Universidade Católica de Pernambuco para apresentar recursos ou reclamações em relação à pesquisa (Pró-reitora Acadêmica da UNICAP, localizada na Rua Almeida Cunha, 245 – Santo Amaro – Bloco G4 – 8 andar – CEP 50050-480, Recife, PE – Brasil. Telefone (81) 2119.4376 – FAX (81) 2119.4004 – Endereço eletrônico: pesquisa_prac@unicap.br) o qual encaminhará o procedimento adequado.
- 6) Terei acesso aos resultados da pesquisa, através do pesquisador responsável pelo projeto, assim que for encerrada a análise e elaboração da dissertação.

Recife, _____ de _____ de 2017.

Assinatura da participante: _____

ANEXOS

ANEXO A - Certidão do Conselho de Ética em Pesquisa

 MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS			
1. Projeto de Pesquisa: EXPERIÊNCIA DE MULHERES USUÁRIAS DE CRACK NUMA PERSPECTIVA DE GÊNERO: IMPLICAÇÕES E DESAFIOS			
2. Número de Participantes da Pesquisa: 10			
3. Área Temática:			
4. Área do Conhecimento: Grande Área 7. Ciências Humanas			
PESQUISADOR RESPONSÁVEL			
5. Nome: Mariana Cristina Lopes de Almeida Amazonas			
6. CPF: 126.433.274-20	7. Endereço (Rua, n.º): DO ENCANAMENTO 475/1244 CASA FORTE ap 1301 RECIFE PERNAMBUCO 52070000		
8. Nacionalidade: BRASILEIRO	9. Telefone: (81) 3034-6030	10. Outro Telefone:	11. Email: crisamaz@gmail.com
Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.			
Data: <u>19, 10, 2016</u>		 Assinatura	
INSTITUIÇÃO PROPONENTE			
12. Nome: Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP/PE	13. CNPJ: 10.847.721/0001-95	14. Unidade/Orgão:	
15. Telefone: (81) 1119-4375	16. Outro Telefone:		
Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.			
Responsável: <u>Profa. Dra. Aline Maria Grego Lins</u>		CPF: <u>243.565.224-00</u>	
Cargo/Função: <u>Pró-reitora Acadêmica</u>			
Data: <u>19, 10, 2016</u>		 Assinatura	
PATROCINADOR PRINCIPAL			
Não se aplica.		Prof.ª, Dr.ª Aline Maria Grego Lins Pró-reitora Acadêmica Mat. 3324-4	